

A importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados Menores Não Acompanhados, em Portugal

Marta de Sousa Gorgulho

Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo

Setembro, 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Dulce Pimentel e da Professora Doutora Cláudia Pereira.

Agradecimentos

Agradeço, de coração, a todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho de investigação. Em primeiro lugar, quero expressar a minha sincera gratidão à Professora Doutora Dulce Pimentel e à Professora Doutora Cláudia Pereira pela orientação, pelo apoio e pelos valiosos contributos ao longo de todo este percurso. A vossa orientação foi determinante para o desenvolvimento deste trabalho. Gostaria também de agradecer ao Professor Doutor José Leitão pela sua disponibilidade e generosidade na partilha de conhecimentos e acompanhamento. À minha amiga Vera Ramos, deixo o meu mais profundo agradecimento pela colaboração imprescindível, que me permitiu aprofundar a compreensão sobre a realidade dos menores não acompanhados e a resiliência que é exigida no exercício da profissão de assistente social. Vera, tiveste um impacto gigante na minha experiência profissional. Um agradecimento especial é dirigido à residência institucional dos menores, que gentilmente me concedeu acesso e apoio para a realização deste estudo. A vossa colaboração foi essencial para a recolha de dados pertinentes. Do mesmo modo, expresso a minha gratidão à escola da área metropolitana de Lisboa, que há 12 anos acolhe estes jovens. A vossa contribuição foi determinante, proporcionando-me uma visão aprofundada sobre a integração destes jovens na sociedade portuguesa. Gostaria também de expressar o meu mais profundo agradecimento aos meus pais, pelo apoio incondicional e pela força que sempre me transmitiram ao longo de todo este percurso. Por fim, e com especial destaque, expresso a minha profunda admiração e respeito pelos jovens que participaram neste estudo, e por todos os menores não acompanhados espalhados pelo mundo. As vossas histórias, experiências e perspetivas foram a principal fonte de inspiração deste trabalho, e é a vocês que dirijo o meu mais sincero agradecimento, e a quem dedico esta investigação.

Resumo

Esta investigação explora a importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados menores não acompanhados em Portugal, sublinhando o papel fundamental das competências linguísticas nesse processo. O estudo adotou uma abordagem de triangulação metodológica, que conciliou em entrevistas semiestruturadas com menores não acompanhados, professores de uma escola na área metropolitana de Lisboa, e tutores/trabalhadores sociais da residência institucional; com análise documental; e com observação direta realizada durante o estágio na residência institucional, bem como ao longo desta investigação. Esta metodologia permitiu uma visão abrangente da relevância da língua portuguesa para a integração social e escolar dos jovens.

A análise qualitativa dos dados evidenciou a heterogeneidade das experiências dos jovens: embora todos tenham destacado a língua como um fator crucial para criar laços de amizade e melhorar o desempenho escolar, as suas trajetórias de integração profissional continuam incertas.

Além disso, o estudo destaca a importância das atividades lúdicas e dos estágios como complementos ao ensino formal, promovendo uma integração mais fluida. Alguns dos aspetos observados confirmam achados anteriores na literatura, nomeadamente quanto ao papel central da língua para o sucesso escolar e social dos jovens refugiados. Contudo, esta investigação avança ao sublinhar a complexidade da integração emocional e cultural, conforme relatada pelos próprios jovens. A principal contribuição deste estudo reside, assim, na visão integrada que oferece, combinando diferentes perspetivas e realçando que, embora a língua seja uma ponte para a inclusão educacional e social, é necessário reforçar as políticas públicas e estratégias para garantir uma transição eficaz para a vida profissional e social plena.

Palavras-chave: refugiados, menores não acompanhados, português, inclusão, políticas públicas

Abstract

This research explores the importance of mastering the Portuguese language for the inclusion of unaccompanied minor refugees in Portugal, emphasizing the fundamental role of language skills in this process. The study adopted a methodological triangulation approach, combining semi-structured interviews with unaccompanied minors, teachers from a school in the Lisbon metropolitan area, and tutors/social workers from the institutional residence; documentary analysis; and direct observation carried out during the internship at the institutional residence, as well as throughout this research. This methodology allowed for a comprehensive view of the relevance of the Portuguese language for the social and school integration of young people.

The qualitative analysis of the data highlighted the heterogeneity of the young people's experiences: although they all highlighted the language as a crucial factor in creating bonds of friendship and improving school performance, their professional integration trajectories remain uncertain.

In addition, the study emphasizes the importance of leisure activities and internships as complements to formal education, promoting a more fluid integration. Some of the aspects observed confirm previous findings in the literature, namely the central role of language in the educational and social success of young refugees. However, this research advances by emphasizing the complexity of emotional and cultural integration, as reported by the young people themselves. The main contribution of this study thus lies in the integrated view it offers, combining different perspectives and emphasizing that while language is a bridge to educational and social inclusion, there is a need to strengthen public policies and strategies to ensure an effective transition to full professional and social life.

Keywords: refugees, unaccompanied minors, portuguese, inclusion, public policies

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AIMA – Agência para a Integração Migrações e Asilo

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional

APMMA – Agência Portuguesa para as Minorias, Migrações e Asilo

CDC – Comité dos Direitos da Criança

CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

CJENA – Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados

CVP – Cruz Vermelha Portuguesa

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

IEFP, I.P – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto
Universitário de Lisboa

OM – Observatório das Migrações

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PLE – Português Língua Estrangeira

PLNM – Português Língua Não Materna

QECRL – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

REEI – Rede de Escolas para a Educação Intercultural

RIFA – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo

SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SPT– *Stress* Pós-Traumático

TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

UE – União Europeia

Índice

1. Introdução	10
1.1. Contexto e importância do tema	14
1.2. Justificação do estudo	16
1.3. Perguntas de partida e objetivos	18
2. Conceitos, revisão da literatura e políticas públicas	20
2.1. Migrantes e refugiados: mobilidade espacial e integração social.....	23
2.1.1. Refugiados Menores não Acompanhados: uma definição.....	25
2.1.2. A centralidade do domínio da língua e o papel das políticas públicas.....	28
2.2. Experiência internacional na integração de refugiados Menores Não Acompanhados.....	33
2.2.1. Enquadramento nacional	36
2.2.2. Comparação com o caso português e conclusão	38
2.3. Inclusão ou Integração?	39
3. Metodologia.....	43
3.1. Pesquisa	44
3.2. Método de recolha de dados	46
3.3. Considerações éticas.....	47
3.4. Posicionamento de investigadora	48
4. Quem são os Jovens Menores Não Acompanhados em Portugal.....	50
4.1. Chegada a Portugal e processo de asilo.....	50
4.2. Primeiras impressões e acolhimento institucional	53
4.3. Saúde mental dos Jovens Menores Não Acompanhados	55
4.4. Legislação, direitos e políticas públicas	57
4.5. Desafios e lacunas no quadro geral de acolhimento.....	61
5. Ensino formal da língua portuguesa	63
5.1. Barreiras linguísticas na sala de aula.....	63
5.1.1. Curso Português Língua Não Materna - Contexto educacional.....	65
5.1.2. Curso Português Língua de Acolhimento - Adultos	66
5.1.3. A contribuição dos projetos socioeducativos na inclusão de crianças e jovens imigrantes	67
5.2. Impacto do domínio da língua na inclusão social.....	68
6. Resultados: a aprendizagem da língua e a integração segundo os profissionais e os jovens	71
6.1. Entrevista aos jovens Menores Não Acompanhados	72
6.1.1. Experiência de aprendizagem do português e adaptação escolar	72
6.1.2. A aprendizagem do português como instrumento de inclusão	73
6.1.3. Desafios no processo de aprendizagem.....	76
6.1.4. A importância da língua para a construção de laços sociais	77

6.2. Entrevista aos trabalhadores sociais	78
6.2.1. Formação e preparação dos profissionais	79
6.2.2. Integração Escolar e Ensino do Português	79
6.2.3. Barreira Linguística e Comunicação	80
6.3.4. Desafios além da barreira linguística	84
6.3.5. Inclusão Social e o Papel da Língua Portuguesa	85
6.3. Entrevista aos professores.....	86
6.3.1. Formação e preparação dos professores	86
6.3.2. Proficiência Linguística e Barreiras na Aprendizagem do Português**	88
6.3.3. Estratégias Pedagógicas e Inclusão Social	89
7. Conclusão	92
7.1. A centralidade da língua portuguesa na integração dos jovens Menores Não Acompanhados	93
7.2. Desafios no sistema educacional e a necessidade de reformas	96
7.3. O papel das instituições e dos trabalhadores sociais	97
7.4. Inclusão cultural e cívica: mais do que apenas educação	100
7.5. Recomendações para políticas públicas	102
7.6. Implicações para futuros estudos	106
Bibliografia	109
Apêndices.....	115
Apêndice I - Diagnóstico Social dos refugiados Menores Não Acompanhados chegados à residência institucional, entre outubro de 2021 e maio de 2022.....	116
Apêndice II – Lista de Agrupamentos TEIP – Concelho de Lisboa – 2022/2023 Fonte DGE	120
Apêndice III - Consentimento informado sobre as entrevistas Menores Não Acompanhados	121
Apêndice IV - Consentimento informado sobre as entrevistas Trabalhadores Sociais	123
Apêndice V - Consentimento informado sobre as entrevistas Professores.....	125
Apêndice VI - Guiões de entrevista.....	127
Apêndice VII- Entrevistas aos jovens Menores Não Acompanhados	130
Apêndice VIII - Entrevistas aos trabalhadores sociais da residência institucional	133
Apêndice IX - Entrevistas aos professores da escola no distrito de Lisboa	138

Índice de Figuras

Figura 1- Número de Menores Não Acompanhados recolocados ao abrigo do Programa Europeu de Recolocação Voluntária da Grécia, por país europeu, a 20 de Dezembro de 2022	36
Figura 2- Pedidos de Asilo de Menores Não Acompanhados, por sexo e por país da UE27, 2021 e 2022	37
Figura 3- Processo de Asilo simplificado para os Menores Não Acompanhados.....	56

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de Menores Não Acompanhados, de acordo com nacionalidade e género.....	116
Tabela 2 – Idade dos Menores Não Acompanhados	117
Tabela 3 – Número de idiomas falados pelos Menores Não Acompanhados.....	117
Tabela 4 – Número de Menores Não Acompanhados, de acordo com a sua religião	118
Tabela 5 – Habilitações literárias dos Menores Não Acompanhados, aquando da chegada da estagiária à residência institucional vs. situação em maio 2022.....	118
Tabela 6 –Menores Não Acompanhados que transitaram para a autonomia de vida entre outubro de 2022 e setembro de 2022.....	119
Tabela 7 – Lista de Agrupamentos TEIP.....	120
Tabela 8 – Entrevistas aos jovens Menores Não Acompanhados	130
Tabela 9 – Entrevistas aos trabalhadores sociais da residência institucional.....	133
Tabela 10 – Entrevistas aos professores da escola no distrito de Lisboa.....	138

1. Introdução

A presente investigação examina os principais desafios enfrentados pelos menores requerentes de asilo não acompanhados no processo de aprendizagem da língua portuguesa e na sua inclusão na sociedade portuguesa. Com o aumento do número de jovens refugiados na Europa e a escassez de estudos que abordem diretamente as suas perspetivas, tornou-se essencial realizar um estudo que aprofunde o papel da aprendizagem da língua portuguesa na sua integração social, educativa e cultural. O objetivo central desta pesquisa é analisar os principais obstáculos que estes jovens enfrentam no processo de aprendizagem da língua portuguesa e na sua integração na sociedade portuguesa.

O recente aumento de menores não acompanhados, especialmente desde o ano letivo de 2020/2021, bem como a escassa produção académica sobre o tema, motivaram a investigação desenvolvida nesta dissertação. Os poucos estudos disponíveis (Folgado, 2022; Moleiro & Roberto, 2021; Oliveira, 2021, 2022b, 2022a, 2023a, 2023b; Roberto & Moleiro, 2021, Sousa et al., 2021) centram-se predominantemente na perspetiva dos profissionais envolvidos no acolhimento, deixando em aberto a questão de como a aprendizagem da língua portuguesa e o processo subsequente de integração são vivenciados pelos próprios jovens. Esta dissertação procura preencher essa lacuna, sendo, ao que tudo indica, o primeiro estudo a centrar-se na perspetiva dos menores não acompanhados sobre a sua integração em Portugal, com um enfoque particular no papel da aprendizagem da língua portuguesa nesse processo. A migração internacional e o fenómeno dos refugiados têm vindo a assumir uma importância cada vez maior no cenário global contemporâneo, resultado de uma complexa combinação de crises políticas, conflitos armados prolongados e condições económicas desfavoráveis em várias partes do mundo. Estes fatores, muitas vezes interligados, levam milhões de pessoas a abandonar os seus países de origem, muitas vezes de forma apressada e sem planeamento adequado, em busca de refúgio e melhores condições de vida em países que parecem oferecer maior segurança, estabilidade e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Entre este vasto grupo de refugiados,

encontram-se jovens de várias idades, sendo uma parte significativa constituída por menores não acompanhados, um grupo particularmente vulnerável e mais exposto aos riscos e perigos associados ao processo migratório. Sem uma rede familiar ou de apoio, estes jovens enfrentam desafios ainda mais profundos ao tentarem reconstruir as suas vidas num ambiente social, cultural, linguístico e, por vezes, religioso, completamente distinto daquele que conheciam anteriormente. A adaptação a esta nova realidade envolve, inevitavelmente, um confronto com questões emocionais profundas, bem como a necessidade de navegar por sistemas burocráticos que lhes podem ser completamente alheios, além de desafios educacionais e sociais que se agravam pela sua condição de menor desacompanhado.

Entre os muitos obstáculos que se erguem no caminho destes jovens refugiados, a barreira linguística figura como um dos mais difíceis de superar (Cabete, 2010). Em Portugal, aprender e dominar a língua portuguesa revela-se um passo necessário, para facilitar a comunicação no quotidiano, e garantir uma verdadeira integração, em áreas críticas como o sistema educativo, o mercado de trabalho e, mais amplamente, na sociedade. A língua funciona como uma chave que abre as portas para o sucesso académico, que, por sua vez, é um pilar essencial para garantir o acesso a oportunidades de emprego. Além disso, ser capaz de se expressar em português permite a construção de redes de apoio mais fortes, tanto formais quanto informais, essenciais para a criação de laços sociais duradouros e relações interpessoais significativas. Para muitos destes jovens, alcançar um domínio sólido da língua portuguesa é, assim, um fator determinante no seu percurso de integração social. O sucesso nesta área molda, de maneira decisiva, o rumo das suas vidas futuras, ao influenciar diretamente o seu acesso a uma educação de qualidade, à participação ativa no mercado laboral e ao estabelecimento de conexões sociais e emocionais profundas com a comunidade de acolhimento. Adicionalmente, a proficiência linguística contribui para o seu bem-estar psicológico e emocional, uma vez que lhes permite comunicar as suas necessidades de forma eficaz, e sentir-se pertencentes ao novo país. Esta sensação de pertença, por sua vez, desempenha um papel crucial no desenvolvimento de uma identidade positiva e de uma autoconfiança renovada, fatores indispensáveis para o seu processo de integração. Superar as

barreiras linguísticas, portanto, não é apenas uma questão prática, mas uma componente vital para que estes jovens refugiados possam reconstruir as suas vidas em Portugal. Ao ultrapassar esse obstáculo, eles abrem caminho para uma participação plena e ativa na sociedade portuguesa, sendo capazes de contribuir de maneira significativa para o tecido social e económico do país. Este processo de integração, no entanto, não deve ser visto como uma responsabilidade apenas individual; exige também uma resposta estruturada e coordenada por parte das instituições governamentais e da sociedade civil.

A lacuna principal na investigação atual reside na falta de estudos que abordem a perspetiva dos próprios jovens sobre o processo de aprendizagem do português. Até agora, as investigações têm dado maior ênfase às visões das instituições e dos profissionais envolvidos no acolhimento e acompanhamento dos refugiados menores não acompanhados, sem explorar como estes jovens interpretam as barreiras linguísticas e valorizam a importância da aprendizagem da língua para a sua inclusão. Este estudo pretende preencher essa lacuna ao focar-se na voz dos jovens, permitindo compreender as suas perceções sobre os desafios que enfrentam e as formas como acreditam que a língua portuguesa influencia o seu percurso de integração.

A metodologia utilizada foi qualitativa, com uma abordagem intensiva, o que permitiu aprofundar as características e as nuances das experiências individuais dos jovens. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas que possibilitaram a recolha de dados detalhados sobre as perceções dos menores não acompanhados em relação à aprendizagem da língua portuguesa e o impacto desse processo na sua integração. A triangulação de fontes, envolvendo entrevistas com os jovens, professores e trabalhadores sociais, junto da análise documental, e a observação direta realizada durante o estágio na residência institucional e bem como ao longo desta investigação, proporcionou uma visão abrangente das diferentes dimensões da inclusão.

Este estudo traz uma contribuição inovadora ao dar ênfase à perspetiva dos jovens refugiados menores não acompanhados, algo que tem sido sub-representado

na literatura. A investigação revela que a importância da língua portuguesa para a integração é heterogénea, variando consoante as nacionalidades, experiências prévias com os professores e a forma como interagem com os profissionais das instituições. Além disso, o estudo destaca o papel crucial que os estágios e as atividades lúdicas desempenham no processo de inclusão destes jovens. Estes elementos vão além do contexto puramente educativo, sugerindo que a integração social e emocional também é facilitada através de experiências práticas e interativas, o que representa um avanço em relação a estudos anteriores.

A principal conclusão deste estudo refere-se à heterogeneidade das experiências dos jovens refugiados. Consoante o nível de aprendizagem da língua e as suas interações com os professores e profissionais, as experiências variam significativamente. Alguns jovens relatam que a aprendizagem do português facilitou a criação de laços de amizade e o sucesso académico, enquanto outros ainda enfrentam desafios, especialmente no que toca à integração profissional. A importância da língua na inclusão não é uniforme, sendo influenciada por fatores como a nacionalidade, a formação prévia e o tipo de apoio que os jovens recebem nas instituições. O estudo conclui que a inclusão eficaz exige uma abordagem individualizada, adaptada às necessidades e circunstâncias específicas de cada jovem.

Em resumo, esta pesquisa visa lançar luz sobre a multiplicidade de desafios enfrentados pelos jovens referidos, no seu percurso de aprendizagem da língua portuguesa e na sua integração na sociedade portuguesa. Compreender estas dificuldades é um passo fundamental para a criação de soluções eficazes que respondam às suas necessidades educacionais imediatas, e que garantam a sua inclusão plena e duradoura em todas as esferas da vida social. Somente através de uma abordagem integrada, que considere tanto as dimensões linguísticas quanto sociais e culturais, será possível proporcionar a estes jovens refugiados as ferramentas necessárias para construir um futuro promissor em Portugal.

1.1. Contexto e importância do tema

A integração de crianças e jovens provenientes de países onde o português não é a língua materna, especialmente em contextos educativos, revela-se um desafio de grande complexidade, levantando questões que vão muito além da simples aquisição de uma nova língua. Este fenómeno levanta preocupações significativas, tanto ao nível das barreiras de comunicação enfrentadas por estes jovens, que muitas vezes se sentem isolados e incapazes de expressar plenamente as suas necessidades e pensamentos, quanto pela ausência de abordagens pedagógicas adequadas às suas necessidades específicas. A falta de estratégias pedagógicas direcionadas e inclusivas para responder a esta população não responde às dificuldades que esses alunos encontram, tanto no domínio da língua, como na sua capacidade de participar ativamente no processo de aprendizagem (Moleiro & Roberto, 2021).

O impacto desta problemática é especialmente evidente nas elevadas taxas de insucesso académico, retenção e abandono escolar que se observam entre os alunos imigrantes em Portugal (Justino & Santos, 2017), com destaque para os menores não acompanhados (Roberto & Moleiro, 2021). Os dados do Relatório PISA revelam uma análise um pouco mais complexa, em que o insucesso é maior entre estudantes imigrantes do que portugueses, embora tenha vindo a diminuir nos últimos anos. O Relatório de Integração (Oliveira, 2022a) apresenta também dados com mais densidade. O mesmo no "Atlas dos Alunos Com Origem Imigrante: Quem São e Onde Estão nos Ensinos Básico e Secundário em Portugal", de Seabra et al. (2023).

As dificuldades linguísticas, combinadas com a ausência de um apoio educacional adaptado, contribuem para um círculo vicioso em que esses jovens se veem incapazes de acompanhar o ritmo dos seus pares, levando a sentimentos de frustração, desmotivação e, eventualmente, ao afastamento do sistema educativo. Este afastamento, por sua vez, dificulta ainda mais a sua integração na sociedade, uma vez que a educação é um dos principais caminhos para a ascensão social e para a obtenção de oportunidades de vida mais promissoras

Além do impacto académico, é importante salientar que o domínio da língua portuguesa tem uma influência direta na capacidade de interação social destes jovens, permitindo-lhes construir redes de apoio e relações sociais com os seus pares e com a comunidade em geral. A inclusão cultural também se torna facilitada à medida que os jovens adquirem a capacidade de compreender e participar em atividades culturais locais, contribuindo assim para a criação de um sentimento de pertença e de identidade dentro da sociedade de acolhimento. A superação das barreiras linguísticas, portanto, permite uma melhor integração educacional, e fomenta um desenvolvimento pessoal mais saudável, promovendo a autoestima e o bem-estar emocional destes jovens.

Com base nesta realidade, torna-se essencial investigar as estratégias que podem facilitar a aprendizagem da língua portuguesa e promover uma inclusão mais eficaz destes jovens no sistema educativo. A compreensão dos fatores que dificultam ou promovem o sucesso escolar e a integração plena dos menores não acompanhados pode fornecer *insights* valiosos para o desenvolvimento de políticas educativas e sociais mais adequadas, contribuindo para a criação de um ambiente educativo inclusivo, onde todos os jovens, independentemente da sua origem, possam desenvolver o seu potencial.

O estudo de Souza (2017) centrado na população adulta, destaca que a barreira linguística constitui não apenas um desafio académico, mas também o maior obstáculo à comunicação entre os refugiados e as instituições. Embora focado em adultos, este estudo sublinha a relevância da língua para o processo de integração. Por outro lado, tanto Souza (2017) como Roberto & Moleiro (2021) exploram a questão da integração a partir da perspetiva institucional, sem abordar diretamente a experiência dos jovens. A presente dissertação procura colmatar esta lacuna, focando-se na perspetiva dos refugiados menores não acompanhados, em particular sobre o papel da aprendizagem da língua portuguesa na sua integração em Portugal. A língua portuguesa pode agir como um agente de isolamento, criando uma lacuna na comunicação que, conseqüentemente, leva à frustração. Segundo os autores, essa dificuldade de expressão afeta a capacidade de partilharem os seus pensamentos,

sentimentos e conhecimentos, tendo repercussões mais profundas nas suas vidas (Roberto & Moleiro, 2021). Existem diversos sentimentos resultantes da falta de comunicação eficaz, tal como a perda de autoestima e confiança pessoal, ou problemas de saúde mental. Fica claro que a falta de competências linguísticas não é apenas um obstáculo no contexto educacional, mas uma barreira que impacta o bem-estar emocional e social destes jovens (Estoura & Roberto, 2017).

Os desafios linguísticos não se limitam ao nível individual. Eles têm um impacto direto nas aprendizagens destes jovens e dificultam a formação de relações interpessoais significativas (Estoura & Roberto, 2017). A interconexão entre a língua e a capacidade de se integrarem na sociedade e estabelecer relações pessoais, torna evidente que a superação da barreira linguística é vital para uma inclusão verdadeira e bem-sucedida desses jovens refugiados em Portugal. Os desafios decorrentes desse cenário incluem a escassez de interação social, isolamento, limitado desenvolvimento pessoal e a perpetuação de ciclos de exclusão. Este sistema tem implicações profundas em termos pessoais, refletindo-se em dificuldade no acesso ao emprego, cuidados médicos, recursos financeiros e, de maneira mais ampla, na participação plena na sociedade (Cunha, 2024).

Considerando, como afirmam Ascensão & Ourives (2010, p.1) que *“dominar a língua do país de acolhimento permite uma integração mais rápida e uma valorização da sua própria identidade na sociedade”*, este estudo destaca a complexidade dessa problemática, ressaltando a importância dos diversos fatores que têm influência na integração de jovens refugiados não acompanhados em Portugal.

1.2. Justificação do estudo

A escolha deste tema é motivada por vários fatores de natureza social, académica e pessoal, que sublinham a sua relevância e urgência.

Em primeiro lugar, a crescente população de menores não acompanhados em território europeu, como destacado por Oliveira (2022b, 2023a) que afirma que “no

início da década passada, em 2011, havia registo de 10.290 menores não acompanhados na UE27, subindo esse valor para 91.955 em 2015, ano em que atinge o valor mais elevado, descendo para 60.075 em 2016, e diminuindo gradualmente nos anos seguintes, registando-se 13.550 em 2020, voltando, porém, a subir nos anos de referência deste relatório para 25.130 em 2021 e 39.520 em 2022.” Esta subida e movimentação destes jovens torna imperativa a produção de conhecimento científico que permita compreender e abordar as necessidades específicas desta população.

O domínio da língua portuguesa é identificado como um fator decisivo para a integração destes jovens na sociedade portuguesa. Sem um domínio adequado da língua, surgem barreiras significativas ao nível do contexto educativo, e no acesso a serviços, ao mercado de trabalho e na construção de redes sociais. Este aspeto é crucial para garantir que os jovens referidos possam reconstruir as suas vidas em Portugal de forma digna e produtiva (Silva, 2017).

Além disso, este estudo surge de uma experiência prática e direta adquirida durante um estágio curricular realizado numa residência institucional para refugiados menores não acompanhados, no período de setembro de 2021 a maio de 2022. No exercício das funções de assistente social, foi possível acompanhar de perto os desafios enfrentados por esses jovens, com particular atenção às dificuldades relacionadas com o domínio da língua portuguesa. Esta vivência prática foi fundamental para reconhecer as lacunas no processo de inclusão e permitiu uma melhor compreensão dos obstáculos que impedem a plena participação destes jovens na sociedade.

Em 2015, residiam em Portugal 388 mil estrangeiros, número que cresceu para 699 mil em 2021, dentro dos quais se inserem esses jovens (Oliveira, 2022a). De acordo com a autora esse aumento populacional foi acompanhado por uma maior diversidade de nacionalidades, o que torna a questão da inclusão social e educativa ainda mais complexa e urgente.

A escolha do tema é justificada pela necessidade de colmatar uma lacuna no conhecimento científico existente e pela urgência de desenvolver intervenções

práticas e eficazes que facilitem a inclusão destes jovens na sociedade portuguesa. A crescente diversidade de nacionalidades entre os imigrantes em Portugal reforça a pertinência deste estudo. A compreensão das barreiras linguísticas e culturais enfrentadas por estes jovens é fundamental para promover uma inclusão plena e equitativa.

Este trabalho visa, assim, contribuir para o aprofundamento do conhecimento científico sobre esta temática, proporcionando uma base sólida para futuras investigações e intervenções no campo da integração de jovens refugiados em Portugal.

1.3. Perguntas de partida e objetivos

As principais perguntas de partida deste estudo encontram-se abaixo:

1. Qual é a importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados menores não acompanhados em Portugal;
2. Quais são os principais desafios e facilidades enfrentados por esses jovens na aprendizagem do português;
3. Como é que o ambiente educativo pode facilitar ou dificultar o processo de inclusão linguística e social dos refugiados menores não acompanhados;
4. De que forma as políticas públicas existentes podem ser aprimoradas para promover a inclusão efetiva desses jovens na sociedade portuguesa.

Através do estudo da importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados Menores Não Acompanhados, em Portugal, e das barreiras enfrentadas na sua integração, são objetivos específicos:

1. **Analisar desafios e facilidades na aprendizagem:** investigar e analisar os principais desafios e facilidades enfrentados por refugiados menores não acompanhados no processo de aprendizagem do português e na sua integração na sociedade portuguesa;

2. **Papel da língua portuguesa na integração social:** aprofundar a compreensão do papel da língua portuguesa na integração social dos refugiados menores não acompanhados e inclusão no sistema educativo;
3. **Papel do ambiente educativo, e o impacto da aprendizagem da língua em meio escolar:** avaliar o papel do ambiente educativo na aprendizagem da língua portuguesa pelos refugiados menores não acompanhados. Isso inclui a importância do estabelecimento de relações de confiança e respeito mútuos, promovendo um ambiente propício ao desenvolvimento linguístico e à inclusão social. Examinar o impacto do absentismo escolar e do insucesso académico, explorando como tais fenómenos afetam a inclusão social.

2. Conceitos, revisão da literatura e políticas públicas

Neste capítulo, será abordada a complexa questão da integração de refugiados menores não acompanhados em Portugal. A integração desses jovens vai muito além da simples transição espacial e física, exigindo uma abordagem multifacetada que considere tanto os aspetos legais como os sociais, psicológicos e culturais. O capítulo propõe-se a analisar as dinâmicas que envolvem a inclusão de menores refugiados em Portugal, com ênfase nas políticas públicas, nos obstáculos enfrentados e nas práticas que visam facilitar o processo de integração. Paralelamente, analisa o papel do ambiente educativo, especialmente no que diz respeito à aprendizagem da língua portuguesa, a qual se revela uma peça central na inclusão social destes jovens. A criação de relações de confiança e respeito no ambiente escolar contribui significativamente para o desenvolvimento linguístico, enquanto o absentismo e o insucesso académico são questões abordadas como desafios que podem comprometer esse processo de integração. Desta forma, o capítulo articula-se com a necessidade de avaliar o impacto do contexto escolar, destacando tanto as barreiras quanto às soluções encontradas para promover uma integração mais eficaz.

Será realizada uma contextualização do enquadramento legal e institucional que rege a proteção e integração dos jovens referidos em Portugal. Este processo é regulamentado por normativas internacionais, como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e a Convenção de Genebra¹ de 1951, e por legislações nacionais, como o Decreto-Lei nº 54/2018, (2018), que visa promover uma educação inclusiva. Contudo, apesar do quadro legal robusto, surgem diversas dificuldades na sua implementação (Pires, 1999), especialmente no que concerne à adaptação prática das escolas, serviços de saúde e redes de apoio social à realidade específica dos refugiados menores não acompanhados (Rodrigues, 2010).

¹ A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951, define o que é um refugiado e estabelece os direitos dos indivíduos aos quais é concedido o direito de asilo bem como as responsabilidades das nações concedentes. (Conferência das Nações Unidas, 1951).

A análise desta problemática será guiada pela ideia de que a integração social é um processo complexo, bidimensional, que implica tanto a adaptação dos refugiados às novas normas e estruturas sociais, quanto o ajustamento das instituições e da sociedade de acolhimento para receber e incluir esses jovens. Assim, a integração é um fenómeno que exige reciprocidade. Como apontam Pires (1999) e Roberto & Moleiro (2021), um dos grandes desafios reside no facto de que, muitas vezes, a responsabilidade pela integração recai quase exclusivamente sobre os imigrantes-refugiados, sem que haja uma transformação adequada por parte das instituições de acolhimento. Este ponto será detalhado com base em exemplos práticos retirados da literatura, que sublinham a necessidade de políticas públicas mais articuladas e abrangentes.

Entre os principais desafios enfrentados pelos menores não acompanhados em Portugal, destaca-se a barreira linguística, apontada como um dos obstáculos mais imediatos e significativos para a integração. Em Portugal, a incapacidade de comunicar fluentemente a língua nativa dificulta o progresso académico e a interação social, o acesso a serviços essenciais e, em última instância, a sensação de pertença e segurança no novo país (Vieira et al., 2016, p. 12). Este fator será amplamente explorado, considerando as implicações a curto e longo prazo que a falta de domínio da língua pode ter sobre o bem-estar emocional e o sucesso escolar e social destes jovens.

Outro ponto fundamental que será discutido é a adaptação curricular e o apoio psicossocial oferecido a esses jovens, frequentemente marcado pela inadequação das estratégias educacionais implementadas para lidar com as suas necessidades específicas. Souza (2017) observa que muitos refugiados menores são colocados em turmas com base na sua idade cronológica, sem uma avaliação apropriada do seu nível escolar ou das suas competências linguísticas. Este processo pode levar a um sentimento de sobrecarga e desmotivação, aumentando o risco de desistência escolar (Abrantes et al., 2011; Quaresma et al., 2012; D. C. C. Silva, 2019). A literatura aponta para a necessidade urgente de uma maior formação dos professores para lidar com a diversidade cultural e linguística nas salas de aula, bem como a importância de

programas educativos mais flexíveis e adaptados às trajetórias de vida fragmentadas dos refugiados (Abrantes, 2021; Rodrigues, 2010).

Além da análise do contexto educativo, será dada especial atenção ao impacto psicológico que o processo de deslocamento e adaptação exerce sobre os jovens refugiados menores não acompanhados. Neste âmbito, o ambiente escolar desempenha um papel crucial na aprendizagem da língua portuguesa e na criação de um espaço que favoreça o desenvolvimento de relações de confiança e respeito mútuos, essenciais para o seu bem-estar psicológico. Um ambiente educativo acolhedor pode mitigar os efeitos do trauma associado à deslocação, promovendo a inclusão social e o sucesso académico. Por outro lado, o absentismo escolar e o insucesso académico, muitas vezes exacerbados por barreiras linguísticas e psicológicas, serão examinados como fatores que podem dificultar tanto a integração social quanto o processo de adaptação emocional dos jovens refugiados. Muitos dos jovens referidos chegam a Portugal após vivências traumáticas, como guerras, perseguições ou a perda de familiares, o que exige um acompanhamento psicológico especializado para promover a sua resiliência e facilitar a sua integração. No entanto, como aponta. O sistema de acolhimento em Portugal ainda apresenta lacunas significativas na articulação entre os serviços educativos, de saúde e de apoio social, dificultando uma resposta coordenada e eficaz às múltiplas necessidades destes jovens.

A literatura internacional sobre a integração de refugiados sugere também que a participação ativa das comunidades de acolhimento é um fator determinante para o sucesso da inclusão social dos menores não acompanhados (Roberto & Moleiro, 2021). Em Portugal, o envolvimento das comunidades locais ainda é limitado, o que fragiliza as redes de apoio social e dificulta a construção de laços afetivos e sociais que são cruciais para a criação de um sentimento de pertença e estabilidade emocional.

Para concluir, este capítulo também incluirá uma breve comparação com as experiências internacionais de integração de menores não acompanhados, particularmente em países como a Alemanha, a Suécia e o Canadá, que, da análise

realizada, parecem ter desenvolvido modelos de acolhimento mais integrados e estruturados, com maior ênfase no apoio psicossocial e na preparação para a vida adulta. Essas experiências oferecem lições valiosas para o contexto português, sublinhando a importância de políticas públicas que combinem o ensino da língua com o apoio psicológico, a formação profissional e a participação ativa da comunidade. Através desta análise comparativa, o objetivo é identificar possíveis áreas de melhoria para fortalecer o sistema de acolhimento e promover uma integração mais eficaz e digna para os jovens refugiados em Portugal.

2.1. Migrantes e refugiados: mobilidade espacial e integração social

Nenhum refugiado o é sem que exista um processo de migração. Porém, os conceitos de “refugiado” e “migrante” não devem ser confundidos. Para que um refugiado o seja, é necessário que migre em condições particulares. Neste ponto, procura-se identificar duas semelhanças e duas diferenças entre “migração” e “migração de refugiados”.

A primeira semelhança é que a migração de um refugiado, assim como qualquer migração, implica um processo de mobilidade espacial. Este movimento é o ponto de partida para a migração e constitui a condição demográfica do fenómeno, que envolve a transição de uma área geográfica para outra, seja dentro do mesmo país (migração interna) ou entre diferentes países (migração internacional). Para Lee, p. (1966, p. 49) *“Independentemente da sua duração, facilidade ou dificuldade, cada ato de migração envolve uma origem, um destino e um conjunto de obstáculos. Entre os obstáculos intervenientes, incluímos a distância da deslocação como um obstáculo sempre presente.”*

A definição assinalada ressalta o carácter espacial da migração, o que implica que não se pode ser considerado migrante sem uma mudança física de residência entre espaços territoriais distintos. Assim, um processo de migração implica sempre uma mudança geográfica. Esta mudança, por sua vez, não tem de se resumir à

transposição de uma fronteira externa (existindo, igualmente, processos de migração interna). A sobrevalorização da dimensão formal da fronteira, ou a sua redução à dimensão político-administrativa, é estabelecida em detrimento da valorização das dinâmicas de integração no contexto da sociedade de chegada (Curvêlo, 2023). Se a fronteira permite distinguir entre elementos que podem ser considerados mais parecidos do que diferentes, da sua transposição não resulta apenas a distinção entre territórios geográficos, mas também entre os quadros sociais da sociedade de partida e de chegada. Assim, a migração vai além da deslocação simplesmente física de uma pessoa de um lugar para outro. Para Mangalam e Schwarzweller (1968), citados por (Curvêlo, 2023), a migração é um processo que implica para lá da deslocação entre territórios a transição para um novo sistema de interação social, assumindo-se desta forma, a segunda semelhança.

Como resultado, o migrante precisa de se adaptar a novas normas, valores e estruturas sociais, culturais e económicas. Esta é a condição social do fenómeno migratório. Ou seja, a migração não se resume ao deslocamento físico, mas deve ser acompanhada por um processo de integração: esta não pode ser limitada apenas à dimensão demográfica, pois envolve também um processo de integração social, que é igualmente essencial para que a migração se concretize plenamente.

Estas duas condições, a mobilidade espacial e a interação social, são imprescindíveis tanto a um processo de migração como, particularmente, a um processo de migração de refugiados. E é a partir desta combinação que se pode afirmar que um refugiado é também um migrante, embora em condições particulares. Essas condições particulares podem encontrar-se antes e depois da migração dos refugiados.

Para Haas (2021), a migração de refugiados resulta da conjugação de baixas aspirações migratórias e baixas capacidades migratórias. Quando um refugiado migra, fá-lo sem poder regressar ao seu país de origem, fugindo de condições particulares que o obrigam a deslocar-se. Ou seja, o que Haas (2021, p. 2) define como *“uma função das aspirações gerais de vida das pessoas e das estruturas de oportunidades geográficas percebidas”*, assume níveis reduzidos face à necessidade

de proteção e asilo. Significa isto que a migração não é fortemente motivada por elevados níveis de aspirações, ou seja, no limite, por qualquer representação do destino. A capacidade migratória, ou seja, a capacidade dos refugiados de realizar a sua migração, é geralmente limitada por condições adversas. Segundo a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967, um “refugiado” é uma pessoa que, devido a um receio fundamentado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou opinião política, é forçada a abandonar o seu país de origem (Conferência das Nações Unidas, 1951). Esta migração, sendo forçada, distingue os refugiados dos migrantes voluntários, pois, para os primeiros, a fuga é uma questão de sobrevivência e não uma escolha deliberada para melhorar as suas condições de vida.

Esta é uma das explicações para situações de vulnerabilidade, que se verificam em muitos dos casos analisados nesta tese. No caso dos refugiados, este processo adquire uma complexidade adicional, pois são migrantes que se deslocam de forma involuntária, fugindo de perseguições, conflitos ou outras ameaças à sua integridade física e liberdade. Esta condição de vulnerabilidade tem um impacto direto nas condições de integração. Devido ao carácter forçado da sua deslocação, os refugiados chegam frequentemente ao país de acolhimento sem preparação prévia, sem bens materiais ou redes de apoio que possam facilitar a sua integração (Estoura & Roberto, 2017). Além disso, muitos carregam traumas resultantes de experiências de guerra, perseguições ou violência, o que agrava o processo de adaptação a um novo país. Este aspeto é particularmente relevante no que diz respeito à saúde mental e à reintegração social, uma vez que os refugiados enfrentam diferentes desafios materiais e psicológicos, derivados das suas experiências passadas (Estoura & Roberto, 2017; Moleiro & Roberto, 2021; Oliveira, 2022b, 2023a).

2.1.1. Refugiados Menores não Acompanhados: uma definição

Entre os refugiados, há um grupo que se destaca pela sua maior vulnerabilidade: os menores não acompanhados. Estes são crianças e jovens com

menos de 18 anos que se deslocam para um país estrangeiro sem a presença de um adulto responsável. Embora enfrentem uma situação de elevada fragilidade, também demonstram uma notável resiliência, resultado da superação das adversidades durante a viagem e da adaptação a um novo contexto. Assim, vivem num equilíbrio entre vulnerabilidade e capacidade de resistência. As entrevistas conduzidas neste estudo confirmaram os dados da revisão de literatura ao sublinharem estes fatores na primeira pessoa. A ausência de apoio familiar direto coloca estes menores numa situação de elevado risco, pois, para além dos desafios comuns a qualquer refugiado, encontram-se desprotegidos e mais suscetíveis à exploração, abuso e tráfico humano. Para além da mudança de território a migração, neste contexto, implica uma transição social. Para estes jovens, essa transição social assume uma particular complexidade, uma vez que enfrentam a necessidade de reconstruir as suas vidas num ambiente completamente novo, desprovidos do apoio familiar necessário (Roberto & Moleiro, 2021).

A integração de menores não acompanhados em sociedades de acolhimento, como Portugal, é uma questão complexa que vai além da simples inserção desses jovens no sistema educacional e no mercado de trabalho. A literatura sobre integração social geralmente concebe-a como um processo bidimensional, onde tanto o indivíduo quanto a sociedade precisam se adaptar para que a inclusão seja efetiva. Segundo Pires (1999), e de acordo com a Teoria da Estruturação, a integração deve ser entendida como uma reconstrução das interações sociais, onde o idioma desempenha um papel fundamental. A integração requer um ajustamento mútuo, embora a maior parte da responsabilidade recaia sobre as instituições da sociedade de acolhimento (Costa et al. 2014).

Estes menores necessitam de um acompanhamento especial por parte das autoridades e das instituições do país de acolhimento, que devem assegurar a sua proteção imediata e a sua integração a longo prazo. A integração destes jovens nos sistemas de educação, saúde e proteção social é essencial para garantir o seu desenvolvimento saudável e permitir que superem os traumas e dificuldades associados à sua situação de refúgio (Folgado, 2022). Legalmente, os menores não

acompanhados gozam de uma proteção reforçada ao abrigo do direito internacional, que estabelece normas específicas para o seu acolhimento e integração, garantindo-lhes o acesso a direitos fundamentais, como educação e saúde, necessários para que possam reconstruir as suas vidas e desenvolver uma sensação de pertença ao novo país (Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho, Concessão de Asilo ou de Proteção Subsidiária, 2008; Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, 1999).

A migração de refugiados é um processo complexo que envolve a transição espacial e a integração social no país de acolhimento. No caso dos jovens referidos, esta integração é particularmente desafiante, devido à sua vulnerabilidade específica e à necessidade de apoio especial por parte das autoridades. Como mostram as leituras teóricas, a migração, para ser verdadeiramente entendida, deve ser vista como um processo simultaneamente demográfico e social, que implica a adaptação a novos contextos e a construção de novas relações sociais no destino final.

Pires (1999) destaca ainda a integração sistémica como um conceito central para entender como as estruturas sociais e políticas podem ou não acomodar a diversidade introduzida pelos imigrantes. No caso dos jovens, o sistema educacional é frequentemente o primeiro ponto de contacto formal com a sociedade de acolhimento, e a sua capacidade de acomodar as necessidades linguísticas e culturais desses jovens é um indicador importante do sucesso ou fracasso da sua integração.

No entanto, é importante notar que a literatura também aponta para as limitações dessas abordagens. Por exemplo, Abrantes (2021) sugere que o foco exclusivo na adaptação dos refugiados às normas da sociedade de acolhimento pode ignorar a necessidade de que a sociedade também se transforme para incluir as novas culturas e experiências trazidas pelos imigrantes. Isso levanta uma questão importante: até que ponto as políticas de integração são verdadeiramente inclusivas, ou se elas perpetuam um modelo assimétrico de adaptação onde o imigrante deve conformar-se aos padrões existentes sem que haja uma reciprocidade real por parte da sociedade de acolhimento.

2.1.2. A centralidade do domínio da língua e o papel das políticas públicas

O sistema educacional português enfrenta desafios significativos ao incluir menores não acompanhados, com a barreira linguística a emergir como uma das dificuldades principais. Contudo, como apontam Vieira et al. (2016) num estudo referente à Rússia, as dificuldades linguísticas são agravadas por outros fatores, como diferenças culturais, traumas anteriores e um historial educacional frequentemente fragmentado ou inexistente.

Para além da língua, Souza (2017) sublinha que os refugiados menores não acompanhados enfrentam problemas relacionados com a adaptação curricular.

Outro aspeto importante é a falta de formação específica dos professores para lidar com alunos cuja língua materna não é o português. Rodrigues (2010) e Abrantes (2021) enfatizam a necessidade de uma formação contínua para capacitar os docentes a gerir a diversidade linguística e cultural nas salas de aula. Contudo, essa formação ainda é insuficiente em muitas escolas, limitando a capacidade dos educadores de oferecer apoio eficaz aos estudantes refugiados.

A literatura também destaca a importância de uma maior articulação entre as escolas e outras instituições de apoio, como ONG e serviços sociais. Apesar das intenções inclusivas da legislação, como o Decreto-Lei n.º 54/2018², a sua implementação enfrenta barreiras devido à escassez de recursos e resistência institucional. Roberto & Moleiro (2021) observam que, embora as políticas inclusivas estejam no papel, a prática ainda falha, com muitos jovens refugiados a enfrentar exclusão dentro do sistema escolar.

² Este Decreto-lei estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na inclusão dos refugiados menores não acompanhados. O Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações (OM) de 2022b destaca os esforços significativos realizados para promover a integração destes jovens, nomeadamente através da monitorização rigorosa dos processos de recrutamento e da composição da força de trabalho, com o objetivo de garantir que os grupos em risco de discriminação tenham as mesmas oportunidades que os demais trabalhadores. Além disso, têm sido implementados programas de formação sobre diversidade, direcionados tanto a empregadores como a empregados, com o intuito de criar um ambiente de trabalho mais inclusivo. Paralelamente, uma parte significativa dos inquiridos em Portugal manifestou-se a favor da introdução de novas medidas de proteção para grupos vulneráveis à discriminação, o que reflete um compromisso crescente com a promoção da igualdade e da inclusão social. Contudo, o relatório identifica também lacunas importantes, particularmente no que respeita à implementação de programas de ensino da língua e de integração social, áreas essenciais para a plena integração dos refugiados menores. Embora os inquiridos em Portugal tenham demonstrado apoio a medidas de proteção para grupos vulneráveis à discriminação e o país apresente esforços significativos na promoção da diversidade no local de trabalho, o texto aponta que ainda persistem dificuldades nestes domínios. A falta de programas de ensino da língua e a integração social são áreas essenciais onde se observam fragilidades, sugerindo que, apesar dos avanços em áreas como o combate à discriminação, o processo de adaptação linguística e social dos jovens refugiados não acompanhados requer maior atenção e investimento.

O Decreto-Lei n.º 54/2018 (2018) considerado um marco nas políticas educacionais, visa promover um ambiente educacional inclusivo. A par desse decreto, também o (Decreto-Lei n.º 55/2018, 2018) é central para a inclusão dos alunos refugiados menores não acompanhados, já que permite às escolas a adaptação do currículo às especificidades de cada contexto e às necessidades dos seus alunos, bem como diversificar os métodos e instrumentos de avaliação.

Abrantes (2021) propõe que as políticas públicas adotem uma abordagem mais holística, que vá além do contexto escolar, incluindo também o acesso a serviços de saúde, apoio psicológico e orientação profissional. A inclusão não pode ser vista apenas como um processo educacional, mas deve abranger todos os aspetos da vida destes jovens. Pires (1999) também problematiza a eficácia das políticas de integração quando implementadas isoladamente, sem articulação entre diferentes áreas como educação, saúde e assistência social. A falta de coordenação pode fragmentar os esforços de integração, dificultando a construção de trajetórias de vida estáveis para os jovens refugiados.

Roberto & Moleiro (2021) enfatizam ainda a importância da participação das comunidades locais na implementação de políticas de integração. Políticas públicas que ignoram o papel fundamental das redes comunitárias e das próprias comunidades de refugiados correm o risco de falhar na criação de um ambiente inclusivo. A inclusão só será efetiva se houver uma abordagem participativa, envolvendo todos os atores sociais, incluindo os próprios jovens refugiados, nas decisões que afetam as suas vidas.

A integração de refugiados menores não acompanhados em Portugal tem ganho crescente relevância, especialmente devido ao aumento dos fluxos migratórios (Sousa et al., 2021). Estes jovens, frequentemente marcados por traumas de deslocamento forçado, enfrentam desafios únicos ao tentar construir uma nova vida em sociedades de acolhimento. A educação desempenha um papel crucial na construção de competências linguísticas, sociais e culturais, fundamentais para a plena inclusão destes jovens na sociedade portuguesa.

Dadas estas condicionantes, o Ministério da Educação, em colaboração com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), elaborou um guia de acolhimento destinado a estes jovens, do pré-escolar ao ensino secundário, com especial enfoque no ensino da língua, tais como a organização de grupos de aprendizagem de português, compostos por 8 a 10 alunos, com aulas de 2 horas diárias ministradas por professores ou técnicos especializados. Estes docentes devem ter experiência em Português Língua Não Materna (PLNM) ou no ensino de

português para estrangeiros, o que assegura uma abordagem pedagógica ajustada às necessidades dos alunos. Adicionalmente, o guia recomenda a realização de um diagnóstico inicial para avaliar o nível de proficiência linguística de cada aluno. Esta avaliação orienta a formação dos grupos de aprendizagem e a criação de planos de acompanhamento personalizados, tendo em conta a idade, o nível de escolaridade e a familiaridade com a língua portuguesa.

Outra medida importante é o recurso a intérpretes e serviços de tradução telefónica, disponibilizados pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), que facilita a comunicação nos primeiros momentos da integração dos jovens, garantindo que possam expressar-se e compreender as instruções básicas enquanto iniciam o processo de aprendizagem do português. (Menores Estrangeiros Não Acompanhados (MENA): Guia de Acolhimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, 2020).

Ascensão & Ourives (2010) argumentam que o domínio da língua do país de acolhimento é um dos principais fatores que facilitam a integração, pois promove a inclusão social e a valorização da identidade dos indivíduos na nova sociedade. Por seu turno, Vieira et al. (2016) reforçam que a integração desses jovens não pode ser vista apenas sob a ótica da inclusão escolar ou do mercado de trabalho. Deve-se considerar a inclusão cultural e cívica como partes essenciais do processo, o que requer uma abordagem mais abrangente e menos instrumental. Para estes autores, a integração cívica, que inclui o acesso a direitos e a participação ativa na comunidade, é tão crucial quanto a integração económica, o que implica o domínio da língua.

A literatura é quase unânime em destacar a centralidade do domínio da língua portuguesa na inclusão social dos refugiados menores não acompanhados em Portugal. O domínio da língua é frequentemente descrito como o principal fator de inclusão, pois permite que os indivíduos participem plenamente na vida social, educacional e económica do país de acolhimento.

Nogueira (2023) destaca que a língua não é apenas um meio de comunicação, é também um elemento fundamental para a construção de identidade e para o desenvolvimento de um sentido de pertença. Para este autor, a proficiência em português facilita a criação de redes sociais, a participação em atividades comunitárias e o acesso a serviços públicos, todos essenciais para a integração social. Roberto & Moleiro (2021) adicionam uma dimensão crítica ao discutir o impacto psicológico do domínio ou da falta de domínio da língua. Para eles, a barreira linguística é um fator de isolamento social que pode exacerbar sentimentos de exclusão e marginalização, especialmente em jovens que já carregam o trauma de deslocamento forçado e perda familiar. Além disso, a incapacidade de comunicar pode levar a frustrações e ao desenvolvimento de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. Silva (2017) argumenta que a aprendizagem da língua deve ser vista mais do que uma habilidade técnica, como uma ferramenta de empoderamento. Para este autor, o ensino da língua portuguesa deve ser integrado num currículo que também aborde questões de cidadania, direitos humanos e cultura, de modo a promover uma inclusão mais holística.

No entanto, a literatura também aponta para algumas contradições e tensões no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Rodrigues (2010) problematiza a eficácia das políticas de ensino de português como língua não materna (PLNM) nas escolas portuguesas. Souza (2017) levanta ainda a questão do papel do ensino de português na perpetuação de relações de poder. Segundo o autor, a imposição do português como língua dominante pode, em alguns casos, reforçar a marginalização de outras línguas e culturas, perpetuando uma forma sutil de exclusão. Esse ponto de vista levanta questões sobre a necessidade de políticas educacionais que sejam verdadeiramente inclusivas e sensíveis à diversidade linguística e cultural dos estudantes.

2.2. Experiência internacional na integração de refugiados Menores Não Acompanhados

A integração de refugiados menores não acompanhados exige respostas coordenadas entre diferentes níveis governamentais e sociais, devido à sua vulnerabilidade. Diversos países têm abordado esse desafio de formas distintas, adaptando os seus sistemas de acolhimento e integração às necessidades específicas destes jovens. Um estudo comparativo entre 13 estados europeus, conduzido por Sandermann et al. (2017), sublinha as diferenças de acolhimento entre os diferentes países. Em países como a Suécia, Roménia, Noruega, Irlanda, Itália, Áustria, e Alemanha, estes jovens são reconhecidos nessa condição e encaminhados para autoridades especializadas, responsáveis pela verificação da sua idade num processo realizado após a entrada no território, à semelhança do que acontece em Portugal. Em países como a Suíça, Países Baixos, Grécia, França e Bélgica, essa verificação é efetuada pelas autoridades fronteiriças antes de lhes ser concedido asilo, sempre que surgem dúvidas quanto à idade dos menores, conforme podemos observar na Tabela 1.

Tabela 1 - Alojamento dos requerentes de asilo menores não acompanhados durante a fase inicial de acolhimento

Pais	Avaliação da Idade	Onde os Menores Não Acompanhados (MNA) requerentes de asilo são inicialmente acolhidos
Austria	Durante a receção Inicial <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para a MNA <i>Fonte: Heilemann 2017, p. 6</i>
Bélgica	Na fronteira <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para a MNA <i>Fonte: Heilemann 2017, p. 6; De Graeve, Vervliet & Derluyn 2017, p. 5</i>
Inglaterra	Durante a receção Inicial <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de cuidados comuns para crianças e jovens <i>Fonte: EMN 2015a, p. 23; Wade 2018, p. 5</i>
France	Na fronteira <i>Source: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para a MNA - em instalações de acolhimento comuns para crianças e jovens <i>Fonte: EMN 2014b, p. 24</i>
Germany	Durante a receção Inicial <i>Fonte: Zeller & Sandermann 2018, p. 11</i>	- em instalações de acolhimento específicas para a MNA - em instalações de acolhimento comuns para crianças e jovens <i>Fonte: Zeller & Sandermann 2018, p. 13</i>
Greece	Na fronteira <i>Fonte: Fili & Xythali 2018, p. 5</i>	- em instalações comuns de acolhimento de refugiados <i>Fonte: Fili & Xythali 2018, p. 4</i>
Ireland	Durante a receção Inicial <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para MNA - em instalações de cuidados comuns para crianças e jovens <i>Fonte: Arnold & Ní Raghallaigh 2017, p. 10</i>
Italy	Durante a receção Inicial <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para MNA <i>Fonte: Accorinti 2015, p. 63</i>
Netherlands	Na fronteira <i>Fonte: Zijlstra 2018, p. 5</i>	- em instalações de acolhimento específicas para MNA- em instalações de cuidados comuns para crianças e jovens <i>Fonte: Zijlstra et al. 2018, p. 9</i>
Norway	Durante a receção Inicial <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para MNA - em instalações de acolhimento comuns para refugiados <i>Fonte: Staver & Lidén 2014, p. 25</i>
Romania	Durante a receção Inicial <i>Fonte: Bejan, Curpan & Anza 2017, p. 8</i>	- em instalações comuns de acolhimento de refugiados <i>Fonte: Bejan, Curpan & Anza 2017, p. 10</i>
Sweden	Durante a receção Inicial <i>Fonte: EMN 2015a, p. 17</i>	- em instalações de acolhimento específicas para MNA- em instalações de acolhimento comuns para crianças e jovens - em instalações comuns para refugiados <i>Fontes: Çelikaksoy & Wadensjö 2017, p. 9; EMN 2015a, p. 23</i>
Switzerland	Na fronteira <i>Fonte: Entrevista com peritos suíços</i>	- em instalações de acolhimento específicas para MNA <i>Fonte: Entrevista com peritos suíços</i>

Nota: Adaptado de Sandermann et al., p. (2017, p. 8)

A Alemanha desenvolveu um sistema de acolhimento robusto, com uma rede de lares especializados para refugiados menores não acompanhados, proporcionando um ambiente seguro e o apoio necessário para lidar com traumas anteriores, oferecendo ainda formação educativa e profissional. Este sistema está orientado para garantir que os jovens aprendem a língua alemã, e adquirem competências práticas para se inserirem no mercado de trabalho (Schneider-Harpprecht, 2018). Nesse país, a educação é um pilar central no processo de integração, com escolas preparatórias focadas em proporcionar uma transição eficaz para o sistema escolar regular. Apesar destes esforços, o sistema alemão enfrenta desafios relacionados com a gestão de recursos e a criação de um ambiente social verdadeiramente inclusivo, especialmente no que diz respeito à aceitação dos jovens refugiados pela comunidade local (Schneider-Harpprecht, 2018). Estes desafios mostram a necessidade de investimentos adicionais para assegurar uma qualidade contínua de apoio.

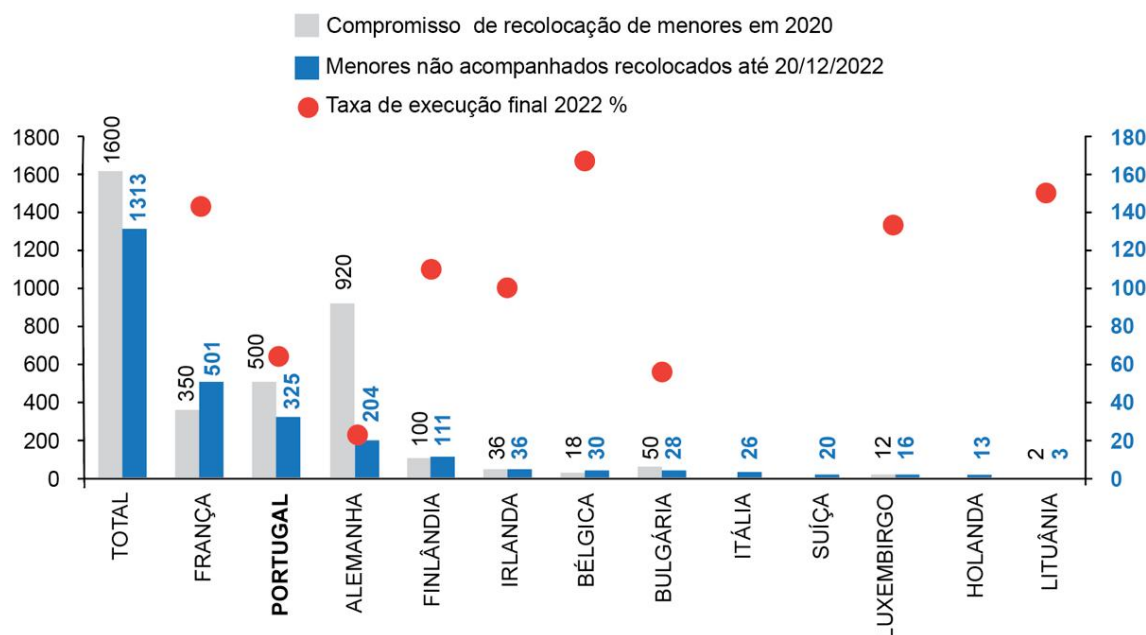
No primeiro grupo de países mencionados, Suécia, Roménia, Noruega, Irlanda, Itália, Áustria, e Alemanha, apesar dos desafios, a abordagem é bastante estruturada e integrada, com forte ênfase tanto na saúde mental como na educação. No estudo conduzido por Sandermann et al. (2017) podemos ver a diferença de acolhimento dos menores, onde alguns são acolhidos em unidades residenciais específicas, onde recebem apoio psicológico intensivo para lidar com o trauma das suas experiências anteriores, e outros são acolhidos em instalações comuns.

Também a forma como são inseridos na sociedade de acolhimento varia de estado para estado. O governo sueco, por exemplo, implementou um programa que visa uma rápida inserção no sistema educativo, oferecendo aulas intensivas de sueco e apoio adicional para que os jovens recuperem o tempo escolar perdido durante o deslocamento forçado (Kupriyanova, 2023). No entanto, na maior parte desses países, o acompanhamento psicológico é uma prioridade, dado que muitos desses jovens têm vivências traumáticas ligadas à guerra ou a perseguições, e o sistema sueco garante um apoio contínuo para promover a sua resiliência.

2.2.1. Enquadramento nacional

Em 2020, Portugal assumiu o compromisso de recolocar 500 menores não acompanhados ao abrigo do Programa Europeu de Recolocação Voluntária da Grécia. (Oliveira, 2023a), conforme podemos observar na Figura 1.

Figura 1- Número de Menores Não Acompanhados recolocados ao abrigo do Programa Europeu de Recolocação Voluntária da Grécia, por país europeu, a 20 de Dezembro de 2022



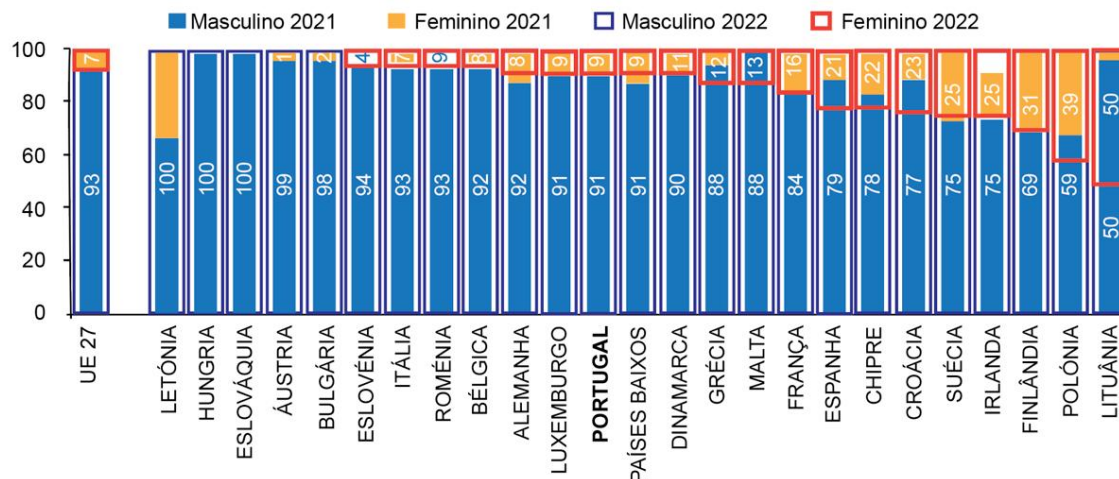
Nota: Adaptado de Oliveira (2023a) - Infografia OIM Grécia - Voluntary Scheme for the Relocation from Greece to other European countries up to 20/12/2022

Até o final de dezembro de 2022, “Portugal teve uma taxa de execução do seu compromisso para este programa de 65% (com um total de 325 jovens recolocados no país), também como consequência dos efeitos da pandemia, representando estas recolocações no país um quarto (24,8%) do total de recolocações de menores não acompanhados efetuadas ao abrigo deste programa até ao final de 2022” (Oliveira, 2023^a, p.75).

Quando comparado com outros países europeus, Portugal ocupa o terceiro lugar em termos de compromissos e recolocações efetivas, posicionando-se atrás da

Alemanha, que assumiu a recolocação de 920 menores (com uma taxa de execução de 100%).

Figura 2- Pedidos de Asilo de Menores Não Acompanhados, por sexo e por país da UE27, 2021 e 2022



Nota: Adaptado de Oliveira (2023a) - Fonte EUROSTAT

A análise da distribuição dos pedidos de asilo por menores não acompanhados na UE27 revela uma clara predominância de menores do sexo masculino, que constituíram 93% do total em 2022. Em determinados Estados-Membros, como a Hungria, Eslováquia, Áustria e Bulgária, quase todos os pedidos de asilo apresentados por menores em 2021 e 2022 foram de rapazes (ver figura 2). Um caso excecional em 2022 foi a Lituânia, que acolheu um número igual de rapazes e raparigas. Apesar da prevalência de requerentes masculinos, a Polónia destacou-se por ter a maior percentagem de raparigas menores não acompanhadas entre os seus requerentes de asilo, com 35% em 2020, 33% em 2021 e 39% em 2022. Em Portugal, em 2022, apenas 9% dos menores não acompanhados que solicitaram asilo eram do sexo feminino (5 raparigas num total de 55 menores, conforme a figura 2).

O estudo dos dados relativos a menores não acompanhados, em Portugal, proporciona uma compreensão aprofundada do papel de Portugal no acolhimento destes jovens, permitindo comparações com outros países europeus e ajudando a informar políticas voltadas para melhorar o seu acolhimento e integração.

2.2.2. Comparação com o caso português e conclusão

A comparação com o contexto português revela importantes oportunidades de adaptação e melhoria da realidade existente. Embora Portugal tenha já políticas de acolhimento estabelecidas, há margem para fortalecer o sistema através da implementação de modelos integrados de apoio psicossocial e educativo, como os observados na Alemanha, por exemplo. Os relatórios de Folgado (2022), Roberto & Moleiro (2021) e Souza (2017), falam a partir da perspectiva das instituições, focando-se nas barreiras linguísticas e na melhoria de trabalho em rede entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Ao analisar desafios e facilidades na aprendizagem, primeiro objetivo específico desta dissertação, também fora do contexto português, é possível compreender diferentes processos de aprendizagem de integração nas respetivas sociedades, conforme proposto no segundo objetivo específico; A introdução de programas mais intensivos de ensino da língua portuguesa, inspirados no modelo alemão de escolas preparatórias, e o desenvolvimento de iniciativas que combinem o ensino com o apoio psicológico, à semelhança do que se faz na Suécia, poderiam melhorar a integração inicial dos refugiados menores não acompanhados em Portugal. Além disso, fomentar uma maior participação das comunidades locais no processo de acolhimento, tal como no modelo canadiano, poderia acelerar o sentido de pertença e facilitar a criação de redes sociais mais amplas, promovendo uma inclusão mais eficaz.

Adicionalmente, a experiência alemã e canadiana na transição para a vida adulta oferece lições valiosas. O enfoque na formação profissional e no apoio à entrada no mercado de trabalho é crucial para que os menores possam alcançar a independência económica. Em Portugal, há espaço para expandir os programas de formação profissional destinados a jovens refugiados, garantindo que a transição para

a vida adulta seja feita de forma mais estruturada e eficaz, preparando-os para se tornarem membros ativos da sociedade portuguesa.

A integração destes menores requer uma abordagem multifacetada que combine educação, saúde mental, apoio social e profissional. As experiências internacionais demonstram que políticas de integração bem-sucedidas são aquelas que consideram o bem-estar emocional dos jovens, promovem a sua adaptação cultural e educativa e facilitam a sua inclusão social através de redes de apoio fortes. Ao adaptar essas lições ao contexto português, o país poderá construir um sistema de acolhimento mais eficaz e sustentável, garantindo que os jovens refugiados se integrem de forma plena e digna na sociedade.

2.3. Inclusão ou Integração?

Embora "integração" e "inclusão" sejam frequentemente usadas de forma intercambiável, elas descrevem conceitos distintos no contexto educativo e social (Freire, 2008).

No contexto educacional e social em Portugal, o termo "inclusão" tem sido amplamente utilizado, sobretudo no que diz respeito à promoção da participação plena e equitativa de alunos provenientes de diferentes origens, com capacidades, características e necessidades diversas. Este conceito tem uma importância especial no ambiente escolar, onde se pretende criar um espaço em que todos os alunos, independentemente das suas condições individuais, sejam respeitados, aceites e possam participar ativamente na vida académica e social da escola (D. A. Rodrigues, 2010).

Segundo (Freire, 2008, p.5), *“No contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características”*.

O objetivo da inclusão é garantir que ninguém seja excluído ou marginalizado devido às suas diferenças, sejam elas culturais, linguísticas, físicas ou cognitivas. Importa frisar que, ao falar de inclusão, o foco não é sobre a necessidade de os alunos se adaptarem às normas ou expectativas já estabelecidas, mas sim sobre a adaptação do próprio sistema educativo e das práticas pedagógicas para que sejam verdadeiramente acessíveis e justas para todos (Organização das Nações Unidas para a Educação & Ministério da Educação e Ciência de Espanha, 1994).

Desta forma, a inclusão vai muito além da simples integração física dos alunos em sala de aula; trata-se de assegurar que eles tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades que os seus colegas, e que o ambiente escolar esteja preparado para atender às suas necessidades particulares, sem que esses alunos tenham de se moldar a padrões rígidos ou pré-definidos. O conceito de inclusão propõe, assim, uma transformação no paradigma educacional, onde a diversidade é vista como um recurso positivo e enriquecedor, e não como um obstáculo a ser superado. A construção de um ambiente inclusivo exige mudanças a nível de políticas educativas, formação docente e práticas pedagógicas, de forma que as escolas possam ser espaços verdadeiramente acolhedores para todos os alunos, independentemente da sua origem ou capital social (Abrantes, 2021; Direção-Geral da Educação, 2024; Freire, 2008; D. A. Rodrigues, 2010).

Por outro lado, o conceito de "integração" é, em muitos casos, mais frequentemente associado ao processo de adaptação de migrantes, como os menores não acompanhados, à sociedade em geral. Neste caso, a integração envolve um processo mais amplo e, muitas vezes, complexo, que inclui o ajustamento desses indivíduos a um novo contexto social, cultural e linguístico. Para os migrantes, a integração frequentemente implica a necessidade de aprender a língua do país de acolhimento, adaptar-se aos costumes, regras e normas sociais locais, e estabelecer novas redes de relações, tanto em termos sociais quanto profissionais, dentro da comunidade que os acolhe (Cunha, 2024). Este processo de integração pode ser desafiador, uma vez que envolve a adaptação dos migrantes ao novo ambiente, assim

como a capacidade da sociedade de acolhimento em oferecer apoio e criar condições que facilitem este processo.

Ao contrário do conceito de inclusão, que procura garantir que os indivíduos sejam aceites tal como são, sem exigir conformidade, o termo "integração" está muitas vezes associado à ideia de que os migrantes ou minorias precisam de se ajustar às regras, valores e cultura da sociedade que os recebe. Embora a integração seja essencial para permitir que os migrantes possam participar ativamente na vida social e económica do novo país, ela também levanta desafios significativos, particularmente no que se refere à manutenção da identidade cultural dos migrantes e ao equilíbrio entre a adaptação ao novo contexto e a preservação das suas tradições e valores de origem.

No que diz respeito à diferença entre os dois conceitos, pode afirmar-se que "inclusão" se refere a um processo que visa garantir a aceitação e a participação plena de todos os indivíduos na sociedade ou nas instituições, sem que haja a exigência de que estes se conformem a padrões preexistentes (Freire, 2008).

A inclusão é, assim, um princípio mais amplo e igualitário, que reconhece o valor da diversidade e procura criar condições para que todos possam prosperar. Em contraste, "integração" foca-se no processo de adaptação de um indivíduo a um novo ambiente ou sistema, sendo frequentemente utilizado no contexto da migração, em que os recém-chegados são incentivados a ajustar-se às normas e costumes da sociedade de acolhimento. Embora ambos os conceitos sejam importantes, a inclusão vai além, ao procurar transformar as próprias estruturas para que estas sejam mais justas e acessíveis a todos (Freire, 2008).

No âmbito escolar, o termo "inclusão" é, sem dúvida, o mais apropriado e preferido pelos educadores e decisores políticos, uma vez que o principal foco é garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educativas especiais ou oriundos de contextos migratórios, possam participar de forma equitativa, plena e significativa no processo de ensino-aprendizagem. A sua aplicação, a nível educativo, é regulada pelo Decreto-Lei n.º 54/2018 (2018). O objetivo é que estes

alunos consigam ultrapassar barreiras de qualquer natureza – sejam elas físicas, sociais, culturais ou pedagógicas – e que não sejam vítimas de discriminação, explícita ou implícita. A inclusão nas escolas significa, portanto, a criação de um ambiente de aprendizagem que acolha a diversidade como uma oportunidade de crescimento e enriquecimento para todos, enquanto promove a igualdade de oportunidades para o sucesso acadêmico e pessoal de cada aluno.

3. Metodologia

A metodologia proposta para este estudo compreende uma abordagem de pesquisa de campo, fundamentada em entrevistas semiestruturadas.

Além disso, a análise documental foi realizada paralelamente, utilizando-se documentos relevantes para complementar a análise das entrevistas. Segundo M. Rodrigues (2011) Bryman (2004) descreve a análise de conteúdo como um método organizado e sistemático para examinar textos e documentos, com o intuito de classificar informações em categorias previamente estabelecidas. Esse processo transforma elementos textuais em dados mensuráveis, adotando uma abordagem quantitativa. Um exemplo seria contar quantas vezes certos temas ou palavras aparecem em um conjunto de textos e atribuir-lhes uma categoria. A pesquisa documental, por sua vez, envolve o estudo de documentos já existentes, como relatórios, artigos ou jornais. De acordo com Bryman, essa análise ajuda a identificar padrões e tendências a partir da categorização das informações contidas nesses documentos. No entanto, ele enfatiza a importância de seguir procedimentos claros e replicáveis, de modo que os resultados possam ser considerados confiáveis e validados por outros investigadores. Isso significa que a análise deve ser feita de maneira objetiva e cuidadosa, para garantir que as suas conclusões sejam consistentes e verificáveis. Bryman destaca a necessidade do rigor na pesquisa documental, utilizando a análise de conteúdo para quantificar dados de maneira controlada, ao mesmo tempo em que reforça a importância de manter critérios científicos sólidos para garantir a validade dos resultados.

Essa triangulação de dados, que envolve a comparação e a combinação de diferentes fontes de informação, proporciona uma visão mais robusta e completa dos resultados, enriquecendo a interpretação dos mesmos. Desta forma, o método escolhido assegurou uma abordagem rigorosa e sensível ao contexto, oferecendo uma compreensão aprofundada das experiências vividas pelos jovens e pelos profissionais envolvidos no seu processo de integração na sociedade.

A análise dos dados recolhidos é qualitativa utilizando-se a análise temática, que permite identificar e explorar os temas centrais emergentes das entrevistas e da análise documental. Esta abordagem permite uma compreensão aprofundada das experiências e percepções dos participantes, bem como das dinâmicas e desafios relacionados com a aprendizagem do português e a inclusão dos refugiados menores não acompanhados.

Os participantes na pesquisa foram quatro refugiados menores não acompanhados, seis professores de uma escola na área metropolitana de Lisboa, e quatro trabalhadores sociais da residência institucional dos menores. A instituição e a escola localizam-se no distrito de Lisboa.

3.1. Pesquisa

Antes de proceder à gravação das entrevistas, explicámos oralmente o objetivo da investigação, garantindo aos entrevistados a liberdade de não responder a qualquer pergunta que considerem inadequada. Apesar de existir um documento de consentimento informado (apêndice III, IV e V), traduzido para o idioma em que a entrevista decorreu (português, inglês e francês), todo o seu conteúdo foi igualmente esclarecido de forma verbal, permitindo que os entrevistados colocassem perguntas ou tirassem dúvidas antes do início da gravação. Antes de darem o seu consentimento oral, os participantes receberam informações detalhadas sobre a pesquisa e sobre as questões que lhes foram colocadas.

A autorização para a recolha de dados concedida pela entidade de acolhimento de refugiados menores não acompanhados e pela escola que os recebe não dispensou a obtenção do consentimento informado dos participantes, respeitando as normas éticas de confidencialidade no tratamento dos dados. Os dados recolhidos foram analisados de acordo com critérios metodológicos e com a sua relevância para os objetivos do estudo. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas de forma a facilitar a participação dos entrevistados, criando um ambiente de confiança.

A decisão de manter a escola e a residência institucional em anonimato é tomada com base em preocupações éticas e na necessidade de garantir a segurança e proteção dos menores. O anonimato contribuiu para criar um ambiente seguro para que os participantes compartilhassem as suas experiências de maneira aberta e honesta, sem receios de possíveis repercussões negativas.

A razão da escolha de apenas uma escola prendeu-se com o facto de ser a escola de referência para os jovens, devido à sua localização próxima da instituição onde residem e, conseqüentemente, ser a que recebe o maior contingente de refugiados menores não acompanhados, mais concretamente, requerente de asilo espontâneos, referente a essa casa de acolhimento. A escola referida é TEIP, “Territórios Educativos de Intervenção Prioritária”, encontrando-se a lista das escolas TEIP na zona de Lisboa, no Apêndice II.

As entrevistas abordam diversos tópicos relacionados com a experiência de aprendizagem do português, o acesso a programas de ensino de línguas, a percepção da importância do domínio do português na sociedade portuguesa, os desafios enfrentados durante o estudo e a aquisição da língua portuguesa, bem como as estratégias utilizadas para superar essas dificuldades. Além disso, são exploradas as percepções e sentimentos dos participantes em relação à inclusão social, educativa e cultural em Portugal.

O estudo considera ainda a análise documental, que inclui a revisão de legislação, políticas públicas e relatórios institucionais relevantes para a temática da inclusão destes jovens em Portugal. Esta análise documental permite compreender o contexto legal e institucional em que se insere a aprendizagem do português por parte dos refugiados menores não acompanhados, bem como as lacunas e desafios existentes nestas políticas.

3.2. Método de recolha de dados

A recolha de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, cujos guiões podem ser analisados no Apêndice VI. Esta abordagem permite flexibilidade e adaptação das questões ao contexto específico de cada entrevistado. Este método foi escolhido por possibilitar uma exploração mais aprofundada das percepções individuais, oferecendo uma personalização que captura nuances essenciais das experiências destes menores, dos professores e dos trabalhadores sociais. A escolha das entrevistas semiestruturadas proporciona a liberdade de ajustar o guião das perguntas durante a entrevista, permitindo que o entrevistador aprofunde determinados temas que possam surgir espontaneamente.

As entrevistas com os menores foram conduzidas em ambientes cuidadosamente selecionados para garantir a sua privacidade e conforto. Esses espaços tiveram o objetivo de reduzir qualquer tipo de pressão ou *stress* relacionado com a participação na pesquisa, criando um ambiente mais acolhedor e seguro para a partilha das suas experiências. Para os professores e trabalhadores sociais, as entrevistas seguiram um formato semelhante, mas com foco nas suas percepções e vivências profissionais ao acompanhar estes jovens no processo de aprendizagem da língua portuguesa e na promoção da sua inclusão social. Esses profissionais ofereceram uma visão única sobre os desafios e as estratégias utilizadas para facilitar o sucesso dos jovens, tanto no contexto educacional como na integração social.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas a uma análise de conteúdo. Este processo de análise permitiu identificar padrões, temas recorrentes e *insights* valiosos sobre as dificuldades enfrentadas pelos refugiados menores não acompanhados, bem como as estratégias e percepções dos profissionais que os acompanham, como se pode ver nos Apêndices VII, VIII, IX.

3.3. Considerações éticas

A condução deste estudo envolve questões éticas significativas, particularmente no que diz respeito à proteção da privacidade e dos direitos dos participantes, que incluem jovens vulneráveis em situação de refúgio. As seguintes considerações éticas foram rigorosamente seguidas, como se poderá ver de seguida:

- Consentimento informado: todos os participantes foram informados detalhadamente sobre os objetivos do estudo, os procedimentos envolvidos, os potenciais riscos e benefícios, e o seu direito de desistir a qualquer momento, sem qualquer penalização. O consentimento informado foi obtido de todos os participantes, com explicações adicionais fornecidas conforme necessário para garantir a compreensão total.
- Confidencialidade e anonimato: para proteger a privacidade dos participantes, todos os dados recolhidos foram anonimizados. Os nomes dos participantes, bem como qualquer informação que possa levar à sua identificação, foram removidos ou alterados. A escola e a residência institucional dos menores não são identificadas para garantir a proteção dos jovens.
- Proteção dos dados: os dados recolhidos foram armazenados de forma segura, com acesso restrito apenas aos membros da equipa de investigação. As transcrições das entrevistas são codificadas e armazenadas em conformidade com as diretrizes de proteção de dados.
- Sensibilidade cultural e emocional: durante a condução das entrevistas, é dada especial atenção às necessidades emocionais e culturais dos menores. Os entrevistadores recebem formação para abordar questões sensíveis de forma empática e respeitosa, minimizando qualquer desconforto ou *stress* para os participantes.
- Retorno dos resultados: é assegurado que os participantes tenham acesso aos resultados da pesquisa, caso o desejem, como uma forma de respeitar o seu envolvimento e de contribuir para a transparência do processo de investigação.

- Para assegurar a confidencialidade de todos os participantes, foram estabelecidos, em conformidade com a Comissão de Ética da NOVA FCSH, os procedimentos necessários para a proteção da identidade de todos os envolvidos neste estudo.

3.4. Posicionamento de investigadora

A circunstância de ter realizado um estágio na residência institucional como assistente social, assegurando simultaneamente a confidencialidade, estabeleceu uma base sólida de confiança por parte dos refugiados menores não acompanhados em relação a mim. Essa proximidade e o compromisso com o anonimato proporcionaram um ambiente propício para o estabelecimento de vínculos de confiança, permitindo que os jovens se sentissem à vontade para partilhar as suas experiências e desafios de forma aberta e honesta. Essa conexão privilegiada fortaleceu a eficácia da minha atuação como investigadora.

Com base nos dados recolhidos durante o estágio realizado entre outubro de 2021 e maio de 2022, que se encontra no Apêndice I, foi possível delinear um perfil detalhado dos jovens acompanhados, permitindo uma compreensão aprofundada das suas características e necessidades específicas. No momento da sua chegada a Portugal, a maioria dos jovens expressou impressões iniciais predominantemente positivas, apesar das diferenças culturais e das particularidades das condições de vida no país. Estes jovens tendem a perceber Portugal como um espaço seguro e adequado para viver em paz, salientando, entre outros aspetos, a tranquilidade, o reduzido nível de agitação e a atmosfera pacífica que caracteriza as cidades portuguesas.

Embora a maioria dos jovens professe a fé muçulmana, a população atendida na instituição revelava uma diversidade religiosa significativa. Tal diversidade demonstrou ser de grande relevância para a compreensão das diferentes culturas e trajetórias de vida dos jovens. Esta pluralidade de contextos religiosos e culturais desempenhou um papel crucial no desenvolvimento das estratégias de intervenção, uma vez que permitiu uma abordagem mais sensível e ajustada às especificidades de

cada grupo, tendo em conta as particularidades associadas às diferentes nacionalidades e tradições culturais presentes. Assim, esta compreensão da diversidade contribuiu para uma intervenção mais eficaz e culturalmente informada.

4. Quem são os Jovens Menores Não Acompanhados em Portugal

De acordo com a legislação atual em Portugal, os menores não acompanhados são definidos como cidadãos de países terceiros à União Europeia ou apátridas, com idade inferior a 18 anos, que entram no território nacional sem estarem acompanhados por um adulto legalmente responsável. Este estatuto também inclui menores que foram abandonados após a sua chegada a Portugal.

Atualmente, está em curso um plano de ação para mudar a designação destes jovens para Crianças e Jovens Estrangeiros Não Acompanhados (CJENA), através do Plano de ação 2022-2030, da autoria da Coordenação Nacional Garantia para a Infância, aprovada em janeiro de 2023 (Conselho de Ministros, 2023).

De acordo com a legislação vigente em Portugal, a definição de refugiados menores não acompanhados que solicitam asilo baseia-se na Declaração de Refugiado, conforme estipulada na Convenção de Genebra de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, adotada pelas Nações Unidas. Segundo a Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas (1951), o termo "refugiado" aplica-se a qualquer pessoa que, devido a um receio fundado de ser perseguida com base na sua etnia, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou pelas suas opiniões políticas, se encontra fora do seu país de origem e, em razão desse receio, não pode ou não deseja solicitar proteção no seu país de origem

4.1. Chegada a Portugal e processo de asilo

Os menores não acompanhados chegam a território português através de movimentos programados ou não programados.

Nos movimentos programados, os mecanismos de acolhimento podem ocorrer através da reinstalação ou admissão humanitária (Oliveira Branco, 2023). No âmbito destes movimentos, Portugal participa num mecanismo de solidariedade com outros Estados-Membros da EU (Grécia, Itália, Malta), aceitando quotas da recolocação *ad hoc* de barcos humanitários como parte de um acordo específico de realocação de indivíduos resgatados em barcos humanitários. Essa realocação é feita em resposta a circunstâncias específicas e imediatas, como a chegada dessas pessoas em situação de vulnerabilidade humanitária. Portanto, o país compromete-se a receber e integrar essas pessoas no território, em cooperação com outras nações e organizações humanitárias, para fornecer assistência e proteção a esses indivíduos em necessidade.

Atualmente está em vigor um acordo³ entre Portugal e a Grécia que permite que os requerentes de proteção internacional provenientes da Grécia entrem em Portugal. Este acordo bilateral estabelece os termos e condições para a transferência dessas pessoas de um país para outro, com o objetivo de oferecer proteção e assistência adequadas.

Além deste acordo, Portugal implementou um programa específico de admissão humanitária para cidadãos afegãos que estão em situação de risco no seu país de origem (Oliveira, 2022). Este programa permite que essas pessoas entrem em Portugal com base em motivos humanitários, como fugir de conflitos armados, perseguições ou outras formas de violência no Afeganistão.

Por outro lado, os movimentos não programados dizem respeito aos que entram em território nacional "espontaneamente", ou seja, sem qualquer mecanismo europeu de apoio governamental para chegarem a Portugal. Neste tipo de movimento a chegada no território português ocorre frequentemente através da detenção no Aeroporto de Lisboa, já que muitos chegam de avião com passaporte ou visto

³ Acordo concretizado através do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração - FAMI 2030, o qual se destina a reforçar o sistema de asilo e acolhimento; favorecer a migração legal e promover a inclusão socioeconómica de nacionais de países terceiros. PT/2018/FAMI/423

falsificado, ou até sem qualquer tipo de documentação (Roberto & Moleiro, 2021, p.50). Para os autores estes motivos parecem ser a forma mais comum de contacto com as autoridades portuguesas, desencadeando posteriormente o processo jurídico para solicitar proteção. Segundo Roberto & Moleiro (2021, p.50), a maioria dos jovens referiu desconhecer a possibilidade de apresentar um pedido de proteção internacional, tendo sido informados sobre essa possibilidade pelas próprias autoridades portuguesas, face ao relato que fizeram dos acontecimentos de vida, dos percursos individuais e da idade referida.

A partir da comparação entre os dois mecanismos (programados e não programados) podemos concluir que os primeiros são muito mais abrangentes e generosos do que os segundos já que ocorrem de forma estruturada. No entanto, relativamente aos jovens há a aplicação de apoios dos movimentos programados para os não programados (Oliveira Branco, 2023). Isso levou as instituições a adotarem uma postura mais favorável para com esses requerentes, como evidenciado pela disponibilização de cursos básicos de língua portuguesa, inicialmente apenas integrados nos mecanismos de acolhimento para os movimentos programados.

Segundo a atual legislação portuguesa, enquadrada pela Portaria 450/2023 de 22 de dezembro de 2023, que estabelece o Regime de organização, funcionamento e instalação das casas de acolhimento para crianças e jovens, e confirmado pela atual coordenadora da residência institucional dos menores não acompanhados sobre os quais incide este estudo, os jovens são encaminhados para acolhimento residencial após serem referenciados pela Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA) ao declararem ser menores e estarem sozinhos. Assim, a admissão das crianças refugiadas está condicionada à apresentação de um pedido de proteção junto das autoridades portuguesas, o Pedido da Declaração Comprovativa de Apresentação de Pedido de Proteção Internacional, sendo esta agência a entidade responsável pelo deferimento, ou não, desses pedidos.

Até 2023, essa competência pertencia ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que desempenhou um papel crucial na identificação, acolhimento dos menores não acompanhados requerentes de asilo. O Alto Comissariado para as Migrações

(ACM) coordenou e executou ações relacionadas com sua integração e apoio. No entanto, estas entidades foram juntas numa mesma instituição, a Agência para a Integração, Migração e Asilo (AIMA).

4.2. Primeiras impressões e acolhimento institucional

Após a surpresa e o impacto da chegada a um novo país, alguns jovens enfrentaram um período de confronto com ideias e imagens previamente concebidas sobre o país, seja de potencial ameaça ou preocupações sobre como poderiam acolher pessoas refugiadas (Roberto & Moleiro, 2021),. No entanto, para a maioria dos jovens, as primeiras impressões foram positivas, apesar do confronto com as especificidades das condições de vida no país, como o valor do apoio monetário disponibilizado ou a perceção das diferenças culturais.

No que se refere aos menores não acompanhados, que consistem em requerentes de asilo espontâneos, no caso português existe uma categoria de jovens que escolhem Portugal, principalmente provenientes de países como Guiné-Conacri e Senegal, onde a proximidade geográfica com a Guiné-Bissau, país com língua oficial portuguesa, facilita essa escolha (Oliveira, 2023).

O acolhimento desses menores não acompanhados de requerentes espontâneos, segue o modelo RAISE, que significa CRIAR e que "*assenta sobre o reconhecimento das adversidades sentidas e vividas pelas crianças e jovens, antes e depois da chegada ao país de acolhimento*" (Estoura & Roberto, 2017, p.2). Por outro lado, este modelo centra-se numa intervenção multinível que possibilita recuperar e fazer crescer os recursos das crianças e jovens.

O modelo RAISE assenta em cinco pilares que sustentam a abordagem e orientam as atividades realizadas com os menores não acompanhados: 1) Proteção/Segurança, 2) Vinculação, 3) Identidade(s), 4) Participação e 5) Cidadania. Esses elementos essenciais fornecem a base para estabelecer objetivos e conduzir a

intervenção de forma abrangente e holística, dividindo-se em quatro fases: acolher, descobrir, integrar e autonomizar (Estoura & Roberto, 2017).

Para estas autoras, a fase de acolhimento, referente ao primeiro pilar, prioriza-se o diagnóstico imediato das necessidades urgentes dos jovens acolhidos, como saúde, equilíbrio emocional, socialização e educação. Estabelece-se segurança e estabilidade emocional por meio do acesso a serviços básicos, apresentando os papéis, funções e regras da Casa. Na fase seguinte, os Assistentes Sociais recolhem a história de vida dos jovens para elaborar o Plano Individual de Intervenção. São oferecidas aulas de Português Língua de Acolhimento (PLA), cuidados de saúde, inscrição escolar e apoio à integração na comunidade de acolhimento. Segue-se o terceiro pilar, no qual se procura a integração na sociedade de acolhimento por meio do conhecimento cultural e geográfico para fomentar a cidadania ativa, criação de redes de apoio e preparação para o mercado de trabalho. Na fase de autonomização, o quarto pilar, capacita-se os jovens para a autonomia de vida e preparação emocional, facilitando a transição com o auxílio de serviços adequados e o uso de tecnologias. Por fim segue-se o quinto pilar, correspondente à cidadania, no qual a intervenção ocorre no nível comunitário, considerando o conhecimento da comunidade, a programação das ações, ação social e avaliação.

Ao pedir o Pedido de Proteção Internacional, legalmente, a AIMA tem 20 dias para decidir se o admite ou não, seguindo-se uma investigação mais cuidada do caso individual. O problema é que estes prazos raramente são cumpridos, acabando por gerar um sentimento de ansiedade nos jovens. Em Portugal, devido à falta de compromisso com os prazos, os jovens vêem-se a braços com uma situação que por vezes os impede de saber como agir. A condição de irregularidade em que se encontram os migrantes, frequentemente prolongando-se por mais de um ano em virtude de milhares de processos pendentes ou suspensos que excedem os prazos legais, era considerada à época o elemento central dos problemas enfrentados pelo SEF, sendo vista como uma questão que transcende as meras questões aeroportuárias. Esta condição priva os jovens da igualdade de direitos fundamentais (Sousa et al., 2021).

Fruto destes atrasos, os jovens acabam por passar por um sentimento de impotência devido à falta de respostas para a regularização da sua situação. Esse sentimento é gerador de medo, e consequentemente de ansiedade, *stress*, impaciência, acabando por gerar desconforto e frustração constantes.

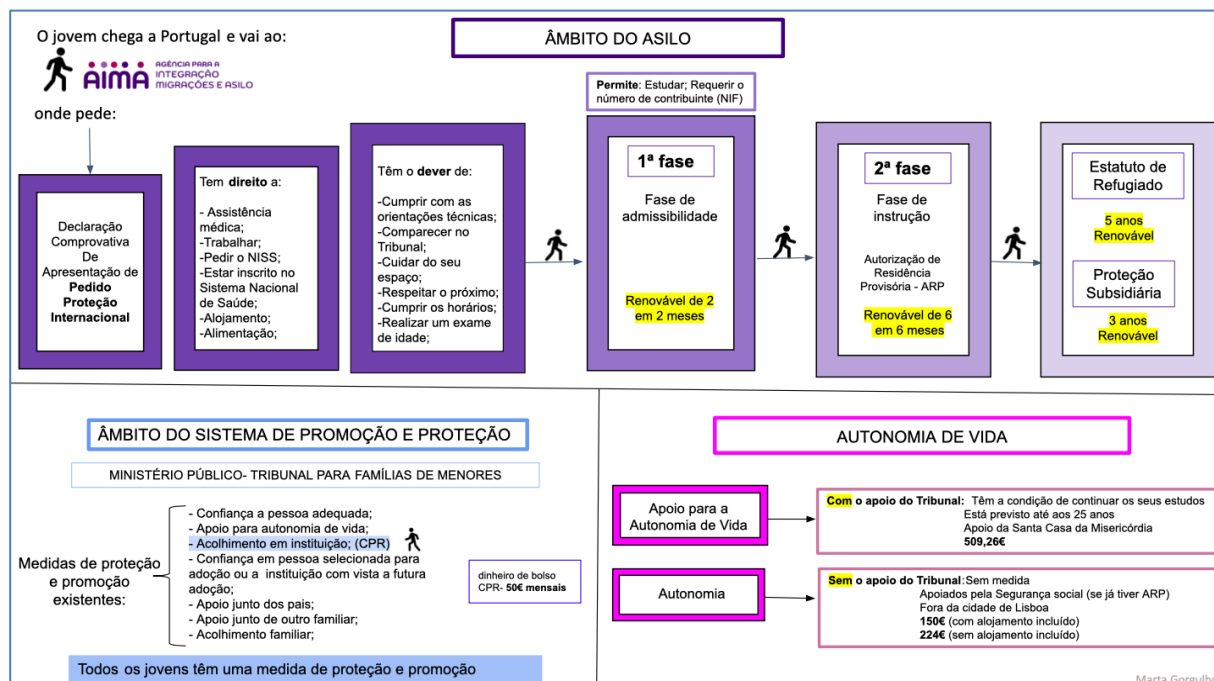
4.3. Saúde mental dos Jovens Menores Não Acompanhados

Roberto & Moleiro (2021) consideram que a vivência no país de acolhimento, incluindo o processo de determinação do estatuto de refugiado, é geralmente uma fonte de ansiedade para esses jovens, além de poderem enfrentar isolamento social, racismo e discriminação.

Os refugiados correm um alto risco de problemas de saúde mental, e crianças e adolescentes refugiados, são particularmente vulneráveis. Entre as crianças refugiadas, aqueles que estão desacompanhados estão em maior risco por causa da interação entre experiências traumáticas e separação de relacionamentos emocionais significativos (Goodman, 2004). A resposta ao pedido de proteção internacional é considerada de grande importância na vida dos menores não acompanhados, e o período de espera por essa resposta é descrito, num estudo de Brekke (2010) citado por Roberto & Moleiro (2021), como um momento de suspensão e incerteza.

Na experiência de estágio na residência institucional, foi possível constatar que o tempo de espera afeta a vida do/a jovem e a relação com os profissionais envolvidos, que aguardam com cautela a decisão para planejar as suas intervenções. O tempo de espera pela decisão de proteção internacional tem um impacto negativo nos jovens que estão em transição para a autonomia de vida, pois, sem documentos, ficam sujeitos a processos de exclusão social. Essa espera prolongada gera incertezas e dificuldades para os jovens, tanto em termos de planeamento de futuro como a sua inclusão social. Para reduzir o *stress* e ansiedade transmitidos pelos jovens durante o estágio na residência, foram desenvolvidos materiais, como o observado na Figura 3, para os auxiliar a compreenderem o seu processo de asilo de forma mais clara.

Figura 3- Processo de Asilo simplificado para os Menores Não Acompanhados



Nota: Fonte própria. Instrumento criado em janeiro de 2022 e revisto em fevereiro de 2024, destinado a ser utilizado em intervenções sociais com os menores não acompanhados, de forma a proporcionar uma compreensão mais simples do seu processo de asilo.

A saúde mental destes jovens é uma preocupação significativa, dada a natureza muitas vezes traumática das experiências que levaram à sua situação de refúgio. Essas crianças e adolescentes podem ter enfrentado conflitos armados, perseguições, violência, separação de suas famílias e outras experiências traumáticas durante o processo de migração.

Segundo o Relatório do Observatório das Migrações de 2023 (Oliveira, 2023) a experiência no país de acolhimento, incluindo o processo de determinação do estatuto de refugiado, é geralmente considerada uma fonte de *stress*. Além disso, os jovens e as crianças nos países de acolhimento podem encontrar-se em isolamento social e ser vítimas de racismo e discriminação (Bhabha, 2014). Durante o estágio na residência institucional, pude observar os desafios específicos enfrentados pelos

jovens em relação à saúde mental descritos pela autora. Estes desafios incluem o *Stress Pós-Traumático* (SPT) e Trauma, originados de experiências traumáticas que podem resultar em sintomas como *flashbacks*, pesadelos e ansiedade intensa. Além disso, a incerteza jurídica em relação ao seu estatuto legal e ao futuro contribui para a ansiedade já existente. O isolamento social também é uma realidade, uma vez que a separação da família e a falta de uma rede de apoio podem levar a sentimentos de solidão e isolamento. A adaptação a um novo país, cultura e língua também representa um desafio adicional, especialmente para aqueles que chegam desacompanhados. A perda de entes queridos, amigos e a vida que conheciam pode gerar sentimentos de luto e tristeza. Por fim, a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados é um obstáculo significativo, muitas vezes devido a barreiras linguísticas que dificultam a comunicação e o entendimento.

Um aspeto importante a ser considerado é a necessidade de oferecer apoio psicossocial a esses menores. Os profissionais de saúde mental, assistentes sociais e educadores desempenham um papel fundamental ao ajudar esses jovens a lidar com os impactos emocionais e traumas que carregam consigo. Segundo George (2021), é essencial reconhecer as suas necessidades específicas e tornar a sua integração uma prioridade, lembrando o objetivo da Agenda de Desenvolvimento 2030 das Nações Unidas de “transformar o mundo” e “não deixar ninguém para trás”.

4.4. Legislação, direitos e políticas públicas

As orientações emitidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e pelo Comité dos Direitos da Criança em 2009 enfatizam a necessidade de uma abordagem abrangente ao lidar com a situação dos menores não acompanhados. Isso inclui assegurar o acesso ao processo de asilo, garantir proteções legais, facilitar a reunificação familiar, e proporcionar um retorno seguro ou outras soluções duradouras. Na União Europeia, as políticas que regem os menores não acompanhados baseiam-se nos princípios estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança e pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de

1951. A Resolução do Conselho Europeu de 1997 e a Diretiva 2003/9/CE do Conselho fixam normas mínimas para o acolhimento de requerentes de asilo nos Estados-Membros.

A UE tem trabalhado para assegurar um tratamento uniforme dos requerentes de asilo em toda a Europa. De acordo com o site oficial do Conselho da União Europeia, o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) estabelece essas normas mínimas, mas reconhece que ainda há variações significativas nas decisões sobre pedidos de asilo entre os diferentes países. O objetivo da reforma do SECA é criar uma estrutura comum que abranja todos os aspetos da gestão do asilo e da migração, tornando o sistema mais eficiente e capaz de resistir à pressão migratória, além de eliminar fatores que incentivem a migração irregular, combater abusos e fornecer maior apoio aos Estados-Membros mais afetados.

De acordo com o Comité dos Direitos da Criança (CDC) das Nações Unidas (ONU), em 2018 existiam cerca de 138.600 menores não acompanhados em todo o mundo, e muitos deles procuraram asilo em diferentes países, incluindo países da União Europeia. Essas crianças enfrentam desafios como pobreza, violência, abuso, guerras, discriminação e perseguição, e frequentemente procuram uma vida melhor ou a reunificação familiar (George, 2021).

Em Portugal, quando um menor é identificado como estando em situação de não acompanhamento e expressa a intenção de solicitar asilo, é considerado em situação de risco, uma vez que não possui um adulto responsável que possa garantir o seu bem-estar. Para salvaguardar o bem-estar e a representação legal dos menores não acompanhados, as autoridades portuguesas encaminham os seus casos para o Ministério Público, que dá início ao processo no Tribunal da Família e Menores (Oliveira, 2023). Esse procedimento tem como objetivo proporcionar acolhimento aos menores, resultando em dois processos simultâneos.

O primeiro processo consiste no procedimento de asilo, conduzido pelo Serviço de Imigração e Fronteiras, de acordo com o Ato de Asilo (Lei 27/2008, de 30 de junho), com as alterações introduzidas pela Lei 26/2014, de 5 de maio). Este processo visa

avaliar a elegibilidade do menor para o estatuto de refugiado ou outra forma de proteção internacional.

O segundo processo é o procedimento de atendimento realizado pelo Tribunal da Família e da Criança, em conformidade com a Lei de Promoção e Proteção da Criança e do Jovem em Risco (Lei 147/99 de 1 de setembro). Esse procedimento tem como objetivo garantir a proteção e o apoio adequados ao menor não acompanhado, assegurando o seu bem-estar e salvaguardando os seus direitos. Em Portugal, os menores que expressam a intenção de solicitar asilo são submetidos a um processo legal que envolve tanto o procedimento de asilo quanto o procedimento de atendimento, com o objetivo de garantir a sua proteção e bem-estar, de acordo com a legislação mencionada.

Em Portugal, o Ministério da Administração Interna é responsável por garantir o apoio financeiro necessário para as condições de acolhimento até que seja tomada uma decisão sobre a admissibilidade do pedido de asilo. Isso inclui cobrir os custos de operação dos Centros de Acolhimento para Refugiados, administrados pelo CPR, que acolhem solicitações de proteção internacional no país. A fase inicial do processo, que é a decisão sobre a admissibilidade do pedido, pode levar até um mês após a apresentação do pedido (Oliveira, 2023). Uma vez que o pedido é aceito e o requerente recebe uma autorização de residência temporária para dar continuidade ao processo, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social assume os custos associados ao apoio das condições de acolhimento. Isso se estende desde a admissão do pedido até a decisão final, que pode levar entre 6 e 9 meses. Essas condições podem ser fornecidas diretamente ou através de parcerias com entidades públicas ou organizações sem fins lucrativos, estabelecidas por protocolo, conforme estipulado pela Lei do Asilo.

As formas de apoio material de acolhimento, conforme estabelecido pela Lei de Asilo no artigo 57º, incluem: alojamento e comida em centros de acolhimento para refugiados ou instalações equivalentes; apoio financeiro mensal para despesas com alimentação, vestuário, higiene e transporte; um subsídio mensal adicional para alojamento; ou um subsídio adicional para despesas pessoais e transporte. Esses

apoios podem ser reduzidos ou interrompidos se o solicitante receber uma decisão de recusa para seu pedido de proteção internacional. No entanto, o apoio não é interrompido se o solicitante recorrer judicialmente da decisão ou se a sua situação social e económica exigir a continuidade do apoio. (Oliveira, 2023).

Após a fase inicial de aceitação e acolhimento na instituição, a instituição elabora relatórios sociais sobre os menores não acompanhados. Esses relatórios são encaminhados para análise pelo Grupo Operativo Único, ativo desde 2021. O compromisso do Instituto de Segurança Social (ISS) nesse contexto é desenvolver um plano de integração, em colaboração com a instituição, para cada beneficiário admitido com autorização de residência provisória. Esse plano abrange áreas como educação, saúde, formação profissional, autarquias, entre outros, visando garantir a integração abrangente dos beneficiários. No caso de pedidos de proteção não admitidos, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) assume o compromisso de acolher e oferecer apoio social aos solicitantes até que uma decisão final seja tomada em relação aos seus pedidos.

A lei portuguesa prevê a aplicação de medidas genéricas de proteção iguais às destinadas a todas as crianças, independentemente de serem menores. No entanto, as crianças em risco e os menores não acompanhados apresentam necessidades e características distintas em termos culturais e linguísticos, o que obriga a abordagens diferenciadas (CPR, 2018). Muitos chegam a Portugal com níveis de escolaridade inferiores ao esperado para a sua faixa etária; alguns têm apenas o 3º ou 4º ano de escolaridade, o que configura um problema de baixa escolaridade. Essa situação pode afetar as suas perspetivas de vida, limitando as escolhas e dificultando a realização de objetivos pessoais e profissionais. Após o impacto inicial da chegada a um novo país, alguns jovens enfrentam um período de adaptação no qual se ajustam à nova realidade e desconstroem ideias e imagens previamente concebidas sobre Portugal, incluindo percepções de potenciais ameaças e preocupações sobre como seriam acolhidos como refugiados (Roberto & Moleiro, 2021).

4.5. Desafios e lacunas no quadro geral de acolhimento

O sistema de acolhimento português para menores não acompanhados apresenta várias características e desafios para conseguir dar a resposta adequada a estes jovens na sua integração na sociedade portuguesa, à chegada ao país e acolhimento residencial, como no processo de transição para a autonomia de vida. A falta de legislação nacional e internacional específica para regular os deveres do Estado na receção e proteção desses menores é uma lacuna significativa a assinalar (Roberto & Moleiro, 2021).

Enquanto a legislação europeia possui diretivas específicas para jovens refugiados, a falta de obrigações claras dos Estados-Membros cria incertezas sobre o que deve ser feito por cada país, prejudicando a vida destas crianças e a falta de um projeto de vida para elas. Além disso, as medidas de proteção genéricas aplicadas a crianças e jovens em risco são questionadas quanto à sua aplicação aos menores não acompanhados, já que têm necessidades e circunstâncias diferentes dos menores em situação de risco. A falta de critérios uniformes e de procedimentos claros também é um dos pontos a melhorar, já que dificulta a intervenção adequada e individualizada. O processo de proteção internacional é considerado crucial na vida dos menores, e a espera pela resposta a esse pedido é descrita como uma "vida em suspenso". A demora na obtenção de uma resposta afeta o seu bem-estar, e a relação com os profissionais envolvidos. A falta de documentação durante esse período também pode resultar em exclusão social para os jovens que já não se encontram a estudar ou que não têm quaisquer habilitações. Alguns dos procedimentos a que são sujeitos, como os exames periciais para determinação da idade biológica, têm um impacto negativo nos jovens (Teixeira, 2018). No que diz respeito às características e atitudes dos profissionais, a desconfiança em relação à veracidade dos relatos fornecidos pelos menores, particularmente no que diz respeito à idade, tem impacto negativo nos jovens.

Alguns profissionais reconhecem a existência de preconceitos e imagens negativas associadas aos menores não acompanhados, o que pode influenciar a sua

abordagem. A sensibilidade individual e cultural é enfatizada como importante na intervenção, assim como a necessidade de formação específica para lidar adequadamente com essa população.

Entre as boas práticas identificadas, tanto na experiência de estágio como na revisão de literatura dos diferentes autores citados, destaca-se o trabalho em rede. Este envolve a colaboração entre várias entidades e profissionais, visando compartilhar informações e tomar decisões conjuntas. As políticas públicas relacionadas com o sistema de acolhimento de menores não acompanhados em Portugal enfrentam desafios significativos. Estes desafios incluem a falta de legislação específica, ausência de critérios uniformes e procedimentos claros, demora nos processos de proteção internacional, práticas inadequadas e a necessidade de formação específica para os profissionais envolvidos.

5. Ensino formal da língua portuguesa

A inclusão educacional de crianças e jovens imigrantes em Portugal, especialmente aqueles provenientes de países com línguas maternas diferentes, enfrenta desafios significativos. A adaptação ao sistema escolar português é frequentemente marcada por barreiras linguísticas que dificultam a integração plena e o sucesso académico desses alunos. A falta de domínio da língua portuguesa, juntamente com a ausência de abordagens educativas adaptadas às suas necessidades específicas, resulta em elevados índices de insucesso escolar, retenção e abandono. Este ponto explora as dificuldades encontradas no ensino em sala de aula e os esforços para superar essas barreiras, destacando a importância de uma compreensão aprofundada do perfil dos alunos e da implementação de estratégias pedagógicas eficazes para promover a sua inclusão e sucesso académico. A análise inclui dados recentes do Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações, que ilustram a crescente presença de estudantes estrangeiros no sistema educativo português e as iniciativas para melhorar a sua integração. A aprendizagem de um novo idioma representa uma jornada que exige grande esforço, sendo que os profissionais da educação desempenham um papel fundamental nesse processo (Cabete, 2010).

5.1. Barreiras linguísticas na sala de aula

A barreira linguística é um dos principais obstáculos, pois dificulta a participação plena nas atividades escolares, a compreensão dos conteúdos lecionados e a interação social com colegas e professores. Segundo Silva (2017), a falta de domínio da língua portuguesa, combinada com a ausência de abordagens educativas adaptadas, resulta frequentemente em elevadas taxas de insucesso escolar, retenção e desistência entre os alunos imigrantes. Esta situação sublinha a importância de uma preparação inicial que tenha em conta o perfil individual do aluno, as suas

necessidades e objetivos, permitindo que os educadores adaptem os seus métodos de ensino para fornecer uma experiência de aprendizagem personalizada e eficaz.

De acordo com o Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações de 2023, no ano letivo de 2021/2022, 86.436 alunos de nacionalidade estrangeira estavam matriculados no ensino básico e secundário em Portugal, o que representa um aumento de 20,6% em relação ao ano letivo anterior. Este crescimento acompanha o aumento da população estrangeira residente no país.

No relatório Estado da Educação 2022 é feita uma análise aos alunos estrangeiros inseridos no sistema educativo português. Neste relatório Fernandes & Gonçalves (2023), afirmam que, embora as taxas de transição e conclusão no ano letivo de 2021/2022 tenham sido elevadas tanto para estudantes nacionais como estrangeiros — 97,5% e 91,9%, respetivamente, no ensino básico, e 92,6% e 79,7% no ensino secundário —, os resultados revelam uma desvantagem para os estudantes estrangeiros. As diferenças observadas foram de 5,6 pontos percentuais no ensino básico e de 12,9 pontos percentuais no ensino secundário. Adicionalmente, em 2020/2021, a taxa de retenção e abandono escolar no 3.º ciclo do ensino básico também foi menos favorável aos estudantes estrangeiros, com uma diferença de 5,8 pontos percentuais. Este valor, no entanto, representou uma melhoria em relação a 2011/2012, quando a diferença atingia os 10,8 pontos percentuais, praticamente o dobro. Apesar dos progressos, é evidente que a promoção da equidade no sistema educativo português requer uma atenção contínua às novas dinâmicas demográficas da população estudantil em Portugal. Estes dados demonstram a persistência de desigualdades no sucesso escolar (Oliveira, 2023).

O relatório estatístico relativo aos Indicadores de Integração de Imigrantes de 2023 destaca que houve um aumento significativo no número de estudantes estrangeiros no ensino superior português. No ano letivo de 2021/2022, registaram-se 66.638 alunos estrangeiros no ensino superior, correspondendo a 16,1% do total de inscritos. Este número representa um aumento em relação ao ano letivo anterior (2020/2021), período em que, devido ao contexto pandémico e às restrições na mobilidade internacional, se verificou uma diminuição do número de estudantes

estrangeiros no ensino superior, descendo de 62.690 em 2019/2020 para 56.323 em 2020/2021. Comparativamente ao início do século, o número de estudantes estrangeiros aumentou cerca de cinco vezes. Este crescimento, apesar das restrições impostas pela pandemia, reflete a crescente importância da inclusão de alunos estrangeiros no sistema educacional português e a necessidade de políticas que promovam o sucesso escolar e a integração destes alunos (Oliveira, 2023).

A integração eficaz dos alunos estrangeiros requer um esforço conjunto de toda a comunidade escolar. Assim Ascensão & Ourives (2010) consideram que o trabalho colaborativo entre professores é essencial para assegurar uma rápida adaptação dos alunos ao sistema escolar português e para facilitar a aquisição dos conhecimentos necessários para o seu sucesso académico.

5.1.1. Curso Português Língua Não Materna - Contexto educacional

A disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) foi integrada nos currículos do ensino básico e secundário em Portugal através de uma série de portarias e despachos que visam proporcionar um apoio adequado aos alunos cuja língua materna não é o português. Estes alunos enfrentam desafios significativos na sua adaptação ao sistema educacional, e a disciplina de PLNM foi concebida para promover a igualdade de acesso ao currículo e ao sucesso escolar, com um foco particular na aquisição da língua portuguesa.

Os objetivos principais da disciplina de PLNM incluem a promoção da proficiência linguística em português e a integração efetiva dos alunos no sistema educacional nacional, independentemente da sua língua, cultura, situação social, origem ou idade. No momento da integração de um aluno cuja língua materna não é o português, é crucial que a escola elabore um plano sociolinguístico personalizado e administre um teste de diagnóstico para avaliar o nível de proficiência linguística do aluno. Com base nesta avaliação, os alunos são classificados em três níveis: Iniciação (A1, A2), Intermédio (B1), ou Avançado (B2, C1) (DGE, 2023).

A disciplina de PLNM substitui a disciplina de Português para os alunos que estão nos níveis de Iniciação e Intermédio, e pode incluir aulas de apoio específicas para auxiliar no desenvolvimento da língua, garantindo que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar o sucesso académico. No ano letivo de 2021/2022 o número de alunos matriculados na disciplina de PLNM atinge o valor de 6.332, número mais alto alguma vez alcançado. Este aumento pode ser uma consequência do incremento da população estrangeira residente nos últimos anos e sublinha a importância de continuar a expandir e adaptar a oferta de PLNM para atender às necessidades crescentes de uma população estudantil cada vez mais diversa (Oliveira, 2023).

5.1.2. Curso Português Língua de Acolhimento - Adultos

Os Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA) foram instituídos para atender às necessidades de aprendizagem da língua portuguesa por parte de migrantes adultos em Portugal. Estes cursos são oferecidos por diversas instituições, incluindo escolas da rede pública, o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) e a rede de Centros Qualifica. Destinam-se a cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos, cuja língua materna não é o português, e visam níveis de proficiência que vão desde o utilizador elementar até ao utilizador independente, conforme o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECRL) (ACM, 2023). Os cursos de PLA desempenham um papel crucial na promoção da integração social e económica dos migrantes, fornecendo-lhes as competências linguísticas necessárias para participar plenamente na sociedade portuguesa. Por sua vez, o PLA atingiu no último ano um número extraordinário de formandos (31.373 formandos em 2022) que foi muito para além dos valores máximos de formandos atingidos pelo Português para Todos (PPT) entre 2008 e 2020 (13.179 formandos em 2020), tornando-se no número mais elevado alguma vez alcançado na oferta do ensino do português para adultos estrangeiros, assumindo também o maior impacto alguma vez alcançado na população estrangeira residente (a importância relativa de formandos de português atingiu os 4% do total de residentes estrangeiros no país), com uma taxa de certificação de 59,3%. Este aumento reflete a crescente procura por cursos de

português entre a população estrangeira residente e destaca a importância de continuar a expandir e adaptar a oferta de PLA para atender a esta demanda (Oliveira, 2023).

5.1.3. A contribuição dos projetos socioeducativos na inclusão de crianças e jovens imigrantes

A dinâmica interativa de projetos educativos, tanto em contextos formais quanto não formais, emerge como um fator decisivo na atribuição de significado ao conhecimento adquirido por crianças. No universo multifacetado do 3.º setor, onde a atenção às lacunas sociais é imperativa, projetos como o AcademiaCV.pt destacam-se como pilares fundamentais na integração de crianças e jovens imigrantes no sistema de ensino.

O AcademiaCV⁴, concebido pela Fundação Cidade de Lisboa em 2016, responde à necessidade premente de soluções socioeducativas que transcendam barreiras comunicativas em língua portuguesa. Essas barreiras além de terem um impacto negativo no desempenho académico também moldam o desenvolvimento pessoal e social, contribuindo para a exclusão e vulnerabilidade de crianças e jovens migrantes (Ferro et al., 2023).

A singularidade do AcademiaCV.pt reside na sua metodologia inovadora, que combina a aprendizagem do português como língua não materna em um ambiente não formal. Reconhecendo a importância crítica de adquirir a língua do país anfitrião para a integração, o projeto não se limita à mera proficiência linguística. Ele atua em

⁴ O Academia CV.pt – Boas Práticas surge como uma resposta à carência de soluções socioeducativas voltadas para a integração de crianças imigrantes no sistema de ensino, com particular atenção às dificuldades de comunicação em português e aos seus efeitos nos resultados académicos, bem como no desenvolvimento pessoal e social. O seu objetivo principal é promover o desenvolvimento socioeducativo e apoiar a integração destas crianças imigrantes em situação de vulnerabilidade, nas escolas do concelho de Lisboa. <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/academia-cv-pt/>

parceria com escolas e professores, proporcionando diagnósticos iniciais e avaliações finais abrangentes. Essas avaliações têm como objetivo identificar os níveis de proficiência linguística, e também monitorizar o desenvolvimento de competências sociais, pessoais, psicológicas e académicas dos alunos imigrantes. O acompanhamento colaborativo entre professores do 1º ciclo, educadores de infância e tutores voluntários reflete um compromisso conjunto para garantir o desenvolvimento integral dessas crianças, oferecendo apoio personalizado em todas as áreas de aprendizagem.

O sucesso do AcademiaCV.pt ao longo dos anos impulsionou a evolução do projeto e a expansão de suas atividades. Esse progresso culminou na criação do Kit Pedagógico em 2023, uma ferramenta essencial para sistematizar e disseminar a metodologia bem-sucedida do AcademiaCV.pt, permitindo a replicação autónoma desse modelo de intervenção por comunidades escolares. O Kit Pedagógico, elaborado para atender às necessidades de atores educativos, direções e coordenações de escola, docentes do 1º ciclo e educadores de infância, visa proporcionar apoio específico às crianças imigrantes, auxiliando-as na comunicação em português e facilitando a sua integração no contexto escolar. Além disso, o Kit Pedagógico visa ser uma ferramenta valiosa para ONG locais que colaboram com os agrupamentos de escolas na implementação e disseminação do programa AcademiaCV.pt.

Dessa forma, os projetos educativos preenchem lacunas educativas tornando-se catalisadores de uma integração mais eficaz e inclusiva, preparando as crianças e jovens imigrantes para um futuro mais promissor na sociedade portuguesa (Ferro et al., 2023).

5.2. Impacto do domínio da língua na inclusão social

O domínio da língua portuguesa é um fator decisivo para a inclusão social de refugiados menores não acompanhados em Portugal. Segundo Roberto & Moleiro

(2021), destacam o facto de as barreiras linguísticas terem um impacto significativo, especialmente entre os jovens recentemente chegados ao país. A dificuldade em dominar a língua compromete a participação em sala de aula, a socialização com colegas e o sucesso académico, muitas vezes resultando em isolamento social.

O conhecimento da língua local facilita o acesso a serviços públicos, a compreensão de direitos e responsabilidades e contribui para a construção de uma autoestima saudável e de uma identidade cultural forte. Assim, o desenvolvimento de habilidades linguísticas é essencial para que estes menores possam integrar-se plenamente na sociedade portuguesa e construir uma vida significativa (Roberto & Moleiro, 2021).

As entrevistas realizadas aos jovens refugiados, a professores e tutores sociais revelaram que a competência linguística é fundamental tanto para a comunicação diária, como para o acesso ao sistema educacional, a inserção no mercado de trabalho e à participação na vida comunitária, os quais permitem a integração destes jovens na sociedade portuguesa. Um dos tutores sociais sublinhou esta questão ao afirmar:

- T2 - De entre os diversos desafios enfrentados pelos menores não acompanhados, é importante reconhecer a questão do acesso a serviços essenciais, tais como cuidados de saúde e assistência psicológica. Mesmo quando se consegue estabelecer acesso a esses serviços, a barreira linguística entre os jovens e os profissionais constitui um desafio significativo. A habilidade de expressão em sua língua materna contrasta com a dificuldade em comunicar-se de forma efetiva em português, muitas vezes necessitando de um terceiro elemento para facilitar a comunicação, o que pode resultar em situações constrangedoras. Outros desafios incluem a resistência ao procedimento de recolha de sangue ou vacinação, bem como a presença de tabus nas consultas de psicologia.(...)”

Um dos menores chegou mesmo a afirmar que:

- M2 - (...) Aprender a língua portuguesa é crucial para uma vida boa, repleta de respeito e bondade. Esses são os valores que também devemos aplicar a nós mesmos, de forma a contribuir para uma inclusão mais bem-sucedida na sociedade."

6. Resultados: a aprendizagem da língua e a integração segundo os profissionais e os jovens

No âmbito da investigação sobre a integração de menores não acompanhados em Portugal, torna-se crucial compreender as experiências vividas por estes jovens e as perceções dos profissionais que os acompanham. O capítulo que se segue examina o resultado de entrevistas realizadas com os jovens referidos provenientes de diversas origens, bem como com trabalhadores sociais e professores envolvidos no processo de acolhimento e integração. As entrevistas revelam uma multiplicidade de desafios e oportunidades, especialmente no que concerne à aprendizagem da língua portuguesa, à adaptação ao sistema educativo português e à inclusão social.

Com base nos relatos dos jovens, verifica-se que a diversidade de trajetórias educativas e culturais requer abordagens de integração que contemplem as suas necessidades específicas. As suas experiências refletem o conceito de integração bidimensional proposto por Pires (1999), que sugere que tanto os indivíduos como a sociedade acolhedora necessitam de fazer adaptações mútuas. A integração, portanto, emerge como um processo dinâmico que exige esforços coordenados para superar barreiras linguísticas, culturais e burocráticas, sendo a língua portuguesa destacada como uma ferramenta essencial para a inclusão social e académica, conforme argumentam Rodrigues (2010) e Silva (2017).

As entrevistas com os trabalhadores sociais e professores oferecem uma perspetiva institucional sobre os desafios e estratégias para a inclusão dos menores não acompanhados. A falta de formação contínua e específica por parte dos profissionais evidencia uma lacuna crítica no sistema de acolhimento, conforme observado por Abrantes (2021), comprometendo a eficácia do apoio oferecido aos jovens. A necessidade de uma formação adequada e de um apoio linguístico consistente é reiterada pela literatura, sublinhando a importância de uma resposta sistémica que assegure a aprendizagem da língua, e o acesso a serviços essenciais, como cuidados de saúde e assistência psicossocial.

Assim, este capítulo explora de forma integrada as várias dimensões da inclusão dos jovens menores não acompanhados, destacando a língua como um fator central na sua integração, mas reconhecendo também as limitações das estruturas de apoio existentes e a necessidade de um compromisso contínuo tanto por parte das instituições como dos próprios jovens.

6.1. Entrevista aos jovens Menores Não Acompanhados

As entrevistas realizadas a quatro jovens menores não acompanhados que chegaram a Portugal evidenciam a diversidade das suas origens e experiências educacionais. Vindos de países tão distintos como Azerbaijão, Afeganistão, Benim e Egito, os jovens sublinham as diferentes trajetórias educacionais que seguiram nos seus países de origem e os desafios que enfrentaram na adaptação ao sistema educativo português. As entrevistas encontram-se no Apêndice VII.

Esta variedade de experiências reforça o conceito de Pires (1999) sobre a integração como um processo bidimensional, que exige adaptações tanto por parte dos indivíduos como da sociedade que os acolhe. A integração, portanto, não se limita apenas à adaptação dos jovens refugiados, mas também à capacidade da sociedade portuguesa de responder às suas necessidades e facilitar esse seu processo de integração social.

6.1.1. Experiência de aprendizagem do português e adaptação escolar

Conforme sublinhado na revisão de literatura, a proficiência na língua portuguesa é um fator crucial para a integração dos menores não acompanhados em Portugal, permitindo o seu acesso à educação, ao mercado de trabalho e à criação de redes sociais de apoio. A aquisição da língua do país de acolhimento surge, assim, como um requisito fundamental para o sucesso académico e social destes jovens,

dado que facilita a comunicação quotidiana, a compreensão cultural e a inserção em diferentes esferas da vida pública (Cabete, 2010).

A experiência dos jovens entrevistados espelha esta realidade. O jovem M1, proveniente do Azerbaijão, que chegou a Portugal em 2019, reconhece a importância das aulas de PLNM na escola, ainda que já tenha desenvolvido um bom domínio da língua. Como indica, *"as aulas na escola são muito importantes para a minha aprendizagem"*. Este testemunho reforça as conclusões de Souza (2017), que apontam para a necessidade de um apoio contínuo na aprendizagem da língua portuguesa, mesmo após os jovens adquirirem um nível razoável de competência linguística, uma vez que tal continuidade promove uma integração mais robusta e sustentada.

De forma semelhante, o jovem M2, originário do Afeganistão, que chegou em 2022 sem qualquer escolaridade anterior, destaca o impacto positivo das aulas de português na sua integração. Menciona que *"as aulas de PLA no (nome da residência institucional) foram muito importantes"*, evidenciando o papel estruturante das aulas iniciais de português na residência institucional como forma de preparar os jovens para o ambiente escolar. Tal como discutido por Cunha (2024), o domínio da língua favorece o sucesso académico e a integração dos jovens, facilitando a sua participação ativa na sociedade de acolhimento. O relato de M2 demonstra a relevância de um apoio linguístico eficaz e personalizado.

6.1.2. A aprendizagem do português como instrumento de inclusão

A aprendizagem do português emerge como um dos principais instrumentos de inclusão para os menores não acompanhados, e o seu impacto vai muito além do domínio da língua como ferramenta de comunicação. O processo de aprendizagem da língua portuguesa revela-se fundamental para a integração destes jovens em várias dimensões da sua vida em Portugal, influenciando o seu sucesso académico, social e emocional. Tal como evidenciado por Vieira et al., (2016), a língua não é apenas um meio de acesso ao sistema educativo e ao mercado de trabalho, mas um

elemento essencial para o desenvolvimento de um sentimento de pertença e participação na nova sociedade.

Nas entrevistas realizadas, o jovem M4 relata a sua experiência com a aprendizagem do português, destacando a importância do esforço autónomo na leitura: *"treinava muito a leitura sozinho"*. Esta prática de autodidatismo mostra uma faceta relevante do processo de aquisição da língua – a necessidade de envolvimento ativo por parte dos jovens, complementando o ensino formal. Também Roberto & Moleiro (2021) sustentam que, para que a aprendizagem da língua seja eficaz, é fundamental que existam oportunidades de prática que extrapolem o ambiente escolar, o que contribui para uma maior fluência e confiança na utilização do português no dia a dia. Assim, ao enfatizar o treino individual como estratégia complementar, M4 evidencia a importância de iniciativas que promovam o contacto contínuo com o idioma, tanto dentro como fora da sala de aula.

O jovem M3, proveniente do Benim, também reflete sobre a eficácia das aulas de português, tanto na escola como na residência institucional. Ele menciona que o seu processo de aprendizagem está a decorrer de forma satisfatória, graças às *"aulas na escola, assim como aulas PLA no (nome da residência institucional)"*. Este testemunho ilustra a necessidade de uma abordagem educacional integrada, que sugere que as instituições educativas devem coordenar-se com as organizações de acolhimento para garantir uma aprendizagem eficaz (Abrantes, 2021). As aulas de PLNM, tanto na escola como na residência institucional, confirmam a relevância de um apoio educativo contínuo e multidimensional, adaptado às necessidades específicas dos menores não acompanhados. Esta integração de esforços contribui para uma aprendizagem mais coesa e fluída, respondendo às lacunas no conhecimento linguístico e permitindo que os jovens consolidem o seu domínio do português.

Adicionalmente, a existência de um programa de ensino estruturado, como o curso de PLNM, permite que estes jovens avancem de forma progressiva nas suas competências linguísticas. A criação de programas educacionais específicos para estudantes não falantes de português é um fator determinante no sucesso escolar e

social dos jovens migrantes e refugiados (DGE & ANQEP, 2020). No caso dos menores não acompanhados, estes programas fornecem uma base essencial para que possam acompanhar o currículo regular, e integrar-se nas atividades escolares e na vida quotidiana em Portugal.

Por outro lado, o depoimento de M2, que começou a aprender português quando chegou à residência institucional em 2022, destaca a importância do apoio emocional e pedagógico na aquisição da língua. Ele refere que, além das aulas de português, a ajuda de uma estagiária foi fundamental para o seu progresso. Esta observação alinha-se com as conclusões de Roberto & Moleiro (2021) que sublinham o papel vital que os educadores, tutores e outros profissionais desempenham no apoio à aprendizagem destes jovens. Este apoio vai além do ensino técnico da língua e inclui a motivação, a criação de um ambiente de aprendizagem acolhedor e a oferta de *feedback* construtivo, fatores que promovem a confiança dos jovens nas suas capacidades e incentivam o seu empenho.

O processo de aprendizagem do português não é homogêneo e varia conforme o *background* académico dos jovens. Por exemplo, M3, que chegou a Portugal com o 12º ano concluído no Benim, refere que começou a aprender português em outubro de 2023 e, ao contrário de M1, que já tinha alguma escolaridade ao chegar ao país, M3 teve de adaptar-se rapidamente ao sistema educativo português, com o apoio das aulas na residência institucional. A literatura confirma que, para jovens como M3, com uma educação anterior consolidada em outro idioma, o processo de adaptação linguística pode ser mais fluído, mas continua a requerer um apoio específico para evitar frustrações e desmotivação decorrente das diferenças no sistema educativo (Souza, 2017).

A aprendizagem do português também desempenha um papel essencial na inclusão cultural dos jovens. Ao adquirir competência linguística, os menores não acompanhados podem participar em atividades culturais, compreender melhor o funcionamento da sociedade e, assim, sentir-se parte da comunidade de acolhimento. Este aspeto é particularmente relevante no caso de M4, que menciona que, além das aulas, ler foi uma prática que o ajudou muito a desenvolver o seu conhecimento do

português. Esta prática ilustra a importância de fomentar o acesso à literatura e outros recursos culturais em português, uma vez que estes facilitam o contacto com a língua de uma forma contextualizada e culturalmente enriquecedora. Para Cunha (2024), a imersão em práticas culturais e sociais é um componente-chave na superação das barreiras linguísticas e culturais, permitindo que os jovens se sintam mais integrados e conectados com a nova realidade.

A partir da análise das entrevistas concluímos que a aprendizagem do português pelos menores não acompanhados transcende o simples ensino formal. Envolve uma combinação de práticas pedagógicas estruturadas, apoio emocional e oportunidades de imersão linguística em ambientes reais. A articulação entre as aulas nas escolas e nas instituições de acolhimento, o envolvimento ativo dos jovens no seu próprio processo de aprendizagem, e a criação de condições favoráveis para a prática da língua são fatores determinantes para o sucesso deste processo. Tal como sustentado por Ascensão & Ourives, p. (2010, p. 9) *“Possuir um domínio deficiente da língua afectará, sem dúvida, o conjunto das aprendizagens, bem como todo o processo de integração.”*. Assim, o domínio da língua portuguesa permite que os menores não acompanhados se apropriem da sua identidade no novo contexto e contribui para uma inclusão mais eficaz, tanto no sistema educativo como na sociedade em geral.

6.1.3. Desafios no processo de aprendizagem

Apesar dos relatos positivos sobre o impacto das aulas de português, alguns jovens indicam que o processo de aprendizagem da língua portuguesa pode apresentar desafios significativos. M1, por exemplo, refere que *"não foi fácil, porque eu já tinha aprendido outra língua estrangeira antes do português, o que me baralhou um pouco"*. Este testemunho encontra eco na literatura, onde se discute a sobrecarga cognitiva que a aprendizagem simultânea de várias línguas pode causar, particularmente em contextos de migração forçada, onde os jovens enfrentam múltiplos desafios emocionais e psicológicos (Roberto & Moleiro, 2021).

A questão da "ponte linguística" também se revela importante. Os jovens mencionam a utilização de outras línguas para facilitar a aprendizagem do português. M1 e M2 indicam que utilizaram o inglês como língua de transição, enquanto M3 refere o francês. Esta estratégia é corroborada por estudos que apontam para o uso de línguas intermediárias como facilitadores do processo de aquisição de uma nova língua (Estoura & Roberto, 2017). No entanto, o uso de várias línguas no processo de aprendizagem pode criar confusões iniciais, tal como expressado por M1.

6.1.4. A importância da língua para a construção de laços sociais

Outra questão central que emerge das entrevistas é o papel do domínio da língua portuguesa na construção de relações sociais e no sentido de pertença à nova comunidade, o que concretiza o processo de integração. Todos os jovens entrevistados concordam que a proficiência na língua portuguesa facilita a criação de amizades e a participação em atividades sociais. M1, por exemplo, menciona que saber português *"ajuda muito a fazer amigos"*, refletindo o que a literatura já havia evidenciado: a língua não é apenas um instrumento de comunicação, é, para lá disso, um meio de integração social e cultural (Vieira et al., 2016). A capacidade de comunicar em português possibilita a criação de redes de apoio informais, fundamentais para a integração plena e para o desenvolvimento de um sentimento de pertença à comunidade.

Este aspeto é igualmente reforçado por M2, que sugere que o domínio da língua portuguesa é *"crucial para uma vida boa, repleta de respeito e bondade"*. Este testemunho sublinha a importância de uma proficiência linguística sólida para o desenvolvimento da autoestima e do bem-estar emocional dos jovens, conforme defendido por Roberto & Moleiro (2021), quando destacam o impacto positivo que a fluência na língua pode ter no bem-estar psicológico e na construção de uma identidade positiva no país de acolhimento.

Os jovens também fornecem sugestões para melhorar o ensino da língua portuguesa. M4 menciona a importância de *"praticar bastante a língua"*, uma

recomendação que é suportada pela revisão de literatura, que sublinha a necessidade de um ensino de línguas adaptado às necessidades dos jovens refugiados e que promova a prática intensiva e contextualizada do português (Guerra et al., 2019). A recomendação de M4 para um maior empenho na prática da língua reforça a importância de abordagens pedagógicas que combinem ensino formal com oportunidades de interação social em português.

Por outro lado, M2 destaca a importância de manter uma "*mentalidade positiva*" e de se "*dedicar aos estudos*", refletindo o que a literatura aponta como fundamental para o sucesso no processo de aprendizagem: um apoio emocional e psicológico adequado que motive os jovens a persistirem no seu percurso educativo (A. F. Silva, 2017).

A análise das entrevistas evidencia a centralidade do domínio da língua portuguesa para a inclusão social dos menores não acompanhados em Portugal, conforme já apontado na revisão de literatura. A aprendizagem da língua é vista pelos próprios jovens como uma chave para o sucesso académico, a integração social e o desenvolvimento pessoal. Embora existam desafios no processo de aquisição da língua, o apoio institucional e escolar, aliado a estratégias autónomas de aprendizagem, tem sido crucial para o progresso destes jovens. Para além disso, a proficiência linguística facilita a criação de redes de apoio e amizades, e contribui para a construção de uma identidade positiva e para o bem-estar emocional dos jovens refugiados, o que reforça a importância de políticas públicas que garantam o acesso contínuo ao ensino do português.

6.2. Entrevista aos trabalhadores sociais

Nesta secção, são apresentadas as entrevistas conduzidas com quatro trabalhadores sociais envolvidos na área em análise, onde se encontra no Apêndice VIII. Estas entrevistas oferecem uma visão aprofundada das suas experiências e perspetivas sobre o trabalho com os menores não acompanhados, abordando os

desafios enfrentados, as estratégias implementadas e o papel fundamental que desempenham no processo de integração dos jovens na sociedade portuguesa.

6.2.1. Formação e preparação dos profissionais

Um dos principais desafios relatados nas entrevistas foi a falta de formação específica para lidar com os menores não acompanhados. T1 afirmou: *"Não tive nenhuma formação formal dada pelo (nome da residência institucional)"*, uma resposta que se repete em T3 e T4, destacando a ausência de formação formal para estes profissionais. Apenas T2 mencionou ter recebido uma formação inicial de 30 horas. T3 afirma que *"De forma pontual, o (nome da residência institucional) disponibiliza assistência em aulas de PLNM. Entretanto, recentemente, esse apoio tem sido menos frequente devido a falta de investimento por parte do (nome da residência institucional). Na minha perspetiva, considero que esse investimento deveria ser contínuo, de forma a proporcionar uma base constante de apoio independentemente das condições financeiras, de modo a assegurar uma assistência mais estável e efetiva aos menores não acompanhados."*

Essa carência formativa reflete um dos problemas identificados na literatura. Rodrigues (2010) sublinha que a formação contínua e especializada é fundamental para garantir a qualidade do apoio oferecido a jovens em situação de vulnerabilidade extrema, como os menores não acompanhados. A falta de capacitação adequada limita a eficácia das intervenções, e pode exacerbar as dificuldades já enfrentadas pelos jovens. Abrantes (2021) também reitera que a preparação insuficiente de profissionais que lidam com jovens refugiados impacta diretamente a sua capacidade de promover a inclusão social e escolar.

6.2.2. Integração Escolar e Ensino do Português

A integração dos menores não acompanhados no sistema escolar emerge como outro tema relevante nas entrevistas. T3 destacou uma *"melhoria significativa"* no processo de integração escolar, mencionando que, *"nos últimos tempos, observou-se uma melhoria significativa neste processo, chegando a demorar no máximo duas*

semanas". Este ponto positivo é atribuído à parceria entre a residência institucional e o Centro Qualifica⁵, que desempenha um papel fundamental na avaliação da proficiência linguística dos menores não acompanhados. No entanto, é mencionado que o processo pode ser mais demorado durante os períodos de férias.

A integração escolar é essencial para o processo de inclusão destes jovens, pois, conforme sublinhado por Vieira et al (2016), o domínio da língua portuguesa é um dos principais fatores para a inclusão social e académica. A avaliação inicial dos jovens através de centros especializados, como o Centro Qualifica, é uma abordagem que vai ao encontro das recomendações de Pires (1999) sobre a necessidade de processos estruturados para promover a integração bidimensional, em que tanto a sociedade de acolhimento quanto os jovens migrantes precisam de se adaptar.

No entanto, o apoio oferecido pela residência institucional para o ensino de PLNМ foi referido como insuficiente. T3 mencionou que, *"recentemente, o apoio tem sido menos frequente devido à falta de investimento por parte do (nome da residência institucional)"*, sublinhando a fragilidade do apoio contínuo para a aprendizagem do idioma. Esta falta de apoio vai contra as recomendações de Roberto & Moleiro (2021) e Silva (2017), que defendem que a continuidade do ensino da língua é essencial para a inclusão dos menores não acompanhados. Como reforçado na literatura, a aprendizagem de português é crucial para o sucesso académico, e para a integração no mercado de trabalho e na vida social em geral.

6.2.3. Barreira Linguística e Comunicação

A barreira linguística foi amplamente mencionada pelos trabalhadores sociais como um dos maiores obstáculos à comunicação com os menores não

⁵ Os Centros Qualifica são entidades especializadas na qualificação de adultos, dedicando-se à orientação e encaminhamento de pessoas com 18 anos ou mais para programas de educação e formação profissional. Estes centros destinam-se a quem procura obter certificação escolar ou profissional, assumindo também a responsabilidade pelos processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas pelos indivíduos ao longo da sua experiência de vida, <https://www.qualifica.gov.pt/#/>

acompanhados. T1, T2, T3 e T4 mencionaram a necessidade de recorrer frequentemente ao serviço de tradução telefónica do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), além de intérpretes da residência institucional para facilitar a comunicação. T4, por exemplo, disse: *"Sim, já tive dificuldades na comunicação e, em alguns casos, recorri a gestos e olhares para ultrapassar essas barreiras."*

Essa dificuldade reflete a questão central apontada por Roberto & Moleiro (2021), que destacam que a barreira linguística para lá de afetar a integração escolar, impede, muitas vezes, o acesso a serviços essenciais, como saúde e apoio psicossocial. A dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde, por exemplo, pode levar a diagnósticos incorretos ou tratamentos inadequados, aumentando o sofrimento psicológico e emocional dos jovens.

Como sublinhado por Vieira et al. (2016), *"a língua é um dos principais fatores que facilitam ou dificultam a integração social e o acesso a direitos"*. Essa dependência de serviços de tradução ou de terceiros, como colegas ou profissionais, apenas prolonga a vulnerabilidade dos menores não acompanhados e reforça o sentimento de isolamento.

A inclusão social destes jovens em Portugal está intrinsecamente ligada ao domínio da língua portuguesa, um fator reiteradamente mencionado tanto nas entrevistas com os trabalhadores sociais como na literatura. A proficiência em português surge como uma condição para que os menores possam comunicar com a comunidade envolvente, permitindo-lhes aceder a direitos fundamentais, tais como a educação, a saúde e o trabalho, pilares essenciais da sua integração plena na sociedade portuguesa.

Todos os trabalhadores sociais entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão social. T1 afirmou: *"Sim, sem dúvida"*, quando questionado sobre se a aprendizagem da língua facilita a inclusão social, uma resposta ecoada por T2, T3 e T4. A língua, neste contexto, não é vista apenas como um meio de comunicação, mas como uma chave que abre portas

para a participação ativa na sociedade. O domínio da língua permite aos jovens superar barreiras na interação com os outros, no acesso ao sistema educativo e na entrada no mercado de trabalho, conforme sublinhado por Vieira et al. (2016), que considera a proficiência linguística uma "ferramenta essencial para a construção de redes sociais, a compreensão de direitos e deveres e o acesso a serviços públicos".

Este ponto também é reforçado por Silva (2017), que afirma que a língua vai além da comunicação instrumental, sendo um instrumento de empoderamento e autonomia para os refugiados. O autor argumenta que, ao aprender português, os menores não acompanhados conseguem interagir de forma mais eficaz com a sociedade de acolhimento, e desenvolvem um sentimento de pertença e de segurança no novo país.

Um dos desafios mais imediatos enfrentados pelos menores não acompanhados é a necessidade de contribuir financeiramente para as suas famílias, muitas vezes ainda nos seus países de origem. T3 mencionou que muitos jovens acabam por abandonar a escola devido à pressão para enviar dinheiro para as suas famílias. Este dilema sublinha a importância do domínio da língua para garantir uma transição bem-sucedida entre o sistema educativo e o mercado de trabalho. Como Souza (2017) observa, sem o domínio do português, os jovens enfrentam dificuldades acrescidas na obtenção de empregos dignos e na sua progressão no mercado laboral, perpetuando um ciclo de exclusão económica e social.

O acesso ao mercado de trabalho é descrito como particularmente stressante devido à burocracia envolvida, sobretudo no que diz respeito à documentação necessária para regularizar a situação dos jovens. No entanto, como sublinha Silva (2017), o domínio da língua é fundamental para que os jovens compreendam esses processos burocráticos e consigam ultrapassar pelas várias etapas exigidas pela administração pública e pelas entidades empregadoras. A língua, neste sentido, torna-se um mediador de inclusão, permitindo que estes jovens sejam reconhecidos como atores sociais e económicos válidos na sociedade de acolhimento.

Além do impacto económico, o domínio da língua portuguesa também desempenha um papel crucial na integração cívica e cultural dos menores não acompanhados. Como Vieira et al. (2016) destacam, "*a inclusão cívica e cultural é tão importante quanto a inclusão económica*", e o domínio da língua é um requisito essencial para que os jovens possam participar ativamente em atividades culturais, entender o funcionamento das instituições e assumir um papel mais ativo na sociedade.

Através da língua, os menores não acompanhados conseguem comunicar com colegas e professores e participar em atividades comunitárias que lhes permitem criar redes de apoio e estabelecer laços afetivos. Como T1 referiu, "*eles terem uma proficiência linguística ajuda os jovens a ter uma sensação de segurança no país de acolhimento.*", refletindo o papel da língua na construção de uma identidade positiva e no reforço da autoconfiança. Segundo Ascensão & Ourives (2010), dominar a língua do país de acolhimento permite uma integração mais rápida e promove a valorização da própria identidade dos jovens, que passam a sentir-se mais seguros e mais valorizados enquanto indivíduos.

Este processo é essencial para criar um sentimento de pertença à comunidade local, algo que Pires (1999) descreve como integração bidimensional, em que tanto o jovem como a sociedade de acolhimento precisam de se ajustar. O domínio da língua portuguesa facilita esse ajustamento ao permitir que os jovens compreendam e participem nas normas e valores da sociedade portuguesa, enquanto contribuem com a sua própria diversidade cultural.

Outro aspeto relevante é a dimensão emocional e psicológica da aprendizagem da língua. Como destacado por Roberto & Moleiro (2021), a dificuldade em dominar a língua pode exacerbar sentimentos de isolamento e exclusão social entre os menores não acompanhados, levando a um aumento dos níveis de *stress* e ansiedade. Para os jovens que já passaram por experiências traumáticas nos seus países de origem, como guerras ou perseguições, o domínio da língua de acolhimento pode servir como um instrumento de cura emocional, permitindo-lhes expressar-se e comunicar as suas necessidades de forma mais eficaz.

E3 mencionou o impacto emocional da falta de domínio da língua, observando que muitos jovens *"não conseguem explicar os sintomas que têm, ou como se sentem"*, o que agrava o seu sofrimento psicológico. Segundo George (2021), o apoio psicossocial oferecido aos jovens refugiados deve ser acompanhado de um apoio linguístico adequado, de modo a garantir que eles consigam participar plenamente nas consultas de saúde mental e nos serviços de apoio psicológico.

Este ponto é reforçado por Brekke (2010), que afirma que a incerteza jurídica, associada ao processo de determinação do estatuto de refugiado, é uma das principais fontes de *stress* para os menores não acompanhados. Sem a capacidade de comunicar de forma eficaz, os jovens sentem-se *"em suspenso"*, incapazes de compreender os prazos e os procedimentos burocráticos que afetam diretamente as suas vidas.

6.3.4. Desafios além da barreira linguística

Além da barreira linguística, os trabalhadores sociais mencionaram outros desafios significativos enfrentados pelos menores não acompanhados, como a integração no mercado de trabalho, o acesso a serviços de saúde e assistência psicológica, bem como a adaptação cultural. T3 mencionou que *"a inserção no mercado de trabalho é particularmente stressante devido à burocracia relacionada à documentação"*, sublinhando que muitos jovens acabam por abandonar a escola devido à necessidade de enviar dinheiro para as suas famílias nos países de origem, ao afirmar *"Já tive casos de jovens, que me disseram 'A escola não me dá dinheiro, e eu tenho de enviar dinheiro para casa', e por isso preferiu trabalhar na construção civil e desistir da escola"*. Este testemunho confirma a análise de Souza (2017), que discute o impacto negativo que a pressão económica pode ter na integração educacional dos menores não acompanhados. A necessidade de contribuir financeiramente para as suas famílias muitas vezes leva ao abandono escolar precoce, o que dificulta ainda mais a sua integração na sociedade de acolhimento. Como observado por T2, *"O acesso ao mercado de trabalho é outra área*

problemática, agravada pela complexidade burocrática relacionada à documentação. Os jovens frequentemente enfrentam dificuldades em compreender a demora nos processos de integração no país de acolhimento, incluindo a determinação do estatuto de refugiado, gerando níveis elevados de stress. A falta de respostas para a regularização de sua situação propicia um sentimento de impotência, contribuindo para a ansiedade, stress e frustração constante, resultando em desconforto emocional. Dentre os desafios mencionados, a integração escolar e o ingresso no mercado de trabalho destacam-se como áreas particularmente impactadas pela complexidade desses processos." Uma realidade que, como discute Pires (1999), coloca os jovens em situações de exclusão social e económica.

Além disso, o acesso a serviços de saúde e assistência psicológica é outro desafio mencionado por T2 e T3, que sublinharam a dificuldade de comunicação entre os jovens e os profissionais de saúde. T2 refere que *"mesmo quando se consegue estabelecer acesso a esses serviços, a barreira linguística entre os menores não acompanhados e os profissionais constitui um desafio significativo"*. Isso vai ao encontro do que Roberto & Moleiro (2021) discutem sobre os efeitos psicológicos da migração forçada e o impacto das barreiras linguísticas no acesso a cuidados essenciais.

6.3.5. Inclusão Social e o Papel da Língua Portuguesa

Os trabalhadores sociais entrevistados concordaram que o domínio da língua portuguesa é crucial para a inclusão social dos menores não acompanhados. T1 afirmou: *"Sim, sem dúvida"*, quando questionado sobre se aprender português facilita a inclusão social, uma resposta que foi repetida por T2, T3 e E4. Este consenso reflete a importância da língua para lá de ferramenta de comunicação, mas como um fator indispensável à integração cultural e económica, como sublinhado por Vieira et al. (2016).

O domínio do português permite que os jovens se tornem mais autónomos e independentes, facilitando o acesso ao mercado de trabalho e a criação de redes

sociais. Silva (2017) destaca que a língua é uma ferramenta de empoderamento, pois permite aos jovens comunicar de forma eficaz, criar relações interpessoais e participar ativamente na sociedade.

A análise das entrevistas com os trabalhadores sociais confirma muitos dos desafios identificados na revisão de literatura, particularmente a falta de formação adequada, a insuficiência de apoio institucional no ensino da língua e a barreira linguística que permeia o contexto escolar, e o acesso a serviços essenciais. Apesar dos esforços de alguns trabalhadores sociais em recorrer a serviços de tradução e parcerias com o Centro Qualifica, a integração dos menores não acompanhados continua a ser prejudicada pela falta de políticas públicas mais robustas e de investimentos consistentes. A literatura sublinha que a inclusão social destes jovens depende da criação de um ambiente educacional e social que seja adaptado às suas necessidades linguísticas e culturais, algo que, como revelado nas entrevistas, ainda enfrenta obstáculos consideráveis.

6.3. Entrevista aos professores

Nesta secção são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com seis professores envolvidos na área em análise, onde se encontra no Apêndice IX. Estas entrevistas proporcionam uma compreensão detalhada das suas experiências no ensino de menores não acompanhados, explorando os desafios pedagógicos, as metodologias adotadas para facilitar a aprendizagem da língua portuguesa e o papel dos professores no processo de integração dos alunos no ambiente escolar e na sociedade.

6.3.1. Formação e preparação dos professores

A ausência de formação adequada para professores que trabalham com menores não acompanhados é um tema dominante nas entrevistas. Nenhum dos

professores entrevistados recebeu formação formal específica antes de lidar com esta população. Por exemplo, P1 afirmou claramente: *"Não"* quando questionado se teve preparação antes de começar a trabalhar com menores não acompanhados, uma resposta que se repete nas declarações de P2, P3 e P4. Apenas E6 mencionou ter participado em algumas atividades de formação contínua, como projetos da Associação de Refugiados e o Ubuntu⁶, mas mesmo assim, esta preparação foi adquirida posteriormente e de forma fragmentada.

Esta falta de preparação é uma lacuna crucial que afeta diretamente a qualidade do apoio oferecido aos jovens. A ausência de formação contínua e especializada compromete a eficácia das intervenções educativas, especialmente em contextos de diversidade linguística e cultural (Rodrigues, 2010). Esta realidade é amplamente evidenciada pelo depoimento dos professores, que reconhecem a necessidade de capacitação. E6 menciona que, apesar de seu longo tempo de experiência, a formação disponível é insuficiente: *"Não tive qualquer tipo de formação antes de começar, mas ao longo dos anos fui participando em algumas atividades"*.

A falta de preparação formal reflete uma carência estrutural nas políticas de acolhimento educacional. Sem formação específica, os professores não estão devidamente preparados para responder às necessidades complexas dos jovens, que muitas vezes enfrentam além das barreiras linguísticas, traumas emocionais e descontinuidade educacional (Abrantes, 2021). A integração de menores não acompanhados é, um processo bidimensional Pires (1999), ao qual as instituições de acolhimento, como as escolas, precisam adaptar-se para garantir uma inclusão efetiva. O depoimento de P2 reforça essa ideia, ao relatar que, apesar de não ter

⁶ A Academia de Líderes Ubuntu é um programa de educação não formal, que tem como objetivo capacitar jovens com elevado potencial de liderança, especialmente aqueles que provêm de contextos desafiantes ou que desejam atuar nesses meios. O projeto visa apoiar, facilitar e enriquecer o crescimento de cada participante enquanto líder ao serviço da comunidade, promovendo o desenvolvimento de competências humanas e técnicas essenciais para o seu percurso pessoal e profissional, <https://www.academialideresubuntu.org/pt/academia-de-lideres-ubuntu/o-que-e>

recebido formação prévia, considera que *"o problema vem de cima"*, sublinhando a necessidade de maior envolvimento das entidades responsáveis pela educação.

6.3.2. Proficiência Linguística e Barreiras na Aprendizagem do Português**

As barreiras linguísticas emergem como um dos maiores desafios enfrentados pelos menores não acompanhados no sistema educativo. A maioria dos professores entrevistados avaliou o nível de proficiência em português dos alunos como baixo ou muito baixo. P1 afirmou: *"O nível de português geralmente é muito baixo. Estes jovens têm muita dificuldade no entendimento da língua"*, sublinhando as dificuldades de adaptação linguística. Da mesma forma, P2 observou que *"é mau"*, embora tenha destacado que jovens oriundos de países lusófonos, como os PALOP, têm mais facilidade.

Essas declarações estão em linha com o que a literatura aponta como um dos maiores obstáculos à integração educacional e social dos jovens refugiados. Vieira et al. (2016) afirmam que *"a proficiência em português é uma chave fundamental para a inclusão"*, pois a incapacidade de comunicar efetivamente na língua do país de acolhimento limita o sucesso académico, assim como a integração social e a criação de redes de apoio. Roberto & Moleiro (2021) destacam que *"a barreira linguística atua como um fator de isolamento"*, contribuindo para o aumento do sentimento de exclusão social entre os menores não acompanhados.

A falta de preparação linguística, muitas vezes acompanhada de uma escolaridade fragmentada, como mencionado por P6, pode levar a sentimentos de frustração e desmotivação. Souza (2017) explica que *"muitos jovens refugiados chegam ao país de acolhimento com níveis educativos desiguais e sem uma avaliação adequada das suas competências"*, o que leva a uma colocação inadequada nas escolas e a uma sobrecarga académica. P5 reconhece essa questão ao afirmar que *"a estrutura da língua materna de alguns alunos é muito diferente da nossa, o que dificulta a adaptação"*. Esta observação reflete a complexidade de ensinar português a jovens provenientes de culturas e sistemas educacionais tão distintos.

6.3.3. Estratégias Pedagógicas e Inclusão Social

Dada a baixa proficiência em português, os professores são forçados a adotar estratégias pedagógicas alternativas para garantir a participação destes jovens nas aulas. P1 descreve como recorre ao uso do Google Tradutor para facilitar a comunicação com alunos que não falam português, mencionando que *"todo o material didático utilizado durante as aulas, incluindo os testes de avaliação, era entregue em urdu"*. Esta estratégia, embora funcional em algumas situações, revela a falta de apoio institucional adequado. P5 também mencionou o uso de imagens para explicar conteúdos em Ciências Naturais e a tradução de materiais para inglês, sublinhando o esforço dos professores para contornar as barreiras linguísticas, revelando a ausência de políticas estruturadas que respondam às necessidades destes alunos.

Este tipo de adaptação reflete a necessidade de intervenções pedagógicas flexíveis e criativas, como mencionado por Vieira et al., p. (2016, p. 10) *"Na Escócia, a equipa da Universidade de Glasgow sintetiza as prioridades educativas e a promoção de estratégias criativas para a resolução de conflitos (...)"* e, simultaneamente, aponta para a escassez de apoio especializado, como é referido na literatura por diferentes autores tais como Nogueira, p. (2023, p. 20) *"a escassez do apoio psicossocial, essencial no acompanhamento de dificuldades na aprendizagem e na gestão de ansiedades e traumas relacionadas aos processos migratório e de integração; a carência de suporte adicional de idioma e mediação cultural, necessário no ultrapassar de "barreiras linguísticas e desafios de comunicação"*.

Esta visão é corroborada por P4, que relata a criação de estratégias como a criação de horários específicos para alunos recém-chegados, referindo que *"foi criado um horário específico para crianças recém-chegadas (nível A1), que lhes dará mais 6 tempos letivos para aprenderem a língua portuguesa"*. No entanto, tais iniciativas ainda são exceção e não regra, como nota Rodrigues (2010), que critica a falta de políticas consistentes no sistema educacional português.

A inclusão social, diretamente relacionada com a capacidade de comunicar, também se torna uma questão central. Todos os professores entrevistados

concordaram que o domínio do português facilita a inclusão social. Como P1 afirmou: *"Se estes jovens aprenderem português, tornam-se mais autónomos e independentes em diversos contextos"*. Esta visão alinha-se com o que Pires (1999) argumenta sobre a "integração bidimensional", na qual a língua é um dos elementos centrais que mediam a participação plena na sociedade.

6.3.5. Políticas Públicas e Apoio Institucional

Apesar do esforço dos professores, as respostas das entrevistas revelam um descontentamento generalizado com a falta de apoio institucional. P2, por exemplo, destacou que a escola *"faz os mínimos para estes jovens estarem integrados"*, atribuindo uma nota de 3 em 5 à qualidade do apoio oferecido. Da mesma forma, P5 menciona que *"faltam recursos humanos para poder assegurar uma aprendizagem inicial mais intensiva da língua portuguesa"*, evidenciando a falta de capacidade das escolas para oferecer o apoio necessário.

Esta falta de recursos reflete as falhas das políticas públicas em garantir a inclusão educacional dos menores não acompanhados. Sousa et al., p. (2021, p. 100) reforçam que *"É importante que a política de integração reflita a diversidade de situações e experiências vividas pelos refugiados, em cada contexto local, o que não permite oferecer uma resposta padronizada e única a todas as situações, antes se exigindo flexibilização e adequação aos casos concretos."* No entanto, os professores indicam que, embora existam intenções inclusivas nas leis, como o Decreto-Lei n.º 54/2018, a implementação dessas políticas ainda é insuficiente devido à escassez de recursos e à falta de formação especializada. Abrantes (2021) reitera que *"sem um investimento consistente em recursos e formação, as políticas de inclusão correm o risco de serem ineficazes"*.

E6 sublinha que a escola onde trabalha *"sempre desenvolveu um trabalho com diversos parceiros (Associação de Refugiados, Centro de Refugiados, Fundação Aga Khan, Clube Intercultural)"*, o que sugere que algumas escolas estão a tentar colmatar

a falta de apoio institucional através de parcerias externas. É de realçar, como observam Roberto & Moleiro, p. (2021, p. 22), que "em alguns casos, a sobrevivência sem o suporte das instituições e serviços que anteriormente os protegiam pode significar ficarem em risco de exclusão social".

A análise das entrevistas evidencia uma série de desafios no processo de integração educacional dos menores não acompanhados em Portugal, desde a falta de formação dos professores até à insuficiência de políticas públicas robustas. A ausência de preparação formal para lidar com a diversidade linguística e cultural, somada à escassez de recursos e apoio institucional, coloca obstáculos significativos para a inclusão plena desses jovens. Como sublinha a literatura, a proficiência em português é um fator central para a inclusão social e educacional, mas a sua promoção eficaz depende de uma abordagem mais coordenada e abrangente. Para garantir que estes jovens possam construir uma vida digna e promissora em Portugal, é fundamental que as políticas públicas se alinhem com as necessidades reais, proporcionando os recursos e a formação necessários para todos os envolvidos no processo educativo.

7. Conclusão

Este estudo mergulha na complexidade do processo de integração dos menores não acompanhados no contexto português, com foco particular na importância da língua portuguesa como veículo central para a inclusão social, educacional e cultural. A partir das entrevistas realizadas a menores não acompanhados, trabalhadores sociais e professores, e articulando esses testemunhos com a revisão da literatura, emergem diversas dimensões que precisam ser consideradas para uma integração bem-sucedida. Através das leituras realizadas e da pesquisa efetuada, procurámos dar resposta às questões de partida: 1) Qual é a importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados menores não acompanhados em Portugal?; 2) Quais são os principais desafios e facilidades enfrentados por esses jovens na aprendizagem do português?; 3) Como é que o ambiente educativo pode facilitar ou dificultar o processo de integração linguística e social dos refugiados menores não acompanhados?; 4) De que forma as políticas públicas existentes podem ser aprimoradas para promover a inclusão efetiva desses jovens na sociedade portuguesa?

O principal contributo deste estudo reside na triangulação metodológica adotada, que conciliou em entrevistas semiestruturadas com menores não acompanhados, professores de uma escola na área metropolitana de Lisboa, e tutores/trabalhadores sociais da residência institucional; com análise documental; e com observação direta realizada durante o estágio na residência institucional, bem como ao longo desta investigação. Esta abordagem permitiu uma visão abrangente da importância do domínio da língua portuguesa no processo de integração. A pesquisa evidenciou a heterogeneidade nas experiências dos jovens: enquanto todos concordaram que a língua é crucial para criar laços de amizade e, consequentemente, obter melhores resultados escolares, as suas trajetórias de integração profissional ainda parecem incertas. A aprendizagem da língua facilitou o desenvolvimento de relações interpessoais e melhorou o desempenho escolar, mas não ficou claro se isso já se traduz numa integração profissional efetiva. Os dados sugerem que, embora a

língua seja uma ponte fundamental para a inclusão educacional e social, ainda há barreiras significativas a superar na transição para o mercado de trabalho.

Alguns aspetos observados neste estudo confirmam achados anteriores na literatura portuguesa, especialmente no que diz respeito à importância da língua portuguesa para o sucesso escolar e social dos jovens refugiados conforme apontado por Oliveira (2022b) e Roberto & Moleiro (2021). No entanto, o presente estudo vai além dessas investigações ao destacar a complexidade da integração emocional e cultural que emerge da experiência dos próprios jovens. A contribuição adicional aqui foi a identificação da importância das atividades lúdicas e estágios como fatores que, quando bem aplicados, podem complementar o ensino formal e promover uma integração mais fluida.

A principal novidade deste estudo reside nas perspetivas específicas dos jovens, que foram menos exploradas nos estudos anteriores em Portugal. As entrevistas revelaram que, para além das barreiras linguísticas, os jovens sentem que o sucesso da sua integração depende também das relações de confiança que estabelecem com os professores e outros profissionais. Além disso, os dados sugerem que a diversidade de nacionalidades e experiências de vida entre os jovens gera uma heterogeneidade nos percursos de aprendizagem e integração. A abordagem individualizada das suas necessidades foi destacada como crucial para o sucesso. A perspetiva dos próprios jovens também abordou a ideia de que a inclusão cultural e emocional é tão relevante quanto a integração linguística, uma dimensão menos focada na literatura existente.

7.1. A centralidade da língua portuguesa na integração dos jovens Menores Não Acompanhados

O domínio da língua portuguesa surge como um fator determinante para a integração dos jovens menores não acompanhados em Portugal. Tanto nos testemunhos recolhidos durante este estudo como na literatura especializada, a

capacidade de comunicar-se em português é destacada como sendo mais do que uma simples habilidade técnica; trata-se de uma ponte fundamental para a participação ativa na sociedade portuguesa. A língua permite aos jovens interagir com os outros, desempenhando um papel essencial no processo de inclusão social, ao abrir portas para a interação, a amizade e a participação em diversas esferas da vida quotidiana.

Os jovens menores não acompanhados que participaram neste estudo confirmam a importância crucial do domínio da língua portuguesa, identificando-a como um elemento central para a construção de amizades, a participação em atividades escolares e a integração social. Muitos relataram que o processo de aprendizagem da língua é uma experiência transformadora, que lhes permite sentir-se mais próximos da comunidade que os acolhe. Este processo de aproximação à sociedade portuguesa é descrito por eles como essencial para a sua adaptação e integração bem-sucedida, e contribui de forma significativa para reduzir o sentimento de isolamento e exclusão que frequentemente acompanha a experiência de ser um refugiado.

A literatura reforça esta ideia ao destacar que a língua não é apenas um meio de comunicação, mas é também um instrumento de construção de identidade e de pertença (Silva, 2017). A língua assume um papel simbólico, tornando-se uma ferramenta poderosa na construção de novas identidades e na forma como os jovens se percebem em relação ao novo ambiente social. Ao aprenderem português, estes jovens adquirem uma nova competência linguística, e começam a desenvolver uma sensação de pertença à sociedade portuguesa, o que é fundamental para a sua integração social.

Além disso, a literatura reforça a ideia de que a língua tem um papel crucial no desenvolvimento de redes sociais, que são fundamentais para a inclusão dos menores não acompanhados. A capacidade de comunicar em português permite aos jovens estabelecer relações com colegas, professores e membros da comunidade em geral, facilitando a criação de laços sociais que são essenciais para a sua integração. Estes laços fornecem apoio emocional e prático, e funcionam como um meio de ligação

entre os jovens e a sociedade portuguesa. Ao interagir com outras pessoas em português, os jovens têm a oportunidade de partilhar experiências, valores e culturas, o que contribui para a sua aceitação e integração na nova comunidade.

No entanto, apesar da importância inegável do domínio da língua para a integração dos menores não acompanhados, muitos dos jovens que participaram neste estudo relataram que enfrentaram dificuldades significativas no processo de aprendizagem do português. As barreiras linguísticas, especialmente no início do processo de integração, constituíram um obstáculo importante, tanto em termos de comunicação diária como de acompanhamento das atividades escolares. A falta de recursos educativos adaptados, bem como a insuficiência de programas específicos de ensino da língua portuguesa para refugiados, foram identificados como desafios que dificultam o processo de aprendizagem. Estes obstáculos mostram a necessidade de se desenvolverem estratégias mais eficazes e inclusivas para o ensino da língua, adaptadas às necessidades específicas dos jovens.

Para superar estas barreiras, a implementação de programas de ensino de português como língua não materna, concebidos especificamente para responder às necessidades dos jovens refugiados, revela-se essencial. Estes programas devem ser desenhados de forma a reconhecer as dificuldades e vulnerabilidades que os menores não acompanhados trazem consigo, oferecendo apoio personalizado e adaptado. Além disso, é importante que o ensino da língua seja integrado num contexto mais amplo de apoio psicossocial, já que muitos dos jovens enfrentam traumas e dificuldades emocionais que podem interferir no seu processo de aprendizagem. Ao combinar o ensino da língua com apoio emocional, será possível criar um ambiente mais acolhedor e propício à aprendizagem. Os jovens refugiados acabam por ser alvo de uma insuficiência de resposta a problemas de saúde mental no Serviço Nacional de Saúde, em Portugal.

Outra questão relevante, destacada tanto nos testemunhos como na literatura, é a importância de uma abordagem que valorize as línguas de origem dos menores não acompanhados. Embora o domínio do português seja crucial para a sua integração, é igualmente importante que os jovens sejam incentivados a manter e

valorizar a sua língua materna. Este reconhecimento da sua herança cultural e linguística pode ajudar a reforçar a sua identidade e autoestima, permitindo que se sintam mais seguros e confortáveis no processo de aprendizagem de uma nova língua. Além disso, promover o bilinguismo ou multilinguismo pode ser uma forma eficaz de facilitar a integração, enquanto preserva a diversidade cultural.

Em conclusão, o domínio da língua portuguesa emerge, neste estudo, como um dos pilares fundamentais para a integração dos menores não acompanhados em Portugal. A capacidade de comunicar em português é muito mais do que uma competência técnica; é um elemento essencial que facilita a interação social, a participação académica e o desenvolvimento de um sentido de pertença à nova sociedade. No entanto, o processo de aprendizagem da língua é muitas vezes marcado por desafios significativos, que exigem uma abordagem educativa mais adaptada e inclusiva. O investimento em programas de ensino da língua portuguesa específicos para refugiados, combinados com apoio psicossocial, será crucial para garantir que os jovens possam integrar-se plenamente e de forma bem-sucedida na sociedade portuguesa.

7.2. Desafios no sistema educacional e a necessidade de reformas

No entanto, o estudo também revela os múltiplos desafios enfrentados pelos jovens ao ingressarem no sistema educacional português. A falta de uma avaliação adequada das competências linguísticas e educacionais dos jovens antes da sua inserção nas turmas é um dos principais problemas identificados. Este desajuste, conforme apontado por Souza (2017), pode levar à desmotivação e, em casos mais graves, ao abandono escolar.

Os professores entrevistados confirmam as dificuldades associadas ao ensino do português como língua não materna (PLNM). Muitos relatam a ausência de formação específica e contínua para lidar com a diversidade cultural e linguística nas suas salas de aula, o que compromete a eficácia das estratégias pedagógicas

implementadas. Este ponto reflete as críticas de Abrantes (2021) e Rodrigues (2010) sobre a falta de preparação adequada dos educadores, o que resulta em práticas de ensino que nem sempre conseguem atender às necessidades dos menores não acompanhados.

Além disso, a fragmentação das políticas de inclusão educacional, conforme discutido limita a eficácia das iniciativas que visam apoiar os jovens refugiados. A falta de coordenação entre as diferentes esferas de ação - educação, saúde, apoio psicossocial - compromete a construção de um ambiente educativo realmente inclusivo e acolhedor.

7.3. O papel das instituições e dos trabalhadores sociais

Os trabalhadores sociais desempenham um papel crucial na integração dos menores não acompanhados, fornecendo o apoio necessário para que estes possam enfrentar as complexidades burocráticas, culturais e sociais da sociedade que os acolhe. Como mediadores entre os jovens refugiados e as instituições governamentais e sociais, os trabalhadores sociais estão na linha da frente deste processo de integração. No entanto, conforme revelado pelas entrevistas realizadas no âmbito deste estudo, muitos destes profissionais sentem-se imprevistos para lidar com os desafios específicos que esta população apresenta, em grande parte devido à falta de formação específica e contínua. Esta lacuna compromete a qualidade do apoio prestado e, em última análise, pode afetar negativamente o processo de inclusão dos jovens.

A importância de uma formação contínua e adaptada para estes profissionais é uma necessidade reiterada na literatura. Abrantes (2021, p.34) *afasta-se da visão restrita das “necessidades educativas especiais”*, promovendo uma perspectiva mais abrangente e inclusiva. No contexto educacional, por exemplo, a ênfase é deslocada do foco exclusivo no aluno para o funcionamento e organização da escola como um todo, envolvendo todos os elementos da comunidade escolar. Esta visão requer a

participação ativa de funcionários, pais, municípios e da sociedade civil, refletindo uma abordagem inclusiva mais ampla. No campo dos serviços sociais, a lógica é similar: para apoiar de forma eficaz os menores não acompanhados, é necessário que os trabalhadores sociais recebam formação que vá além dos aspetos técnicos da sua função, abrangendo também o desenvolvimento de competências emocionais e psicossociais. Sem esta formação, muitos profissionais sentem-se imprevistos para lidar com as complexidades inerentes ao acompanhamento dos menores não acompanhados, especialmente no que diz respeito às suas necessidades emocionais e psicológicas, que são cruciais para a sua integração bem-sucedida.

A ausência de formação específica sobre os desafios enfrentados pelos menores não acompanhados pode levar a uma abordagem fragmentada e insuficiente por parte dos trabalhadores sociais. Estes profissionais, frequentemente, acabam por focar-se apenas nas questões burocráticas e legais, como a regularização da documentação ou o acesso a serviços públicos, negligenciando aspetos igualmente importantes, como o apoio psicossocial. No entanto, para os menores não acompanhados, que muitas vezes chegaram a Portugal após terem vivenciado situações traumáticas nos seus países de origem ou durante a viagem, o apoio emocional é essencial. A falta de preparação para lidar com traumas e vulnerabilidades pode resultar em respostas inadequadas ou insensíveis às necessidades dos jovens, prejudicando o seu bem-estar e retardando o seu processo de integração.

Os testemunhos recolhidos durante este estudo também destacam a importância de uma abordagem mais holística e coordenada, envolvendo diferentes instituições e serviços que lidam com os menores não acompanhados. Uma das práticas que emergiu das entrevistas como um exemplo positivo foi a parceria entre residências institucionais e centros de qualificação profissional. Um dos entrevistados mencionou que estas parcerias permitem uma integração mais eficiente dos jovens, pois facilitam a aprendizagem da língua portuguesa, e oferecem apoio na orientação vocacional e acompanhamento psicológico. Esta abordagem integrada é essencial

para garantir que os jovens tenham as ferramentas necessárias para construir uma vida estável e bem-sucedida em Portugal.

A sistematização destas práticas integradas, que envolvem diferentes áreas como educação, saúde mental, apoio legal e desenvolvimento vocacional, surge como uma necessidade premente. A colaboração entre as várias entidades que interagem com os menores não acompanhados pode ser vista como um fator determinante no sucesso da sua integração. Uma resposta eficaz às necessidades destes jovens não pode ser limitada a uma única área ou serviço; é fundamental que exista uma rede de apoio coordenada, que acompanhe o jovem em todas as dimensões das suas vidas. A criação de redes interinstitucionais e a partilha de boas práticas entre organizações são estratégias que poderiam ser exploradas e ampliadas, de modo a garantir que os jovens recebam um apoio coerente e abrangente.

Outro aspeto crucial mencionado nas entrevistas foi a necessidade de adaptar as intervenções às necessidades individuais de cada jovem. Embora existam algumas práticas que podem ser generalizadas, como a parceria entre residências e centros de qualificação, é importante reconhecer que cada menor não acompanhado traz consigo uma história única, com experiências, traumas e capacidades distintas. Assim, as intervenções dos trabalhadores sociais devem ser suficientemente flexíveis para responder a esta diversidade, personalizando o apoio de acordo com as características de cada jovem. Tal abordagem implica a necessidade de formação contínua, que aprofunde os conhecimentos técnicos dos trabalhadores sociais, lhes forneça ferramentas para desenvolver um acompanhamento mais personalizado e humano. O investimento em formação contínua, apoio técnico e psicológico para os próprios trabalhadores sociais, bem como o fortalecimento das redes de colaboração entre instituições, é essencial para que estes profissionais possam desempenhar o seu papel de forma eficaz e contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A educação inclusiva representa, assim, uma rutura com os valores tradicionais da educação (Rodrigues, 2010), e este princípio deve ser expandido para todos os níveis da sociedade, incluindo o trabalho social. Somente com uma abordagem inclusiva e coordenada será possível garantir que os jovens menores não

acompanhados tenham as oportunidades e o apoio necessários para uma integração plena e bem-sucedida em Portugal

Por fim, é importante que o papel dos trabalhadores sociais na integração dos menores não acompanhados seja devidamente reconhecido e valorizado. Estes profissionais enfrentam desafios consideráveis no seu trabalho diário, muitas vezes operando com recursos limitados e sob pressões institucionais.

Portanto, este estudo reafirma a necessidade de formação contínua e adaptada para os trabalhadores sociais, sublinhando a importância de práticas integradas e coordenadas entre as várias instituições envolvidas no apoio a estes jovens. O foco no apoio psicossocial, a criação de redes de colaboração e a personalização das intervenções são elementos-chave para garantir que estes jovens possam superar os desafios que enfrentam e construir uma vida estável e integrada na sociedade portuguesa.

7.4. Inclusão cultural e cívica: mais do que apenas educação

O impacto do domínio da língua vai muito além das interações sociais diárias. Muitos dos jovens entrevistados mencionaram que, ao dominarem o português, começaram a sentir-se mais confiantes e capazes de participar ativamente no ambiente escolar. Esta confiança tem um impacto direto no seu desempenho académico, permitindo-lhes acompanhar mais facilmente as aulas, interagir com professores e colegas e participar em discussões e atividades. O sentimento de pertença que decorre desta participação ativa no contexto escolar também ajuda a reforçar a sua autoestima e motivação, contribuindo para o seu sucesso académico e, conseqüentemente, para a sua integração mais ampla na sociedade portuguesa.

A inclusão dos jovens menores não acompanhados vai muito além das dimensões educacional e linguística. Embora a aprendizagem da língua portuguesa e a integração no sistema educativo sejam aspetos fundamentais, os desafios culturais representam uma barreira significativa à plena inclusão. A adaptação a novos hábitos

alimentares, costumes, práticas sociais e horários muitas vezes confronta os jovens refugiados com realidades muito diferentes das suas culturas de origem. Estas dificuldades são frequentemente negligenciadas pelas políticas públicas, que, ao focarem-se apenas na educação formal e no ensino da língua, deixam de lado a importância da valorização e respeito pelas diferenças culturais.

Como sublinha Souza (2017), a imposição da língua portuguesa e dos valores culturais portugueses sem uma consideração adequada pelas culturas de origem dos menores não acompanhados pode reforçar dinâmicas de poder assimétricas. Esta imposição contribui para a marginalização dos jovens refugiados, criando uma sensação de alienação e exclusão. Quando as diferenças culturais não são respeitadas ou valorizadas, há um risco de perpetuar um processo de integração falhado, no qual os refugiados são pressionados a adaptar-se aos padrões da sociedade de acolhimento sem qualquer reciprocidade ou reconhecimento das suas próprias tradições culturais. Este cenário compromete o sucesso da integração, pois gera ressentimento e desmotivação entre os jovens.

Para ultrapassar estas barreiras, é crucial que as políticas de inclusão sejam sensíveis à diversidade cultural. A integração não pode ser unilateral, devendo, em vez disso, ser um processo bidimensional, em que tanto os refugiados quanto a sociedade de acolhimento participem numa adaptação mútua. Esta abordagem exige que as instituições portuguesas reconheçam e valorizem as culturas dos jovens refugiados, criando espaços onde possam expressar e preservar as suas identidades. A integração bidimensional não significa apenas adaptar-se à nova cultura, mas sim um processo de diálogo cultural, no qual ambos os lados enriquecem e aprendem mutuamente.

Para além disso, a inclusão cívica deve ser uma prioridade. A participação cívica dos jovens menores não acompanhados, que inclui o acesso a direitos e a oportunidade de contribuir ativamente para a comunidade, é tão importante quanto a inclusão educacional e económica (Nogueira, 2023). A integração cívica permite que os jovens se sintam verdadeiramente parte da sociedade, com um papel ativo e reconhecido. O envolvimento em atividades cívicas, como voluntariado, participação

em associações e eventos comunitários, oferece aos refugiados a possibilidade de contribuir para a comunidade, o que, por sua vez, fortalece o sentimento de pertença e reduz as probabilidades de marginalização social. A inclusão cívica também proporciona aos jovens refugiados a oportunidade de conhecer e exercer os seus direitos, bem como de se envolverem nos processos democráticos da sociedade que os acolhe. Quando os refugiados têm a oportunidade de participar ativamente na vida pública, deixam de ser vistos apenas como beneficiários de apoio, passando a ser reconhecidos como cidadãos com direitos e deveres. Este processo fortalece a sua integração, e coesão social, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Portanto, a verdadeira inclusão dos menores não acompanhados exige uma abordagem abrangente e sensível à diversidade, que não se limite ao ensino da língua e à inserção escolar, mas que valorize as suas culturas e os envolva ativamente na sociedade. Somente com políticas que promovam um processo de adaptação mútua e que garantam a participação cívica é que será possível alcançar uma integração que seja, de facto, eficaz e justa.

7.5. Recomendações para políticas públicas

Com base nas conclusões deste estudo, torna-se evidente que é necessário implementar políticas públicas mais coordenadas, abrangentes e eficazes para responder aos desafios complexos que os menores não acompanhados enfrentam no seu processo de integração em Portugal. A integração bem-sucedida destes jovens exige uma abordagem multidimensional, que vá além do ensino da língua portuguesa — um componente fundamental para o sucesso académico e comunicação — e que inclua a criação de um ambiente educativo e social verdadeiramente inclusivo e acolhedor. Este ambiente deve ser sensível às vulnerabilidades e particularidades dos jovens refugiados, oferecendo-lhes as ferramentas e o apoio necessários para que se sintam parte integrante da sociedade de acolhimento.

Para alcançar esta integração, é essencial um investimento substancial e contínuo em várias áreas estratégicas. Em primeiro lugar, deve haver um foco na formação contínua e especializada de professores, educadores e trabalhadores sociais, que estão na linha da frente do apoio a estes jovens. Estes profissionais precisam de estar preparados do ponto de vista pedagógico e emocional, para poderem responder às necessidades complexas e diversificadas dos menores não acompanhados. Isso implica desenvolver competências específicas para lidar com traumas, diferenças culturais, bem como com as dinâmicas familiares e sociais que muitas vezes caracterizam o contexto de vida destes jovens.

Além disso, a disponibilização de recursos educativos inovadores e adaptados é igualmente crucial para facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos menores não acompanhados. O desenvolvimento de materiais didáticos que contemplem as diferenças culturais e linguísticas e que promovam a inclusão deve ser uma prioridade. Estes materiais precisam de ir além dos métodos tradicionais, integrando abordagens que estimulem o respeito pela diversidade e a compreensão intercultural dentro da sala de aula. Criar um espaço educativo onde todos os alunos, incluindo os menores não acompanhados, se sintam respeitados e compreendidos é essencial para o seu sucesso escolar e integração social.

No entanto, o apoio aos menores não acompanhados não deve restringir-se ao ambiente escolar. As políticas públicas devem também reconhecer a importância da inclusão cultural e cívica no processo de integração. Iniciativas que valorizem a diversidade cultural e promovam o intercâmbio entre diferentes culturas são essenciais para garantir que estes jovens aprendam a língua portuguesa, e se sintam respeitados e valorizados pela sua herança cultural. A participação ativa destes jovens em atividades culturais, cívicas e comunitárias pode ser uma estratégia poderosa para fortalecer o seu sentido de pertença e inclusão na sociedade portuguesa. Esta participação deve ser incentivada através de projetos que envolvam os jovens em decisões que afetem as suas vidas, promovendo assim o seu empoderamento e autonomia.

O papel das escolas e das instituições de acolhimento é fundamental neste processo, e deve haver uma colaboração estreita entre estas entidades para assegurar que os menores não acompanhados tenham acesso a todos os serviços essenciais ao seu bem-estar e integração plena. Esta colaboração deve resultar na criação de redes de apoio integradas que cubram várias áreas, como a saúde mental, apoio jurídico, assistência social e orientação vocacional. É fundamental que estes jovens recebam apoio em todas as dimensões da sua vida, garantindo que as barreiras à sua integração sejam minimizadas e que possam prosseguir o seu caminho com dignidade e esperança de um futuro melhor.

A questão da inclusão destes jovens nos contextos educativos é, portanto, um aspeto que não pode ser negligenciado, exigindo uma resposta coordenada por parte das instituições educativas, que devem estar preparadas para acolher e apoiar estes alunos de forma eficaz. As soluções para este problema passam, inevitavelmente, pela criação de programas educacionais específicos que tenham em consideração as particularidades destes jovens, desde a sua vulnerabilidade emocional até à necessidade de apoio intensivo na aprendizagem da língua. Materiais como o Guia de Acolhimento (2020) devem ser implementados de forma rigorosa. É necessário haver formação contínua de professores, em que seja adicionado aos módulos existentes de formação, a preparação específica para o ensino de jovens estrangeiros que não falem a língua portuguesa. Estes programas devem ser complementados com políticas públicas que promovam a formação contínua de professores, dotando-os das ferramentas e metodologias necessárias para lidar com a diversidade linguística e cultural nas salas de aula.

Para além disso, as políticas de inclusão devem ser flexíveis e adaptativas, capazes de se ajustar às mudanças nas circunstâncias pessoais e contextuais dos menores não acompanhados. A vida destes jovens é muitas vezes marcada pela incerteza e por constantes mudanças, desde o momento da sua chegada a Portugal até à transição para a vida adulta. Assim, é essencial que as políticas sejam desenhadas de forma a oferecer apoio contínuo em todas as fases do seu percurso, desde o acolhimento inicial até à sua integração no mercado de trabalho e na

sociedade portuguesa. Para lá da vertente académica, este apoio deve abranger também os aspetos sociais e emocionais, para garantir que os jovens desenvolvem uma vida autónoma e significativa no seu novo país.

Este processo de integração, no entanto, não deve ser visto como uma responsabilidade apenas individual; exige também uma resposta estruturada e coordenada por parte das instituições governamentais e da sociedade civil. É fundamental que se criem mecanismos de apoio adequados e acessíveis que facilitem a aprendizagem da língua, o acolhimento e a integração destes jovens, garantindo que tenham as ferramentas necessárias para construir uma vida digna, repleta de esperança e com a possibilidade de alcançar um futuro promissor.

Em última análise, a criação de políticas inclusivas eficazes requer um esforço conjunto entre governos, escolas, instituições de acolhimento, ONG e a sociedade civil. Só com uma abordagem coordenada e colaborativa será possível garantir que os jovens têm o apoio necessário para ultrapassar os desafios que enfrentam, promovendo assim uma integração bem-sucedida e duradoura.

No ponto 2.2.1. a comparação com o contexto português destaca oportunidades de melhoria. Embora existam políticas de acolhimento, há espaço para reforçar o sistema com modelos de apoio psicossocial e educativo, como os da Alemanha.

A implementação de programas mais intensivos de ensino do português, inspirados no modelo alemão, e a combinação de ensino com apoio psicológico, como na Suécia, poderiam facilitar a integração dos menores. Além disso, envolver as comunidades locais, como no Canadá, aceleraria o sentido de pertença e criaria redes sociais mais amplas.

As experiências da Alemanha e do Canadá na transição para a vida adulta mostram que o foco na formação profissional é essencial para a independência económica dos jovens. Em Portugal, há espaço para expandir programas de formação profissional que garantam uma transição mais estruturada.

A integração destes menores requer uma abordagem integrada que combine educação, saúde mental e apoio social. As políticas de sucesso são as que cuidam do bem-estar emocional, promovem adaptação cultural e facilitam a inclusão social. Adaptar essas práticas ao contexto português permitirá um sistema de acolhimento mais eficaz e sustentável.

7.6. Implicações para futuros estudos

Este estudo oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos desafios enfrentados pelos menores não acompanhados em Portugal, proporcionando uma análise detalhada das barreiras que estes jovens enfrentam na sua adaptação e integração no país. A investigação revela, de forma clara, as dificuldades que os jovens encontram, desde a barreira linguística até aos desafios culturais e sociais, que dificultam a sua inclusão no sistema educativo e na sociedade portuguesa. Contudo, enquanto identifica estas dificuldades, o estudo sublinha a necessidade urgente de mais investigações neste campo, que ainda é relativamente pouco explorado em Portugal. A crescente presença de menores não acompanhados no país torna imprescindível que novos estudos aprofundem o entendimento sobre este grupo e as suas necessidades específicas, especialmente no que diz respeito às melhores práticas de inclusão.

Estudos futuros poderiam explorar com mais detalhe as estratégias concretas que demonstram ser eficazes na promoção da inclusão linguística e cultural dos jovens referidos neste estudo. A investigação sobre métodos pedagógicos que facilitam a aprendizagem da língua portuguesa seria de extrema importância, para identificar as melhores abordagens, e para compreender como esses métodos podem ser adaptados ou melhorados para maximizar os resultados. Isto inclui a análise de como o contexto escolar e social influencia o sucesso dessas estratégias, bem como a adequação dos currículos e metodologias de ensino às necessidades linguísticas e culturais dos menores não acompanhados. Além disso, seria igualmente valioso investigar o impacto a longo prazo das políticas de inclusão atualmente em vigor.

Estas políticas, muitas vezes implementadas de forma desigual, podem ter consequências duradouras na vida dos jovens, tanto no desenvolvimento educativo como na integração social e emocional. Portanto, é essencial compreender como estas políticas influenciam o desenvolvimento global destes jovens.

Para além das questões pedagógicas, os estudos futuros poderiam investigar o papel dos serviços sociais e de apoio na mediação do processo de integração dos menores não acompanhados. A análise do impacto das políticas sociais, da formação dos trabalhadores sociais e dos recursos disponíveis para apoiar estes jovens poderia fornecer *insights* sobre como otimizar os sistemas de apoio para garantir uma integração mais inclusiva e eficaz. Este tipo de investigação poderá ajudar a criar uma base sólida para o refinamento das políticas públicas e educativas, assegurando que todos os jovens têm acesso às mesmas oportunidades e a oportunidades que sejam equitativas e ajustadas às suas necessidades específicas. Esse refinamento exigiria a criação de políticas mais inclusivas e a promoção de programas educativos e sociais que ofereçam um apoio robusto ao longo de todo o processo de integração dos jovens refugiados, desde a sua chegada até ao estabelecimento de uma vida estável em Portugal.

Durante esta investigação, foquei-me principalmente nas dificuldades de inclusão social que emergem devido à barreira linguística, uma das questões mais prementes para os menores não acompanhados. O foco foi colocado na perspetiva dos próprios jovens, com o objetivo de compreender como eles experienciam as dificuldades linguísticas e como essas barreiras afetam o seu quotidiano e o seu processo de integração. A ausência de domínio da língua portuguesa dificulta a comunicação e o desempenho académico dos jovens, e limita o seu envolvimento em atividades sociais e a sua capacidade de construir redes de apoio dentro da comunidade. Para complementar esta análise, foram realizadas entrevistas com professores e trabalhadores sociais, que desempenham um papel essencial na mediação entre os jovens e a sociedade de acolhimento. Estas entrevistas permitiram obter uma visão holística, que incluiu tanto as experiências diretas dos jovens como

as perceções dos profissionais que lidam diariamente com os desafios da sua integração.

Existem ainda poucos estudos específicos sobre as questões enfrentadas pelos menores não acompanhados em Portugal e esta investigação oferece uma contribuição relevante juntando a perspetiva dos jovens em si. Através da combinação de diferentes perspetivas, tanto dos jovens como dos profissionais da educação e do serviço social, o estudo proporciona uma análise abrangente que pode servir de base para futuras investigações. A complexidade dos desafios que enfrentam, desde a barreira linguística até à exclusão social, exige uma resposta coordenada e sensível por parte de investigadores, educadores, decisores políticos e da sociedade civil. Apenas através de um esforço coletivo será possível garantir que os jovens usufruem de uma inclusão bem-sucedida e de longo prazo, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e para uma integração positiva na sociedade portuguesa. O estudo permitiu ver que para alguns destes jovens, a aprendizagem da língua ajudou a criar laços sociais, amizades, um aumento de autoestima e um caminho para a inclusão.

Bibliografia

- Abrantes, P. (2021). Educação Inclusiva: Proposta de quadro analítico e aplicação ao caso português. *Revista Portuguesa de Educação*, 34(2), 25–41. <https://doi.org/10.21814/RPE.18677>
- Abrantes, P., Mauritti, R., & Roldão, C. (2011). *Efeitos TEIP: Avaliação de impactos escolares e sociais em sete territórios educativos de intervenção prioritária*.
- ACM. (2023). *Aprendizagem da Língua Portuguesa*. <https://www.acm.gov.pt/pt/-/como-posso-frequentar-um-curso-de-lingua-portuguesa-para-estrangeiros->
- Ascensão, G., & Ourives, R. (2010). *A integração de alunos de português língua não materna no ensino secundário português: Contributos para uma educação intercultural* [Dissertação de Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa.
- Belford, C., Doutel, F., & Rosa, M. (2021). *Livro branco sobre os direitos dos imigrantes e refugiados em Portugal* (JRS Portugal, Ed.).
- Bhabha, J. (2014). Child migration & human rights in a global age. *Princeton University Press, Princeton and Oxford*.
- Cabete, M. (2010). *O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento* [Mestrado em língua e cultura portuguesa]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Conferência das Nações Unidas. (1951). *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados (1951)*.
- Conselho de Ministros. (2023). Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2023 - Aprova o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030. In *Diário da República*, 1ª série.
- Costa, A. F. da, Lopes, J. T., & Caetano, A. (2014). *Percursos de estudantes no ensino superior- fatores e processos de sucesso e insucesso*. 175–178. <https://doi.org/10.7458/SPP2015776223>
- CPR. (2018). *CPR- Relatório de atividades 2018*. <https://cpr.pt/publicacoes/relatorio-de-atividades-2018/>
- Curvêlo, J. (2023). *Sair da ilha para “viver na praia”: Aspirações, redes e percursos na migração de timorenses para Portugal* [Dissertação de

- Mestrado, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa].
<http://hdl.handle.net/10071/31064>
- Decreto-Lei n.o 54/2018 (2018).
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/07/12900/0291802928.pdf>
- Decreto-Lei n.º 55/2018 (2018).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/55-2018-115652962>
- DGE. (2023). *Português língua não materna*.
<https://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>.
<https://www.dge.mec.pt/portugues-lingua-nao-materna>
- DGE, & ANQEP. (2020). *Menores estrangeiros não acompanhados (MENA) Guia de acolhimento: Educação pré-escolar, Ensino básico e Ensino secundário* (Direção-Geral da Educação & I. P. Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, Eds.).
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/Crianças_jovens_refugiados/guia_acolhimento_mena_agosto2020.pdf
- Direção-Geral da Educação. (2024). *Inclusão de alunos migrantes em meio educativo* (Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação (DGE), Ed.). Direção Geral da Educação.
- Estoura, D., & Roberto, S. (2017). *O Modelo CRIAR/RAISE: Intervenção psicossocial, em acolhimento residencial, para menores não acompanhados*.
- Fernandes, D., & Gonçalves, C. (2023). *Estado da Educação 2022*.
www.cnedu.pt
- Ferro, A., Cardoso, J., Deus, J., Castro, R., Machado, R., & Pinto, V. (2023). *Kit pedagógico Academiav.pt: recursos pedagógicos*.
- Folgado, P. (2022). *Jovens migrantes e refugiados: trajetos para a plena integração* (I. P. (IPDJ) Centro de Juventude de Lisboa (CJL) do Instituto Português do Desporto e Juventude, Ed.; EUROLOGOS, Trans.).
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão- Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008, pp. 5 - 20. *FCUL-Departamento de Educação*, XVI, 5–20.
- George, R. M. (2021). Menores estrangeiros não acompanhados / Unaccompanied minors. In A. Uni Wien - University of Vienna & United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (Ed.), *Conceitos-chave em Sociologia da Infância. Perspetivas Globais / Key concepts on*

Sociology of Childhood. Global Perspectives (pp. 337–343).
<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.42>

Goodman, J. H. (2004). Coping with trauma and hardship among unaccompanied refugee youths from Sudan. *Qualitative Health Research*, 14(9), 1177–1196.
<https://doi.org/10.1177/1049732304265923>

Guerra, R., B. Rodrigues, R., Carmona, M., Barreiros, J., Aguiar, C., Alexandre, J., & Costa-Lopes, R. (2019). *Inclusão e desempenho académico de crianças e jovens imigrantes: o papel das dinâmicas de aculturação* (ACM, Ed.). www.om.acm.gov.pt/om@acm.gov.pt

Haas, H. de. (2021). A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. *Comparative Migration Studies*, 9(1).
<https://doi.org/10.1186/s40878-020-00210-4>

Justino, D., & Santos, R. (2017). *Atlas da Educação - Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso* (CICS.NOVA-EPIS, Ed.).

Kupriyanova, E. (2023). *A proteção internacional de menores não acompanhados no contexto europeu: Portugal como estudo de caso* [Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – especialização em Estudos Europeus]. Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Lee, E. S. (1966). A Theory of Migration. In *Demography* (Vol. 3, Issue 1).

Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho - Concessão de Asilo Ou Proteção Subsidiária (2008). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/27-2008-456263>

Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro - Lei de Proteção de Crianças e Jovens Em Perigo (1999).
https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

Menores Estrangeiros Não Acompanhados (MENA): Guia de Acolhimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário (2020).

Moleiro, C., & Roberto, S. (2021). The Path to Adulthood: A Mixed-Methods Approach to the Exploration of the Experiences of Unaccompanied Minors in Portugal. *Journal of Refugee Studies*, 34(3), 3264–3287.
<https://doi.org/10.1093/JRS/FEAB033>

Nogueira, B. R. S. P. (2023). *Uma educação para a integração: menores não acompanhados no sistema educativo português* [Mestrado em Educação e Sociedade]. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

- Oliveira Branco, A. S. de. (2023). *Os requerentes de asilo em Portugal e os desafios do acolhimento para a política social* [Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas].
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/27538/3/Tese%20-%20Ana%20Branco.pdf>
- Oliveira, C. R. (2021). *Indicadores de Integração de Imigrantes Relatório Estatístico Anual 2021*. <https://migrant-integration.ec.europa.eu/system/files/2021-12/Relatório%20Estatístico%20Anual%202021.pdf>
- Oliveira, C. R. (2022a). *Indicadores de Integração de Imigrantes Relatório Estatístico Anual 2022*. <https://migrant-integration.ec.europa.eu/system/files/2023-12/Relatorio%20Estatistico%20Anual%20-%20Indicadores%20de%20Integracao%20de%20Imigrantes%202023.pdf>
- Oliveira, C. R. (2022b). *Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Lisboa: Relatório Estatístico do Asilo 2022*. <https://catalogo.biblioteca.uab.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=42958>
- Oliveira, C. R. (2023a). *Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal- Relatório Estatístico do Asilo 2023*.
- Oliveira, C. R. (2023b). *Sumário_ Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2023*. <https://migrant-integration.ec.europa.eu/system/files/2023-12/Relatorio%20Estatistico%20Anual%20-%20Indicadores%20de%20Integracao%20de%20Imigrantes%202023.pdf>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a C. e a C., & Ministério da Educação e Ciência de Espanha. (1994, July 10). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção, na área das necessidades educativas especiais*.
- Pires, R. P. (1999, June). Uma teoria dos processos de integração. *Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE*, 9–54. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/880>
- Portaria 450/2023 de 22 de dezembro (2023).
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/450-2023-812826259>
- Quaresma, M. L., Abrantes, P., & Lopes, J. T. (2012). Mundos à parte? os sentidos da escola em meios sociais contrastantes. *Sociologia*,

Problemas e Práticas, 70, 25–43.
<https://doi.org/10.7458/SPP2012701209>

- Roberto, S., & Moleiro, C. (2021). *De menor a maior: Acolhimento e autonomia de vida em menores não acompanhados*. www.om.acm.gov.pt/om@acm.gov.pt
- Rodrigues, D. A. (2010). Paradigma da educação inclusiva: reflexão sobre uma agenda possível. *Revista Do Centro de Educação*.
- Rodrigues, M. (2011). *Tratamento e análise de dados -capítulo IX* (Escolar Editora, Ed.).
- Sandermann, P., Husen, O., & Zeller, M. (2017). European welfare states constructing “Unaccompanied Minors”-A comparative analysis of existing research on 13 European countries. *Social Work & Society*, 15(2). <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/8016696/3-11052017-AP->
- Schneider-Harpprecht, C. (2018). *A Alemanha e a questão dos refugiados e migrantes Germany and the issue of refugees and migrants*. www.uno-fluechtlingshilfe.de
- Seabra, T., Cândido, A., & Tavares, I. (2023). Atlas dos alunos com origem imigrante: quem são e onde estão nos ensinos básico e secundário em Portugal. In *Atlas dos Alunos Com Origem Imigrante: Quem São e Onde Estão nos Ensinos Básico e Secundário em Portugal*. Observatório das Desigualdades, CIES-ISCTE. <https://doi.org/10.15847/ciesodatlasalunosorigemimigrante>
- Silva, A. F. (2017). *A competência cultural no ensino-aprendizagem de PLE* [Dissertação de Mestrado]. Porto: Universidade do Porto.
- Silva, D. C. C. (2019). *(In)sucesso escolar em filhos de imigrantes de nível socioeconómico baixo em Portugal* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.
- Sousa, L., Costa, P. M., Albuquerque, R., Magano, O., & Bäckström, B. (2021). *Integração de refugiados em Portugal: O papel e práticas das instituições de acolhimento (ACM)*.
- Souza, G. (2017). *O acolhimento de refugiados / recolocados em Portugal: modos de organização e práticas das instituições* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação- Universidade do Porto.

Teixeira, S. G. (2018). *A proteção dos menores em contexto de asilo: O caso dos exames de avaliação de idade* [Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas]. Universidade do Porto.

Vieira, I., Urbano, C., Da Silva, M. do C. V., & Baptista, L. (2016). A inclusão de minorias no desenho de territórios educativos interculturais: reflexões a partir do Projecto ALLMEET. *Open Edition Journals*. <http://journals.openedition.org/sociologico/1376>

Apêndices

Apêndice I - Diagnóstico Social dos refugiados Menores Não Acompanhados chegados à residência institucional, entre outubro de 2021 e maio de 2022

Os dados das tabelas seguintes referem-se à soma dos jovens, chegados à residência institucional, em Portugal, entre outubro de 2021 e maio de 2022, e aos já residentes à data de início do estágio, num total de 33.

A Tabela 1 apresenta a distribuição de menores não acompanhados por nacionalidade e género, evidenciando que a maioria é do sexo masculino, com apenas uma jovem do sexo feminino. Os menores provêm de diversos países, destacando-se a Gâmbia, com 11 jovens, seguida da Guiné-Conacri com 6. As figuras subsequentes exploram outras características relevantes, como a idade dos menores, os idiomas falados e a religião, refletindo a diversidade cultural e linguística presente neste grupo.

Tabela 1 – Número de Menores Não Acompanhados, de acordo com nacionalidade e género

Nº de Menores Não Acompanhados por nacionalidade e género		
Nacionalidade	Feminino	Masculino
Azerbaijão	1	0
Congo	0	2
Costa do Marfim	0	1
Etiópia	0	1
Gâmbia	0	11
Guiné-Conacri	0	6
Guiné-Bissau	0	3
Marrocos	0	3
Paquistão	0	2

Senegal	0	2
Serra Leoa	0	1
Total	1	32

Nota: Dados recolhidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Tabela 2 – Idade dos Menores Não Acompanhados

Idades dos Menores Não Acompanhados	
14	2
15	0
16	5
17	8
18	18
Total	33

Nota: Fonte Própria. Dados recolhidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Tabela 3 – Número de idiomas falados pelos Menores Não Acompanhados

Número de idiomas faladas pelos Menores Não Acompanhados	
Idiomas	Jovens
Amárico	1
Árabe	5
Azeri	1
Crioulo	4
Espanhol	6
Francês	13
Fula	5
Inglês	17
Italiano	1

Jula	1
Malenke	1
Mandinga	9
Português	19
Urdu	1
Wolof	6

Nota: Fonte Própria. Dados recolhidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Tabela 4 – Número de Menores Não Acompanhados, de acordo com a sua religião

Religiões dos Menores Não Acompanhados	
Católico/a	0
Católico/a praticante	0
Cristão/Cristã	0
Cristão/Cristã praticante	2
Muçulmano/a	13
Muçulmano/a praticante	11
Sem informação	7
Total	33

Nota: Fonte Própria. Dados recolhidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Tabela 5 – Habilitações literárias dos Menores Não Acompanhados, aquando da chegada da estagiária à residência institucional vs. situação em maio 2022

Ano de Escolaridade	Escolaridade à Chegada	Equivalência 2021/22
12º ano	0	1
11º ano	0	0
10º ano	0	0
9º ano	2	3

8º ano	4	1
7º ano	1	1
6º ano	5	0
5º ano	0	0
4º ano	3	3
3º ano	2	2
2º ano	2	2
1º ano	2	1
B1+B2 (1º e 2º ciclo) - Cursos de educação e formação de adultos- EFA	0	5
PIEF- Programa Integrado de Educação e Formação	0	5
Alunos em abandono escolar	0	2
Alunos por integrar na escolaridade	0	5
Sem escolaridade	6	0
Sem informação	6	2

Nota: Dados recolhidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Tabela 6 –Menores Não Acompanhados que transitaram para a autonomia de vida entre outubro de 2022 e setembro de 2022

Menores Não Acompanhados que transitaram para a autonomia de vida	
Com apoio Institucional	Sem apoio Institucional
1	9

Nota: Dados recolhidos entre outubro de 2021 e maio de 2022.

Apêndice II – Lista de Agrupamentos TEIP – Concelho de Lisboa – 2022/2023 | Fonte DGE

Tabela 7 – Lista de Agrupamentos TEIP

CÓDIGO DGAE	NOME DO AGRUPAMENTO
171736	Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar, Lisboa
171396	Agrupamento de Escolas Luís António Verney, Lisboa
171724	Agrupamento de Escolas Manuel da Maia, Lisboa
171797	Agrupamento de Escolas Pintor Almada Negreiros, Lisboa
171165	Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres, Lisboa
171372	Agrupamento de Escolas Francisco de Arruda, Lisboa
171384	Agrupamento de Escolas D. Dinis, Lisboa
171943	Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado, Lisboa
171773	Agrupamento de Escolas de Benfica, Lisboa
171682	Agrupamento de Escolas Piscinas - Olivais, Lisboa
171360	Agrupamento de Escolas Marquesa de Alorna, Lisboa
171190	Agrupamento de Escolas Fernando Pessoa, Lisboa
171402	Agrupamento de Escolas do Bairro Padre Cruz, Lisboa
171189	Agrupamento de Escolas das Olaias, Lisboa
172339	Agrupamento de Escolas Gil Vicente, Lisboa

Nota: Fonte: DGE

Apêndice III - Consentimento informado sobre as entrevistas Menores Não Acompanhados

Consentimento informado sobre a entrevista - Menores Não Acompanhados
(pedido aos participantes)

Informações sobre a investigação

Nome e número de aluna: Marta de Sousa Gorgulho | 2022108409

Título da dissertação: Importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados Menores Não Acompanhados, em Portugal

Instituição: NOVA FCSH Faculdade de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa

Endereço: Avenida Berna 26 C, 1069-061 Lisboa

Orientadoras: Professoras Dulce Pimentel e Cláudia Pereira

E-mail: a2022108409@campus.fcsb.pt

começa aqui a gravação

Entre setembro de 2021 e maio de 2022, realizei um estágio curricular na Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR), do Conselho Português de Refugiados (CPR), onde pude constatar a importância do domínio da língua portuguesa para a integração dos jovens refugiados menores não acompanhados, e a barreira que significava não a dominar. Ao identificar as principais dificuldades e compreender quais as barreiras enfrentadas pelos cidadãos migrantes na aprendizagem da língua portuguesa torna-se possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover o domínio da língua portuguesa junto destes jovens. Assim, este estudo pretende contribuir para a sua inclusão social, cidadania ativa e participação plena na sociedade portuguesa, contribuindo ainda para uma reflexão sobre as políticas públicas mais adequadas para promover a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Assim, passo a apresentar-lhe as condições em que será realizada esta entrevista:

- A tua participação é livre e voluntária. Podes recusar ou desistir a qualquer momento, sem quaisquer consequências para ti;
- Não será recolhido o teu nome ou assinatura;
- Toda a informação será tratada de forma confidencial e anónima;
- Dar-te-ei uma cópia da informação que te estou a ler;
- Esta dissertação será publicada em acesso aberto no repositório da Universidade NOVA de Lisboa, e os resultados do estudo poderão ser utilizados noutras comunicações académicas;
- [REDACTED] só terá acesso à dissertação finalizada, onde os dados das entrevistas serão apresentados de modo que nenhum indivíduo possa ser identificado;
- Pedirei que digas se aceitas fazer a entrevista, e vou gravar aqui a tua resposta;
- Será fornecido uma cópia escrita da informação que te está a ser lida sobre o projeto e a entrevista;
- Podes esclarecer qualquer dúvida ou solicitar a eliminação dos teus dados a qualquer momento, através do meu contacto: a2022108409@campus.fcsh.pt ;
- Caso queiras fazer alguma reclamação sobre o tratamento e a utilização dos teus dados pessoais, podes fazê-lo na Comissão Nacional de Proteção de Dados, através de: <https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/> ;
- A gravação e todos os dados serão destruídos até ao final de Dezembro 2024.
- Compreendeste tudo o que expliquei?
- Podemos começar a entrevista?

Apêndice IV - Consentimento informado sobre as entrevistas Trabalhadores Sociais

Consentimento informado sobre a entrevista - Trabalhadores Sociais
(pedido aos participantes)

Informações sobre a investigação

Nome e número de aluna: Marta de Sousa Gorgulho | 2022108409

Título da dissertação: Importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados Menores Não Acompanhados, em Portugal

Instituição: NOVA FCSH Faculdade de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa

Endereço: Avenida Berna 26 C, 1069-061 Lisboa

Orientadoras: Professoras Dulce Pimentel e Cláudia Pereira

E-mail: a2022108409@campus.fcsb.pt

começa aqui a gravação

Entre setembro de 2021 e maio de 2022 realizei um estágio curricular na Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR), do Conselho Português de Refugiados (CPR), onde pude constatar a importância do domínio da língua portuguesa para a integração dos jovens refugiados menores não acompanhados, e a barreira que significava não a dominar. Ao identificar as principais dificuldades e compreender quais as barreiras enfrentadas pelos cidadãos migrantes na aprendizagem da língua portuguesa torna-se possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover o domínio da língua portuguesa junto destes jovens. Assim, este estudo pretende contribuir para a sua inclusão social, cidadania ativa e participação plena na sociedade portuguesa, contribuindo ainda para uma reflexão sobre as políticas públicas mais adequadas para promover a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Assim, passo a apresentar-lhe as condições em que será realizada esta entrevista:

- A sua participação é livre e voluntária. Pode recusar ou desistir a qualquer momento, sem quaisquer consequências para si;
- Não será recolhido o seu nome ou assinatura;
- Dar-lhe-ei uma cópia da informação que lhe estou a ler;
- A gravação da entrevista será guardada num lugar seguro, e só eu é que poderei ouvi-la;
- Toda a informação será tratada de forma confidencial e anónima;
- Esta dissertação será publicada em acesso aberto no repositório da Universidade NOVA de Lisboa, e os resultados do estudo poderão ser utilizados noutras comunicações académicas;
- [REDACTED] só terá acesso à dissertação finalizada, onde os dados das entrevistas serão apresentados de modo que nenhum indivíduo possa ser identificado;
- Pedirei que diga se aceita fazer a entrevista, e vou gravar aqui a sua resposta;
- Pode esclarecer qualquer dúvida ou solicitar a eliminação dos seus dados a qualquer momento, através do meu contacto: a2022108409@campus.fcsh.pt ;
- Caso queira fazer alguma reclamação sobre o tratamento e a utilização dos seus dados pessoais, pode dirigir-se à Comissão Nacional de Proteção de Dados, através de: <https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/> ;
- A gravação e todos os dados serão destruídos até ao final de Dezembro 2024.
- Podemos começar a entrevista?

Apêndice V - Consentimento informado sobre as entrevistas Professores

Consentimento informado sobre a entrevista - Professores
(pedido aos participantes)

Informações sobre a investigação

Nome e número de aluna: Marta de Sousa Gorgulho | 2022108409

Título da dissertação: Importância do domínio da língua portuguesa para a inclusão de refugiados Menores Não Acompanhados, em Portugal

Instituição: NOVA FCSH Faculdade de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa

Endereço: Avenida Berna 26 C, 1069-061 Lisboa

Orientadoras: Professoras Dulce Pimentel e Cláudia Pereira

E-mail: a2022108409@campus.fcsb.pt

começa aqui a gravação

Entre setembro de 2021 e maio de 2022 realizei um estágio curricular na Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas (CACR), do Conselho Português de Refugiados (CPR), onde pude constatar a importância do domínio da língua portuguesa para a integração dos jovens refugiados menores não acompanhados, e a barreira que significava não a dominar. Ao identificar as principais dificuldades e compreender quais as barreiras enfrentadas pelos cidadãos migrantes na aprendizagem da língua portuguesa torna-se possível desenvolver estratégias mais eficazes para promover o domínio da língua portuguesa junto destes jovens. Assim, este estudo pretende contribuir para a sua inclusão social, cidadania ativa e participação plena na sociedade portuguesa, contribuindo ainda para uma reflexão sobre as políticas públicas mais adequadas para promover a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Assim, passo a apresentar-lhe as condições em que será realizada esta entrevista:

- A sua participação é livre e voluntária. Pode recusar ou desistir a qualquer momento, sem quaisquer consequências para si;
- Não será recolhido o seu nome ou assinatura;
- Dar-lhe-ei uma cópia da informação que lhe estou a ler;
- A gravação da entrevista será guardada num lugar seguro, e só eu é que poderei ouvi-la;
- Toda a informação será tratada de forma confidencial e anónima;
- Esta dissertação será publicada em acesso aberto no repositório da Universidade NOVA de Lisboa, e os resultados do estudo poderão ser utilizados noutras comunicações académicas;
- [REDACTED] só terá acesso à dissertação finalizada, onde os dados das entrevistas serão apresentados de modo que nenhum indivíduo possa ser identificado;
- Pedirei que diga se aceita fazer a entrevista, e vou gravar aqui a sua resposta;
- Pode esclarecer qualquer dúvida ou solicitar a eliminação dos seus dados a qualquer momento, através do meu contacto: a2022108409@campus.fcsh.pt ;
- Caso queira fazer alguma reclamação sobre o tratamento e a utilização dos seus dados pessoais, pode dirigir-se à Comissão Nacional de Proteção de Dados, através de: <https://www.cnpd.pt/cidadaos/participacoes/> ;
- A gravação e todos os dados serão destruídos até ao final de Dezembro 2024.
- Podemos começar a entrevista?

Apêndice VI - Guiões de entrevista

(perguntas editadas, de forma a não revelar a residência institucional e a escola dos jovens)

Questões realizadas aos Menores Não Acompanhados:

1. Qual o teu país de origem?
2. Qual é a tua língua materna?
3. Que idade tens?
4. Quando chegaste a Portugal?
5. Que grau de escolaridade tinhas quando chegaste a Portugal?
6. Aprendeste português antes de vir para Portugal? Se não, quando é que começaste a aprender?
7. De que forma é que estás a aprender português (aulas/escola, cursos/formação, vídeos de Youtube)?
8. Antes da escola, como é que estavas a aprender português?
9. A escola ajuda-te a aprender português?
10. Qual é a língua que estás a utilizar como “ponte”, para aprender português?
11. Tem sido fácil aprender português? Se não, quais são as maiores dificuldades?
12. Achas que saber português te ajuda/pode ajudar a fazer amigos?
13. O ensino do teu português é baseado nas aulas da escola, e nas aulas de português da residência institucional?
14. Participas em algum curso/formação, para além das aulas de português? Se sim, estão a melhorar as tuas competências no português?
15. Participas nas mesmas atividades dos teus colegas de casa (da residência institucional)? E dos colegas da escola?
16. Da tua experiência, o que é que podes sugerir para melhorar o ensino/aprendizagem do português para jovens estrangeiros?

Questões realizadas aos Trabalhadores Sociais:

1. Há quanto tempo trabalha com menores não acompanhados?

2. Teve alguma preparação antes de trabalhar com a população refugiada? Se sim, de que tipo, e durante quanto tempo?
3. Quando os menores não acompanhados chegam a Portugal, quanto tempo demora até estarem integrados numa escola?
4. **A residência institucional** oferece algum tipo de apoio em aulas de Português Língua Não Materna (PLNM)?
5. Quais as línguas maternas dos menores não acompanhados?
6. Que língua é que utilizam para fazer a “ponte” com o português?
7. Já teve dificuldade na comunicação com os jovens? Se sim, como ultrapassou essa dificuldade?
8. Acha que os jovens aprenderem português contribui para uma melhor inclusão social, em Portugal?
9. Sem ser a barreira linguística, que outros desafios é que os menores não acompanhados enfrentam?

Questões realizadas aos Professores:

1. Há quanto tempo trabalha com menores não acompanhados?
2. Teve alguma preparação antes de trabalhar com a população refugiada? Se sim, de que tipo, e durante quanto tempo?
3. Como avalia o nível de proficiência dos alunos menores não acompanhados em português?
4. Quais são as principais dificuldades que os alunos menores não acompanhados enfrentam ao aprender português?
5. Como é que ajuda os alunos menores não acompanhados a superar as dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa?
6. Em sala de aula, os menores não acompanhados participam nas atividades propostas?
7. Para além da dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa, já testemunhou outra dificuldade destes jovens, em contexto escolar (exclusão social, racismo/discriminação)?

8. Como é que avalia a qualidade do apoio que a escola oferece aos alunos menores não acompanhados na aprendizagem da língua portuguesa e integração escolar e social?
9. Acha que os jovens aprenderem português proporciona uma melhor inclusão social, em Portugal

Apêndice VII- Entrevistas aos jovens Menores Não Acompanhados

(perguntas e respostas editadas, de forma a não revelar a residência institucional e a escola dos jovens)

Tabela 8 – Entrevistas aos jovens Menores Não Acompanhados

	Data de entrevista	1. Qual o teu país de origem?	2. Qual é a tua língua materna?	3. Que idade tens?	4. Quando chegaste a Portugal?	5. Que grau de escolaridade tinhas quando chegaste a Portugal?	6. Aprendeste português antes de vir para Portugal? Se não, quando é que começaste a aprender?
M1	26/01/2024	"Azerbaijão."	"azerbairjânês."	"16 anos."	"Em 2019."	"6º ano."	"Atualmente já falo bem português, mas continuo a ter PLNM na escola."
M2	26/01/2024	"Afeganistão."	"dári."	"18 anos."	"Em 2022."	"Nenhuma."	"Sim."
M3	26/01/2024	"Benin."	"francês."	"18 anos."	"2023."	"12º ano."	"Não. Em outubro de 2023."
M4	26/01/2024	"Egito."	"árabe."	"18 anos."	"Em Dezembro de 2023."	"Antes de vir para Portugal, estava no 12º ano no Egito. Ao chegar aqui, disseram-me que iria iniciar no 10º ano. Atualmente, estou num curso profissional na área de eletricidade."	"Não. Comecei a aprender quando cheguei à (nome da residência institucional). As aulas de PLA ajudaram muito até ao começo da escola. Outra coisa que me ajudou bastante foi ler muito."

	Data de entrevista	7. De que forma é que estás a aprender português (aulas/escola, cursos/formação, vídeos de Youtube)?	8. Antes da escola, como é que estavas a aprender português?	9. A escola ajuda-te a aprender português?	10. Qual é a língua que estás a utilizar como “ponte”, para aprender português?	11. Tem sido fácil aprender português? Se não, quais são as maiores dificuldades?
M1	26/01/2024	"As aulas na escola são muito importantes para a minha aprendizagem, mas o ano passado as aulas PLA no (nome da residência institucional), também me ajudaram muito."	"Antes de entrar na escola, estava a ter aulas de português no (nome da residência institucional)."	"Sim."	"Quando ainda não dominava o português, utilizava o inglês."	"Não foi fácil, porque eu já tinha aprendido outra língua estrangeira antes do português, o que me baralhou um pouco."
M2	26/01/2024	"Inicialmente, as aulas de PLA no (nome da residência institucional) foram muito importantes. Isso, e a ajuda que recebi de uma estagiária- Maria Inês. Quando entrei na escola, recebi uma grande ajuda por parte dos professores."	"Antes de entrar na escola, estava a ter aulas de PLA no (nome da residência institucional)."	"Ajudou muito. Tive ótimos professores."	"Quando ainda não sabia falar bem português, utilizava o inglês."	"Sim, foi fácil."
M3	26/01/2024	"Com as aulas na escola, assim como aulas PLA no (nome da residência institucional)."	"Antes de entrar na escola, estava a ter aulas de português no (nome da residência institucional)."	"Sim."	"Francês."	"Sim."
M4	26/01/2024	"Escola."	"Antes de entrar na escola, estava a ter aulas de português (nome da residência institucional), e treinava muito a leitura sozinho."	"Sim."	"Árabe."	"Sim."

	Data de entrevista	12. Achas que saber português te ajuda/pode ajudar a fazer amigos?	13. O ensino do teu português é baseado nas aulas da escola, e nas aulas de português da residência institucional ?	14. Participas em algum curso/formação, para além das aulas de português? Se sim, estão a melhorar as tuas competências no português?	15. Participas nas mesmas atividades dos teus colegas de casa (da residência institucional)? E dos colegas da escola?	16. Da tua experiência, o que é que podes sugerir para melhorar o ensino/aprendizagem do português para jovens estrangeiros?
M1	26/01/2024	"Sim."	"Antes sim, mas agora tenho o apoio das aulas, e PLNM na escola."	"Não."	"Não."	"Nada. A minha aprendizagem da língua portuguesa correu muito bem. Um conselho que deixo aos outros colegas, é treinar muito a língua."
M2	26/01/2024	"Sim."	"Sim."	"Estou a fazer um curso há noite no (nome da residência institucional)."	"Sim."	"Como um jovem refugiado que já enfrentou o desafio de aprender a língua, gostaria de aconselhar os futuros menores não acompanhados a dedicarem-se aos estudos, manterem uma mentalidade positiva, e investirem bastante esforço. Aprender a língua portuguesa é crucial para uma vida boa, repleta de respeito e bondade. Esses são os valores que também devemos aplicar a nós mesmos, de forma a contribuir para uma inclusão mais bem-sucedida na sociedade."
M3	26/01/2024	"Sim."	"Sim."	"Não."	"Sim."	"Nada. A minha aprendizagem da língua portuguesa está a correr muito bem."
M4	26/01/2024	"Sim."	"Sim."	"Participo nas aulas de PLNM na escola."	"Sim."	"A minha experiência de aprendizagem do português foi bastante positiva. Recomendo aos futuros menores não acompanhados que pratiquem bastante a língua, e se empenhem nesse percurso."

Apêndice VIII - Entrevistas aos trabalhadores sociais da residência institucional

(perguntas e respostas editadas, de forma a não revelar a residência institucional e a escola dos jovens)

Tabela 9 – Entrevistas aos trabalhadores sociais da residência institucional

	Data de entrevista	1. Há quanto tempo trabalha com menores não acompanhados?	2. Teve alguma preparação antes de trabalhar com a população refugiada? Se sim, de que tipo, e durante quanto tempo?	3. Quando os menores não acompanhados chegam a Portugal, quanto tempo demora até estarem integrados numa escola?	4. A residência institucional oferece algum tipo de apoio em aulas de Português Língua Não Materna (PLNM)?
T1	16/01/2024	"Há 1 ano e 1 mês."	"Não tive nenhuma formação formal dada pelo (nome da residência institucional). Fiz trabalho voluntário em campos de concentração na Grécia, durante 5 meses."	"Depende das situações. Normalmente eles têm a primeira entrevista no Centro Qualifica, no espaço de 1 semana a 15 dias. Depois depende das escolas que estejam disponíveis para receber alunos, as áreas de interesse dos jovens."	"No passado oferecia, atualmente só oferece a adultos."
T2	16/01/2024	"Há cerca de 2 anos."	"Quando eu comecei a trabalhar no (nome da residência institucional), fiz uma formação inicial de 30 horas."	"Depende da altura em que chegam. Normalmente são no máximo 2 semanas, mas se os jovens chegarem a Portugal no período do verão ou nas férias de Natal, o processo é mais demorado."	"Atualmente não."
T3	17/01/2024	"Quase 4 anos. Desde 2020 até dezembro de 2023."	"Não."	"De facto, nos últimos tempos, observou-se uma melhoria significativa neste processo, chegando a demorar no máximo 2 semanas. A parceria estabelecida entre o (nome da residência institucional) e o Centro Qualifica tem desempenhado um papel crucial nesse contexto. À chegada	"De forma pontual, o (nome da residência institucional) disponibiliza assistência em aulas de PLNM. Entretanto, recentemente, esse apoio tem sido menos frequente devido a falta de investimento por parte do (nome da residência

				dos menores a Portugal, estes são submetidos a uma entrevista no Centro Qualifica, na qual se avalia o seu nível de proficiência na língua portuguesa, e os seus interesses e possibilidades. Essa abordagem mais holística contribui bastante para facilitar a integração linguística e social dos indivíduos em questão.	institucional). Na minha perspetiva, considero que esse investimento deveria ser contínuo, de forma a proporcionar uma base constante de apoio independentemente das condições financeiras, de modo a assegurar uma assistência mais estável e efetiva aos menores não acompanhados."
T4	26/01/2024	"10 anos."	"Não."	Entre 2 semanas e 2 meses, depende da altura do ano em que os jovens chegam.	"Sim."

	Data de entrevista	5. Quais as línguas maternas dos jovens menores não acompanhados?	6. Que língua é que utilizam para fazer a “ponte” com o português?	7. Já teve dificuldade na comunicação com menores não acompanhados? Se sim, como ultrapassou essa dificuldade?	8. Acha que os jovens aprenderem português contribui para uma melhor inclusão social, em Portugal?
T1	16/01/2024	"mandinga, wolof, francês, hindi, urdu..."	"O inglês e francês."	"Sim, várias vezes. Normalmente recorremos ao serviço de tradução telefónica do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), ou a ajuda de colegas e profissionais da casa."	"Sim, sem dúvida."
T2	16/01/2024	"árabe, mandinga, wolof, francês, inglês..."	"O inglês e francês."	"Sim, já experienciei várias vezes esta barreira. Nessas ocasiões, costumamos recorrer ao serviço de tradução telefónica do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM), ou contratamos alguém da bolsa de intérpretes do (nome da residência institucional) para nos ajudar."	"Sim, sem dúvida. Só o facto de os auxiliar na entrada do mercado de trabalho, assim como na escola."
T3	17/01/2024	"Atualmente há 14 línguas a serem faladas na CACR, entre elas: árabe, urdu, Mandinga, wolof, francês, inglês..."	"Normalmente o inglês ou francês."	"Sim, já experienciei várias vezes esta barreira. Nessas ocasiões, recorremos ao serviço de tradução telefónica do CNAIM, ou contratamos alguém da bolsa de intérpretes do CPR para nos ajudar."	"Sim, sem dúvida."
T4	26/01/2024	"Inglês, francês, árabe, wolof, mandinga, etc."	"Normalmente, o inglês ou francês"	" Sim, já tive dificuldades na comunicação e, em alguns casos, recorri a gestos e olhares para ultrapassar essas barreiras."	"Sim, sem dúvida."

	Data de entrevista	9. Sem ser a barreira linguística, que outros desafios é que os menores não acompanhados enfrentam?
T1	16/01/2024	"São muitas, principalmente a integração escolar e o mercado de trabalho. Mas eles terem uma proficiência linguística ajuda os jovens a ter uma sensação de segurança no país de acolhimento".
T2	16/01/2024	"De entre os diversos desafios enfrentados pelos menores não acompanhados, é importante reconhecer a questão do acesso a serviços essenciais, tais como cuidados de saúde e assistência psicológica. Mesmo quando se consegue estabelecer acesso a esses serviços, a barreira linguística entre os jovens e os profissionais constitui um desafio significativo. A habilidade de expressão em sua língua materna contrasta com a dificuldade em comunicar-se de forma efetiva em português, muitas vezes necessitando de um terceiro elemento para facilitar a comunicação, o que pode resultar em situações constrangedoras. Outros desafios incluem a resistência ao procedimento de recolha de sangue ou vacinação, bem como a presença de tabus nas consultas de psicologia. O acesso ao mercado de trabalho é outra área problemática, agravada pela complexidade burocrática relacionada à documentação. Os jovens frequentemente enfrentam dificuldades em compreender a demora nos processos de integração no país de acolhimento, incluindo a determinação do estatuto de refugiado, gerando níveis elevados de <i>stress</i> . A falta de respostas para a regularização de sua situação propicia um sentimento de impotência, contribuindo para a ansiedade, <i>stress</i> e frustração constante, resultando em desconforto emocional. Dentre os desafios mencionados, a integração escolar e o ingresso no mercado de trabalho destacam-se como áreas particularmente impactadas pela complexidade desses processos."
T3	17/01/2024	"De entre os vários desafios enfrentados pelos menores não acompanhados, destaca-se a problemática ao acesso a serviços essenciais, como os cuidados de saúde e assistência psicológica. Mesmo quando se consegue estabelecer acesso a estes serviços, a barreira linguística entre os jovens e os profissionais emerge como um desafio substancial. A discrepância entre a habilidade de expressão na língua materna e as dificuldades na comunicação efetiva em português muitas vezes requer a intervenção de um terceiro elemento para facilitar a comunicação, resultando em situações constrangedoras. Existem variados exemplos de como os jovens não conseguem explicar os sintomas que têm, ou como se sentem. Outros desafios na área da saúde, incluiu a resistência a procedimentos médicos, como coleta de sangue ou vacinação, bem como a presença de tabus nas consultas de psicologia. A inserção no mercado de trabalho destaca-se como uma área particularmente stressante, devido à burocracia relacionada à documentação, levando frequentemente à desistência da formação devido à falta de investimento no ensino da língua. Os jovens têm bastante pressão para contribuir financeiramente para a família que se mantém no país de origem, e isso, associado à natureza precária do trabalho disponível, amplifica os desafios enfrentados pelos menores não acompanhados. Já tive casos de jovens, que me disseram "A escola não me dá dinheiro, e eu tenho de enviar dinheiro para casa", e por isso preferiu trabalhar na construção civil e desistir da escola. Para os menores não acompanhados, a estadia em Portugal, e a transição para a vida autónoma é difícil pela falta de respostas. A demora dos processos de integração no país de acolhimento, incluindo a determinação do estatuto de refugiado, gera níveis

		elevados de <i>stress</i> . Os prazos frequentemente não são cumpridos, o que gera ansiedade aos jovens, que ficam numa situação de irregularidade devido à falta de respostas para a regularização de sua situação. Esses atrasos contribuem para um sentimento de impotência, ansiedade, constante frustração. A falta de respostas para a regularização, propicia um sentimento de medo, que acaba por resultar em desconforto emocional. Os refugiados, especialmente crianças e adolescentes, enfrentam um alto risco de problemas de saúde mental."
T4	26/01/2024	"No contexto da (nome da residência institucional), percebo que os jovens enfrentam um desafio significativo relacionado à integração com a cultura portuguesa, especialmente no que diz respeito aos hábitos alimentares. Além disso, observo que a gestão de horários também se destaca como uma questão desafiadora para eles."

Apêndice IX - Entrevistas aos professores da escola no distrito de Lisboa

(perguntas e respostas editadas, de forma a não revelar a residência institucional e a escola dos jovens)

Tabela 10 – Entrevistas aos professores da escola no distrito de Lisboa

	Data de entrevista	1. Há quantos tempo trabalha com alunos menores não acompanhados?	2. Teve alguma preparação antes de trabalhar com a população refugiada? Se sim, de que tipo, e durante quanto tempo?
P1	15/01/2024	"Há 3 anos."	"Não."
P2	15/01/2024	"Há sete anos."	"Não."
P3	15/01/2024	"A minha trajetória profissional nesta escola abrange um período de 20 anos, embora não possua uma recordação precisa do momento exato em que iniciei as atividades voltadas para esse grupo específico de jovens."	"Não."
P4	17/01/2024	"3 anos."	"Não."
P5	24/01/2024	"Atualmente não tenho alunos menores não acompanhados, mas a primeira vez que trabalhei com estes alunos do CPR, foi há cerca de dez anos, e na altura era diretora de turma de vários."	"Não tive qualquer tipo de formação."
P6	25/01/2024	"Trabalho com menores não acompanhados há 12 anos."	"Não tive qualquer tipo de formação antes de começar, mas ao longo dos anos fui participando em algumas atividades (Ubuntu, Associação de Refugiados)."

	Data de entrevista	3. Como avalia o nível de proficiência dos alunos menores não acompanhados em português?	4. Quais são as principais dificuldades que os alunos menores não acompanhados enfrentam ao aprender português?
P1	15/01/2024	"O nível de português geralmente é muito baixo. Estes jovens têm muita dificuldade no entendimento da língua. Isso faz com que os professores tentem arranjar estratégias, de forma a auxiliar o aluno a não reprovar de ano."	"Por vezes fico com a impressão, que estes jovens sentem que Portugal é um sítio de passagem, o que, por conseguinte, suscita a ausência de interesse para a aquisição da língua portuguesa. Embora não se possa generalizar tal atitude a todos os jovens, observa-se uma tendência marcada nesse sentido. Estes jovens ficam reticentes em relação ao processo de aprendizagem da língua."
P2	15/01/2024	"Honestamente, é mau. No entanto, é necessário realçar que depende do país de origem do jovem. Os jovens provenientes dos países PALOP, têm mais facilidade na língua e na adaptação cultural. Por exemplo, quando um jovem chega para o sétimo ano, e eu consigo acompanhar o mesmo até ao nono ano, é mais fácil do que aquele outro aluno, que chegou para o nono sem qualquer conhecimento da língua."	"Falta de tempo. Por vezes pergunto-me se o primeiro ano dos jovens não devia ter uma carga horária mais exigente, para aprender português."
P3	15/01/2024	"Isso é muito variável da sua nacionalidade. Os jovens provenientes dos países PALOP, têm um conhecimento razoável da língua."	"Não sei dizer."
P4	17/01/2024	"O nível de proficiência é baixo, mas os alunos fazem um esforço para aprender. A maioria está no nível A2, que ainda é iniciação."	"Tirando a falta de recursos, principalmente humanos, penso que essa é uma questão que só os menores não acompanhados saberão responder."
P5	24/01/2024	"Era muito fraco."	"Não terem um período prévio de aprendizagem intensa (mais horas por semana) e exclusiva (sem frequência de outras disciplinas) da língua portuguesa e nalguns casos a estrutura da sua língua materna ser muito diferente da nossa língua."
P6	25/01/2024	"Bem, o nível de proficiência linguística destes alunos não é diferente dos restantes alunos estrangeiros; são situações muito diferentes de aluno para aluno, mas a maioria sente uma verdadeira necessidade de dominar a	"O principal desafio no processo de aprendizagem da língua portuguesa reside no fato de que muitos desses menores não possuem habilidades de escrita em sua língua materna. Isso implica em estabelecer relações utilizando sua segunda língua, na

		língua portuguesa."	qual também apresentam um domínio frágil."
--	--	---------------------	--

	Data de entrevista	5. Como é que ajuda os alunos menores não acompanhados a superar as dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa?	6. Em sala de aula, os alunos menores não acompanhados participam nas atividades propostas?
P1	15/01/2024	"Dada a limitada compreensão da língua portuguesa por parte dos jovens em questão, busco estabelecer uma ponte comunicativa através da utilização de outras línguas, como o inglês. Em experiências específicas, deparei-me com a situação de duas jovens que se expressavam exclusivamente em urdu, recorrendo ao Google Tradutor como meio de comunicação. Cabe destacar que todo o material didático utilizado durante as aulas, incluindo os testes de avaliação, eram entregues em urdu. Embora tal abordagem acarretasse o risco inerente à não integral confiabilidade do Google Tradutor, revelou-se a única alternativa viável para estabelecer uma comunicação efetiva com as referidas estudantes. É relevante realçar que essas jovens, ao longo do tempo aprenderam inglês, o que, por conseguinte, facilitou a transição para o estudo do idioma português em sala de aula. Testemunhei muito empenho e dedicação por parte dessas alunas."	"Sempre observei uma participação ativa e abrangente por parte dos alunos em todas as atividades propostas. Nota-se que a disposição para a participação varia de acordo com a faixa etária, sendo que os mais jovens demonstram uma participação mais abrangente, enquanto os mais velhos, por vezes, evidenciam maior reserva. É importante referir a relevância da consideração da idade dos jovens em processo de transição entre países, o que implica a necessidade de sua integração em um 'ano 0'. Eu sou muito apologista deste ano 0, pois acredito que no ano seguinte, quando os alunos fossem integrados num ano letivo, a transição seria mais suave."
P2	15/01/2024	"Como professora, faço questão que utilizem o Google tradutor. Faço traduções dos testes e materiais didáticos, utilizados em sala de aula. As minhas aulas são maioritariamente no laboratório, e por isso a disposição das mesas é em "u", o que permite uma comunicação e entreajuda entre o aluno português e o aluno estrangeiro."	"Sim, sempre."
P3	15/01/2024	"Não ajudo. Quando eu entro em função já está tudo muito autonomizado, e os professores já desenvolveram algumas estratégias. O que faço, junto de famílias estrangeiras, é aconselhar cursos de português."	"Sim."
P4	17/01/2024	"Este ano sou diretora de turma de vários PLNM, dos quais uma é refugiada. A entrave linguística é grande, mas em sala de aula utilizo estratégias diversificadas e adequadas a cada um; dou explicações da tarefa a realizar em inglês e os que não percebem nem português nem inglês peço a colegas deles para traduzir ou utilizo o google tradutor."	"Sempre."

P5	24/01/2024	"Como leciono a disciplina de Ciências Naturais recorro frequentemente a imagens. Apesar de nem todos os alunos estrangeiros terem conhecimentos de inglês, sempre que posso, faço, nas aulas curriculares ou em apoios, a tradução de português para inglês, construo documentos de avaliação em inglês e houve anos em que fornecia aos alunos em Word apontamentos em português, para que pudessem, no Google Tradutor, traduzi-los para a sua língua de origem."	"Apesar das limitações impostas pela falta de conhecimento da língua, a maior parte consegue fazê-lo, sendo, no caso de algumas tarefas, muito importante o trabalho a pares e a interajuda de colegas com maior conhecimento da língua portuguesa."
P6	25/01/2024	"O trabalho realiza-se sobretudo nas aulas de PLNM, através de trabalho oral e escrito, tendo em conta o nível de proficiência de cada aluno."	"Este ano não tenho nenhum aluno menores não acompanhados, mas nos anos anteriores, esses alunos, na generalidade, participaram nas atividades propostas. O maior problema dos últimos anos tem sido a assiduidade."

	Data de entrevista	7. Para além da dificuldade na aprendizagem da língua portuguesa, já testemunhou outra dificuldade destes jovens, em contexto escolar (exclusão social, racismo/discriminação)?
P1	15/01/2024	"Já me deparei com situações de conflito interétnico em sala de aula, incluindo críticas dirigidas aos estudantes. Como resultado desses episódios, observou-se uma tendência à formação de grupos homogêneos, nos quais os alunos optam por interagir exclusivamente com seus pares pertencentes à mesma etnia."
P2	15/01/2024	"Diretamente nunca assisti, mas sei que existe porque as minhas colegas me contam."
P3	15/01/2024	"Não testemunhei exclusão social ou racismo. No entanto, constatei a formação de grupos de alunos estrangeiros que, inicialmente, se congregam com base em sua nacionalidade. É possível notar que, à medida que esses jovens adquirem proficiência na língua local, ocorre um processo de integração mais efetivo e harmonioso na comunidade educativa."
P4	17/01/2024	"Sim, raramente estes alunos se juntam com outros nos intervalos, por exemplo. Vão criando os seus próprios grupos e mantêm-se à parte dos restantes, que muitas vezes "gozam" com as suas culturas, os seus hábitos, a forma de falar..."
P5	24/01/2024	"Não. A maior parte tem facilidade de integração, conta com o apoio de colegas dos seus países de origem (estes alunos constituem um grupo cada vez mais numeroso) e são muito bem aceites e acolhidos pelos colegas portugueses."
P6	25/01/2024	"Sim. Infelizmente, alguns destes alunos têm dificuldades na integração e inclusão na escola. Existem casos onde estes jovens são vítimas de racismo, e de serem reconhecidos como refugiados. Nos primeiros anos pareceu-me sempre que a sua integração era sempre mais bem conseguida, mas nos últimos anos o grau de conflitualidade aumentou. Não consigo perceber porquê."

	Data de entrevista	8. Como é que avalia a qualidade do apoio que a escola oferece aos alunos menores não acompanhados na aprendizagem da língua portuguesa e integração escolar e social?
P1	15/01/2024	"Perante a disponibilidade económica, a escola dá o que pode. Já aconteceu eu ter de mudar de horário, para a escola conseguir priorizar o PLNM naquele horário."
P2	15/01/2024	"A escola faz os mínimos para estes jovens estarem integrados, e por isso, de 1 a 5, dava 3. Na realidade o problema vem de cima. O (nome da escola) é uma escola TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária), que possui parceiros, que carecem de envolvimento e colaboração efetiva. A insuficiência de apoio reflete-se nas limitadas oportunidades para os jovens, especialmente para os imigrantes, no acesso a atividades pedagógicas enriquecedoras, como visitas a teatros e museus. Algo que eu experienciei, e sei que as minhas colegas também, é a dificuldade em comunicar com pais estrangeiros. O ano passado tentei fazer de tudo para termos um tradutor na escola, mas foi impossível. Como é que é impossível termos uma comunicação com os pais destes jovens? Este cenário realça a necessidade de investimentos na área educacional, sendo esta escola um reflexo concreto dessa carência de recursos."
P3	15/01/2024	"A escola faz o que pode. De certeza que poderia fazer mais, se tivesse os meios do Ministério da Educação para o fazer."
P4	17/01/2024	"Numa escala de 1 (fraco) a 5 (muito bom), daria um 3. Ainda há um longo processo pelo caminho, mas este ano a escola deu um grande passo e passou a aplicar o decreto 2044 de 2022. Na minha DT (7.º ano, 15 alunos de PLNM) foi criado um horário específico para crianças recém-chegadas (nível A1), que lhes dará mais 6 tempos letivos para aprenderem a língua portuguesa. Assim, irão sair temporariamente de algumas disciplinas e terão outra ajuda em termos de integração."
P5	24/01/2024	"Informalmente toda a comunidade (docentes, pessoal não docente e alunos) faz o que está ao seu alcance para ajudar na integração escolar e social destes alunos, mas formalmente faltam recursos humanos para poder assegurar uma aprendizagem inicial mais intensiva da língua portuguesa e facilitar a sua integração."
P6	25/01/2024	"A Escola tem há muitos anos a disciplina de PLNM (mesmo antes de estar legalizada, então curso); teve ao longo dos anos um grupo de professores e funcionários bastante atento e empenhado, nos últimos anos houve uma maior volatilidade do corpo docente, algo que não tem sido tão benéfico; a escola sempre desenvolveu um trabalho com diversos parceiros (Associação de Refugiados, Centro de Refugiados, Fundação Aga Kanh, Clube Intercultural...), pelo que acho que tem sido desenvolvido um bom trabalho..."

	Data de entrevistas	9. Acha que os jovens aprenderem português proporciona uma melhor inclusão social, em Portugal?
P1	15/01/2024	"Sem dúvida. Se estes jovens aprenderem português, tornam-se mais autónomos e independentes em diversos contextos. Este conhecimento linguístico, caracteriza-se como um meio eficaz para contribuir para a sensação de segurança dos menores não acompanhados no seu país de acolhimento."
P2	15/01/2024	"Sem dúvida. Eu faço questão de dizer a todos os meus alunos estrangeiros, para praticarem o português fora da escola."
P3	15/01/2024	"Acho que sim."
P4	17/01/2024	"Claramente."
P5	24/01/2024	"Certamente."
P6	25/01/2024	"A aprendizagem da língua portuguesa é uma das principais condições para a integração cívica, social, cultural... e o principal passo para a entrada no mundo do trabalho a médio prazo."

